

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E POLÍTICAS
PÚBLICAS

DISSERTAÇÃO

**AGRICULTURAS NA E DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO:
DICOTOMIAS E AS ESPECIFICIDADES DA AGRICULTURA
URBANA**

CAREN FREITAS DE LIMA

2019



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
TERRITORIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

AGRICULTURAS NA E DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: DICOTOMIAS E AS
ESPECIFICIDADES DA AGRICULTURA URBANA

CAREN FREITAS DE LIMA

Sob a Orientação da Professora
CRISTHIANE OLIVEIRA DA GRAÇA AMÂNCIO

e Co-orientação da Professora
TATIANA COTTA GONÇALVES PEREIRA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas.

Seropédica, RJ
Maio de 2019

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

L732a Lima, Caren, 1989-
Agriculturas na e da Cidade do Rio de Janeiro:
Dicotomias e as Especificidades da Agricultura Urbana
/ Caren Lima. - Seropédica, 2019.
119 f.: il.

Orientadora: Cristhiane Amâncio.
Coorientadora: Tatiana Pereira.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós Graduação em
Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, 2019.

1. Agricultura Urbana. 2. heterogeneidades. 3. Rio
de Janeiro. 4. Políticas Públicas. 5. Planejamento
Urbano. I. Amâncio, Cristhiane, 1975-, orient. II.
Pereira, Tatiana, 1975-, coorient. III Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós
Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas
Públicas. IV. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

CAREN FREITAS DE LIMA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas**, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas, Área de Concentração em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 21/05/2019

Cristhiane Oliveira da Graça Amâncio. Dra. UFRJ
(Orientadora)

Tatiana Cotta Gonçalves Pereira. Dra. UFRRJ
(Co-orientadora)

Annelise Caetano Fraga Fernandez. Dra. UFRRJ

John Wilkinson. Dr. UFRRJ

Flaviane de Carvalho Canavesi. Dra. UNB

AGRADECIMENTOS

Chegar aqui não foi fácil, mas este meu caminhar foi necessário, cresci em diversos âmbitos da vida. Amadureci e só tenho que agradecer a paciência, atenção e experiências que me foram compartilhadas nesta estrada. Aprendi que os avanços, reflexões são oriundas do coletivo e, por isso, tenho tanto e tantas pessoas que agradecer.

Iniciando com a minha família, sou afortunada pelo apoio que recebi. Sou agradecida a minha mãe que muitas vezes me ouviu quando eu estava em crise acadêmica. Sou grata ao meu pai por ter me aconselhado nos meus tropeços, mas sempre demonstrando que posso melhorar e seguir em frente. Sou agradecida ao meu irmão Beto pelo modo de olhar a vida com alegria e minha tia Sueli por ter me dado suporte e cuidados desde que eu era criança. E também sou grata ao meu irmão mais novo. Agradeço por terem acreditado em mim.

Sou grata a tantas mulheres desta cidade do Rio de Janeiro, à Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste, a Roda de Mulheres da Rede Carioca de Agricultura Urbana, as mulheres do projeto Quilombo da Gamboa, TECA - Teia de Comunicação Agroecológica e o Instituto de Formação Humana e Popular (IFHEP). Avancei tanto com essas companheiras na práxis – junção necessária nos termos freiriano. Gratidão é o sentimento. Não posso deixar de mencionar as companheiras de luta e minhas amigas: Michele, Carol, Elô, Silvia, Berna (voltarei a mencioná-las) Rosineide, Saney, Marina, Giovana, Simone, Jurema, Roberta, Jéssica, Ana, Marcelle, Luciana.

Aos meus amigos de vida também reservo um espaço aqui com carinho. Vocês foram fundamentais em todo o processo, são meus alicerces. Há a amizade cristalina e sólida de Vinicius; a existência da fraternidade atemporal de Iguinho, um irmão que a vida me deu; Pytty pela consistência de tudo que vivemos e viveremos; Natalia e Carol pela solidez da nossa amizade que resistiu e resiste por muitos e muitos anos. Camilla pela doçura e amor que transborda em seus olhos e palavras. Agradeço também a Karina pelos tantos anos de amizade e aprendizado, minha admiração é enorme.

Ao Jefferson, o baiano que me introduziu no mundo da Agroecologia, agradeço o aprendizado oriundo do Núcleo de Estudos da Via Campesina (NUEVA). Agradeço ao Leandro pela amizade e cuidado. Ao Jecke, meu grande amigo, agradeço por tudo, são tantas coisas nessa amizade latino-americana. Preciso mencionar também a Ana Flavia, paranaense mais gente boa que conheci na Universidade Federal da Integração Latino-America (UNILA).

Elô, Michele, Carol, Berna, Silvia pela amizade, pelas palavras precisas e por terem me ajudado diretamente no âmbito acadêmico, me ajudando nas leituras críticas das minhas

posições e/ou mesmo sobre qual a perspectiva/paradigma/metodologia ideal de pesquisa. Mulheres, vocês me inspiram.

Minhas gratidões ao casal mais apaixonante dessa cidade - Igor e Simone. Não posso me esquecer da Thais, uma mulher radiante que conheci no IPPUR. Agradeço ao Augusto por ter me ouvido tanto e por ter me deixado que eu o ouvisse. Lidiane, sou agradecida por tantas coisas e em tantas escalas, agraciada pela lutas que travamos juntas e pelos aprendizados dialéticos dessa vivência. Minha gratidão imensa à Susana, a geógrafa, georreferenciadora que mais amo desta vida, me ajudou e muito analisando os mapas e dando dicas valiosíssimas. Susana é a economista que me mata de orgulho. Quem diria que mesmo seguindo caminhos diferente – você voltando para o seu país e eu para o meu – iríamos estudar praticamente a mesma coisa após o nosso trilhar na UNILA.

Não posso deixar de falar de Fabiano também, amigo que reconheci nestes últimos anos e que teve a gentileza e generosidade de revisar meus textos. Anna Lopanne também foi fundamental. Teve paciência e me ajudou e muito sobre as escritas, categorizações da Agricultura Urbana, dentre outros aspectos que eu poderia ter melhorado na minha pesquisa.

John Wilkinson merece uma menção de gratidão e admiração, sempre com zelo na pesquisa e para com os outrxs, me acolhendo no grupo de pesquisa de uma maneira que demonstrou como devo (e quero) ser um dia. Agradeço também a Annelise com sua carga teórica e experiências impares sobre a Agricultura Urbana do e no Rio de Janeiro.

Com Tatianna Cotta aguicei meu olhar para o aspecto normativo, meu crescimento nesse aspecto (e também no ambiental) é fruto dos seus ensinamentos. Grata pelas orientações, conversas, conselhos. Cristhiane, sou grata pela sua ajuda e por ter me incentivado e estimulado tanto.

Agradeço também aos técnicos da Emater-Rio.

Preciso também falar da importância das companheiras e companheiros do Grupo de Pesquisa em Direito e Justiça Ambiental (GPDJA) e do Grupo de Pesquisa Mercado, Redes e Valores do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA-UFRRJ). E há a necessária menção ao PGGDT, sua coordenação, professores, colegas de sala e, não menos importante, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa que me foi proporcionada, sem ela essa pesquisa não teria prosseguido.

E grata (merece muitas repetições) para todas as mulheres de luta desta cidade!

RESUMO

LIMA, Caren Freitas. **Agriculturas na cidade do Rio de Janeiro: dicotomias e as especificidades da Agricultura Urbana**. 2019. 119 p. Dissertação (Requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019.

Através de uma revisão bibliográfica sobre o desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro, o debate sobre cidade, o campo, o urbano e o rural, as mudanças técnicas, os padrões alimentares, o debate ambiental e a utilização de dados quantitativos das instituições oficiais, como IBGE, EMATER-Rio, BACEN e dados qualitativos coletados em pesquisa de campo, a presente pesquisa visa analisar algumas dicotomias, como a produtiva que atrela a agricultura ao espaço rural, ao falar da Agricultura Urbana (AU) carioca, mas também elencar as suas especificidades e heterogeneidades. Compreende-se que a dicotomia afeta a AU no Planejamento Urbano por normatizar territórios agrícolas aquém da sua realidade e ao fomentar a produção imobiliária em territórios com agricultura tradicional. Constatou-se que os instrumentos urbanísticos favorecem o aumento da produção imobiliária nas regiões com atividades agrícolas afetando, principalmente, os agricultores tradicionais, normatizando, através da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) e o Plano de Estruturação Urbana (PEU) das Vargens, regiões agrícolas aquém da realidade. No âmbito das políticas públicas, essa dicotomia é refletida na Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares e que atrela o acesso às políticas pública ao zoneamento rural. Quanto às especificidades, compreendeu-se que analisar a AU é também investigar a conjuntura e as normativas político-administrativas. Destaca-se a crise do Estado do Rio de Janeiro e da Emater-Rio que refletiu, em 2008, no acesso de apenas 4 agricultores ao crédito do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Acerca das normativas político-administrativas do espaço urbano, essa foi feita através também de uma análise diferenciada, englobando a heterogeneidade da AU da e na cidade do Rio de Janeiro. Isto é, como as diferentes agriculturas que vão desde agricultura de quintal, iniciativas de coletivos e movimento urbanos, bem como de cunho empresarial e comercial acessam as políticas públicas e são afetadas pelo planejamento, conflitos do solo urbano. Essas análises da heterogeneidade são importantes tanto para fugir da dualidade que tange o debate concernente à AU relacionado à extensão da terra, técnicas e/ou motivações, como por mostrar diferentes perspectivas e críticas ao modelo atual de crescimento e desenvolvimento econômico. Essas críticas abarcam tanto questões pontuais dentro do debate ambientalista, como a defesa de espaços verdes urbanos, como constada em iniciativas de horta urbana de cunho empresarial e comercial dentro de um shopping na cidade. Mas também há motivações pautadas por reformular a relação paradigmática do homem com a natureza, como a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU).

Palavras-chave: Agricultura Urbana, heterogeneidades, Rio de Janeiro, Políticas Públicas, Planejamento Urbano

RESUMEN

LIMA, Caren Freitas. *Agriculturas em la ciudad del Rio de Janeiro, las dicotomias y las especificidades de la Agricultura Urbana*. 2019. 119p. Projeto de Qualificação (Requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2018.

A través de una revisión bibliográfica sobre el desarrollo del capitalismo dependiente brasileiro, el debate sobre ciudad-campo, urbano y rural, los cambios técnicos, los padrones alimentarios, el debate ambiental y la utilización de datos cuantitativos de las instituciones oficiales, como IBGE, EMATER-Rio, BACEN, así como a través de datos cualitativos recolectados en estudios de campo, la presente investigación visa analizar algunas dicotomías, como la productiva que arraiga a la agricultura al espacio rural, al hablar de Agricultura Urbana (AU) carioca, así como también definir las especificidades y heterogeneidades. Se comprende que la dicotomía afecta a la AU en el planeamiento urbano por normalizar territorios agrícolas más allá de su realidad y al fomentar la producción inmobiliaria en territorios con agricultura tradicional. Se constató que los instrumentos urbanísticos favorecen al aumento de la producción inmobiliaria en las regiones con actividades agrícolas afectando, principalmente, los agricultores y agricultoras tradicionales a través de la Ley de Uso y Ocupación del Suelo (LUOS) y el Plano de Estructuración Urbana (PEU) das Vargens, con regiones agrícolas menores que su realidad. En el ámbito de las políticas públicas, esa dicotomía es reflejada en la ley nº11.326, de 24 de julio de 2006, que establece las directrices para la formulación de la Política Nacional de la Agricultura Familiar y Empreendimientos Familiares y que vincula el acceso a las políticas públicas a la zonificación rural. Sobre las especificidades, se comprendió que analizar la AU es también investigar la coyuntura y las normativas político-administrativas. Se destaca la crisis del Estado de Rio de Janeiro y de Emater-Rio que se reflejó en el acceso de solamente 4 agricultores al crédito del Programa de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (PRONAF), en 2018. En cuanto a la coyuntura, se destaca la crisis del Estado de Rio de Janeiro y de Emater-Rio que se reflejó en el acceso de solamente 4 agricultores al crédito PRONAF, en 2018. De acuerdo con las normativas político-administrativas del espacio urbano, fueron realizadas a través de un análisis diferenciado, englobando la heterogeneidad de la AU en la y de la ciudad del Rio de Janeiro. Es decir, como las diferentes agriculturas que van desde la agricultura de pequeños jardines, las iniciativas de colectivos y los movimientos urbanos, así como los de carácter empresarial/comercial acceden a las políticas públicas y son afectadas por el planeamiento y conflictos del suelo urbano. Los análisis de la heterogeneidad son importantes tanto para huir de la dualidad que se refiere al debate sobre la Agricultura Urbana relacionado a la extensión de la tierra, técnicas y/o motivaciones, mostrando diferentes perspectivas y críticas al modelo actual del crecimiento y desarrollo económico. Las críticas abarcan tanto cuestiones puntuales dentro del debate ambientalista, como la defensa de espacios verdes urbanos, como percibidas en las iniciativas de huertas urbanas de carácter empresarial y comercial dentro de un shopping en la ciudad. Pero también hay motivaciones pautadas por reformular a la relación paradigmática del hombre con la naturaleza, como la Red Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU).

Palabras claves: Agricultura Urbana, heterogeneidades, Rio de Janeiro, Políticas Públicas, planificación urbano

ABSTRACT

LIMA, Caren Freitas. Agriculture in the city of Rio de Janeiro: the dichotomies and the specificities of Urban Agriculture. 2019. 119 p. Dissertação (Requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas). Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2019

Based on a revision of the development of capitalism, a debate about city-countryside, urban and rural, technical changes, feed patterns, environmental debates and use of quantitative data of official institutions, such as IBGE, EMATER-Rio, BACEN, and also taking into account qualitative data collected throughout a campus research, this work aims to analyze some dichotomies, as the productive dichotomy that links agriculture only to the rural. In that way, it will be necessary the carioca Urban Agriculture (AU) research, but also analyze the specificities and heterogeneity of AU. It is understood that the dichotomy affects the UA on the urban plan because the agriculture regions are not in the Urban Planning as they exist. It was found that the urbanite instruments promote the raise of real estate production in agricultural basis regions, which affects, principally, traditional agriculture, beyond imposing norms to diminished agricultural regions through Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) and Plano de Estruturação Urbana (PEU) das Vargens. In the context of public policies, this dichotomy is reflected upon Lei nº11.326, of July 24th, 2019. It sets the guidelines to the formulations of National Familiar Agricultural Politics and Familiar Enterprises and links the access to the public policies to the rural areas. About the specificities, it was understood that by analysing the Urban Agriculture we are also investigating the context and the political-management norms. About the context, it is important to highlight Rio de Janeiro state and Emater-Rio crisis, that reflected on access of only four agricultures to PRONAF credit, in 2018. The political-managerial politics was analysed in a different approach, considering the AU heterogeneity, in another words, not only tradicional agriculture but the conection with the urbanity what takes into account how the different agricultures that go from backyard agriculture, a common joint effort and urban mobilization, to enterprises/commercial have access to public policies and are affected by the planning and urban soil conflicts. These heterogeneity analyses are important to escape the duality that involves a debate about UA related to soil extension, techniques and/or motivations, showing different perspectives and critics to the contemporary model of economic raising and growth, while it demonstrates the specificities and divergences, how the critics and perspectives face to the contemporary model of economic raising and growth. These critics consider specific issues from environmental debates, but also the protection of green urban areas, as it is known in a vegetable garden initiative with business and commercial aims inside a shopping centre of the city. But alto there is a paradigmatic motivation between humankind and nature, such as Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU).

Keywords: Urban Agriculture, heterogeneities, Rio de Janeiro, Public Policies, Urban Planning

LISTA DE SIGLAS

AARJ	Articulação Agroecológica do Rio de Janeiro
ABG	Associação Brasileira de Agrobusiness
ABIMAQ	Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos
AU	Agricultura Urbana
ACAN	Associação Camponesa Nacional
AGROPRATA	Associação de Agricultores Orgânicos do Rio da Prata
AMIQCB	Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANATER	Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
ANPA	Associação Nacional de Pequenos Agricultores
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BACEN	Banco Central do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CAPB	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEM	Centro de Educação Multicultural
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPAGE	Cooperativa dos Produtores de Magé
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DAP	Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EMATER-Rio Janeiro	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EU	União Europeia
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FETRAF	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNRURAL	Fundo de Assistência do Trabalhador Rural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEF	Instituto Estadual de Florestas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbana
ITERJ	Instituto de Terras do Rio de Janeiro
ITESP	Fundação Instituto Estadual de Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural
LUOS	Lei de Uso e Ocupação do Solo
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PACS	Políticas Alternativas para o Cone Sul
PAF	Plataforma Agroecológica de Fito medicamentos
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PD	Plano Diretor
PEPB	Parque Estadual da Pedra Branca
PEU	Plano de Estruturação Urbana
PGMP	Política de Garantia de Preços Mínimos
PGPAF	Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar
PIB	Produto Interno Bruto
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentos Escolar
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PND	Plano Nacional de Desestatização
PNPB	Programa Nacional de Proteção e Uso do Biodiese
PNRA	Plano Nacional da Reforma Agrária
PRONAF	Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROVAP	Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
Rede CAU	Rede Carioca de Agricultura Urbana
RUAD	FoudationResourceCentresonUrbanAgricultureand Food SecuritB
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SEAF	Seguro da Agricultura Familiar
SEDECT	Secretaria Especial do Desenvolvimento Econômico, Ciência e
Tecnologia	
SMAC	Secretaria de Meio Ambiente
SMU	Secretaria Municipal de Urbanismo
SNA	Sociedade Nacional de Agricultura
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SRA	Secretaria de Reordenamento Agrário
SRB	Sociedade Rural Brasileira
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
SUS	Sistema Único de Saúde
TICs	Tecnologia de Informação e Comunicação
TMD	Teoria Marxista da Dependência
UNCTAD	Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento
UNIVERDE	Cooperativa de Agricultura Familiar de Produtos Orgânicos

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – O Rural e o Urbano de Graziano da Silva.....	13
FIGURA 2 - Agricultura tradicional no bairro de Santa Cruz.....	38
FIGURA 3 – Urbanização em torno do Maciço da Pedra Branca	39
FIGURA 4 – Agricultura de quintal	40
FIGURA 5 – Agricultura Urbana de Coletivo/Movimento Urbano.....	41
FIGURA 6 – Agricultura Urbana de iniciativa Poder Público.....	42
FIGURA 7 – Agricultura Urbana de Cunho Empresarial/Comercial.....	43
FIGURA 8 - Zoneamento com base no Decreto 1.185 de 1918.....	60
FIGURA 9 - Zoneamento com base no Decreto 2.807, de 19 de janeiro de 1925.....	60
FIGURA 10 - Zoneamento com base no Decreto 6.000, 1 de julho de 1937.....	61
FIGURA 11 - Zoneamento com base no Decreto nº322, 3 de março de 1976.....	62
FIGURA 12 - Unidades do PMCMV em Santa Cruz.....	64

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – População Urbana e Rural do Brasil entre a década de 1960 e 2010.....	27
TABELA 2 – População Urbana e Rural do Estado do Rio de Janeiro entre a década de 1960 e 2010.....	27
TABELA 3 – Feiras da Rede Carioca de Agricultura Urbana.....	45
TABELA 4 - Produção Agrícola (t) do Município do Rio de Janeiro em 2017.....	49
TABELA 5 - Produção Agrícola (t) do Município do Rio de Janeiro entre 2010 e 2017.....	50
TABELA 6 - Pessoas ocupadas por sexo nos censos de 1996 e 2006.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Exportações por fator agregado entre 1930-2000.....	26
GRÁFICO 2 – Taxa de Desemprego do Brasil entre Taxa de Desemprego entre 1983-2001.29	
GRÁFICO 3 - Perfil Socioeconômico dos agricultores e agricultoras da Rede CAU.....	30
GRÁFICO 4 - Composição da Renda oriunda das Feiras dos agricultores e agricultoras da Rede CAU.....	31
GRÁFICO 5 - Agricultores Integrantes da Rede CAU.....	47
GRÁFICO 6 - Tipos de Agriculturas da Rede CAU.....	48
GRÁFICO 7 – Iniciativas pesquisadas não recenseadas pelo IBGE.....	49
GRÁFICO 8 - Agriculturas analisadas pela pesquisa qualitativa.....	51
GRÁFICO 9 -Agricultores e agriculturas atendidos pela Emater-Rio – Gênero.....	53
GRÁFICO 10 - Agriculturas do Município do Rio de Janeiro e Gênero.....	53
GRÁFICO 11 - A agricultura de quintal e Gênero.....	54
GRÁFICO 12 - Extensão da Terra em Módulos Fiscais.....	54
GRÁFICO 13 - Agricultura de quintal e DAP.....	55
GRÁFICO 14 -Agricultura Urbana e Saneamento Básico.....	57
GRÁFICO 15 - Número de Unidades Licenciadas no Município do Rio de Janeiro.....	67
GRÁFICO 16- Número de unidades da AP4, Região Administrativa da Barra da Tijuca e das Vargens.....	67
GRÁFICO 17 - Evolução Crédito PRONAF 1999-2018. Base 1999.....	72
GRÁFICO 18 - PRONAF em relação aos outros Programas de Crédito.....	72
GRÁFICO 19 - Distribuição regional dos contratos PRONAF 1999-2018. Base 1999	73
GRÁFICO 20 - Distribuição regional dos créditos do PRONAF 1999-2018. Base 1999.	74
GRÁFICO 21 - DAPs ativas do município do Rio de Janeiro.....	81

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Territorialização dos pontos de comercialização da Rede CAU.....	46
MAPA 2 - Produção das iniciativas de Agricultura Urbana pesquisadas.....	51
MAPA 3 - Agricultores urbanos atendidos pela Emater-Rio e gênero.....	52
MAPA 4 – Tipos de Agriculturas pesquisa do Município do Rio de Janeiro.....	56
MAPA 5 - – Agricultura Tradicional: a pressão imobiliária e a chuva de prata da Ternium Brasil.....	65
MAPA 6 - Agricultura Urbana de Santa Cruz e a Ternium.....	66

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 METODOLOGIA.....	5
2 AGRICULTURAS URBANA E ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS	9
2.1 A CIDADE E A AGRICULTURA.....	10
2.1.1 Cidade-Campo, Urbano e Rural no Brasil: A Determinação Político-Administrativa	15
2.1.1.1 Debates Adicionais: Controvérsias e Crítica à determinação Político-administrativa brasileira	17
2.2 PROCESSOS, DEPENDÊNCIA E URBANIZAÇÃO DA ECONOMIA DEPENDENTE BRASILEIRA	20
2.2.1 Críticas ao modelo de desenvolvimento: da perspectiva ambiental até a proposição de uma revolução do campo de saber.....	32
3 AGRICULTURAS NO E DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO	36
3.1 A AGRICULTURA URBANA E O RECRUDESCIMENTO DO DEBATE: ALGUNS ENSAIOS TEÓRICOS	36
3.1.1 Agriculturas do Município do Rio de Janeiro: ensaiando algumas categorias	37
3.2 AGRICULTURA URBANA E REDE CAU	43
3.3 PANORAMA DA AGRICULTURA URBANA CARIOCA: UMA TRIANGULAÇÃO DE DADOS.....	48
4 AS AGRICULTURAS URBANAS, PLANEJAMENTO URBANO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	58
4.1 O PLANO DIRETOR DO RIO DE JANEIRO E O ZONEAMENTO	59
4.1.1 Breve Retrospecto Histórico	59
4.2 PRONAF E A DICOTOMIA RURAL-URBANO	68
4.2.1 PRONAF e Alguns Antecedentes Históricos.....	68
4.2.2 Agricultura Familiar e o Zoneamento	77
4.3 COMENTÁRIOS ADICIONAIS.....	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
BIBLIOGRAFIA	86
ANEXO I.....	93
ANEXO II.....	95
ANEXO III.....	96

ANEXO IV	97
ANEXO V	98
ANEXO VII.....	101
ANEXO VIII	102

1. INTRODUÇÃO

Essa pesquisa foi iniciada com o intuito de analisar a Agricultura Urbana (AU) da e na cidade do Rio de Janeiro, nos termos de Fernandez & Batista Filho (2019). Para os autores, em diálogo com Almeida (2015), é preciso ter em conta que a agricultura não é apenas na cidade, como resquício de um rural, mas também da cidade por existir uma relação com a urbanidade. Ao longo do texto Agricultura Familiar urbana: limites da política pública e das representações sociais, os autores analisaram como a agricultura do Maciço da Pedra Branca¹, com significativa agricultura tradicional, por exemplo, foi sendo reinventada pela Agroecologia.

Sobre a Agroecologia, ela é aqui compreendida como campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades redirecionem a co-evolução social e ecológica, nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência (CAPORAL et al, 2009, p.899).

Partindo da compreensão acima, a pesquisa foi iniciada na região das Vargens, compreendido pelos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e parte dos bairros do Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca e Jacarepaguá. Foi analisado o Planejamento Urbano, as atividades agrícolas urbanas e a expansão do capital, sobretudo, imobiliário. Dentre os instrumentos urbanísticos que foram analisados estão: o atual Plano Diretor (PD) do Rio de Janeiro, regido pela Lei Complementar nº 111 de 1º de fevereiro de 2011; o Plano de Estruturação Urbana (PEU) das Vargens, regido pela Lei Complementar n. 104/2009; o Projeto de Lei Complementar nº. 140/2015, que o pretende substituir; e a Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS) através da Lei Complementar nº57/2018.

Tendo como base a análise dos instrumentos acima citados, pôde-se aperceber como a produção imobiliária, ratificada pelos instrumentos urbanísticos analisados, tendeu a afetar o direito demorar e plantar na região, dado que promoveu o aumento do parcelamento do solo, a ocupação das áreas alagadiças, a diminuição das áreas legitimadas como agrícolas, além do aumento do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) na região. Contudo, ao longo da pesquisa, algumas indagações surgiram. Constatou-se que a heterogeneidade das agriculturas era maior do que o percebido, implicando, inclusive, no acesso diferenciado ou não às políticas públicas e reverberações diferentes no campo do Planejamento Urbano.

¹O maciço da Pedra Branca está dentro do parque Estadual da Pedra Branca (PEPB) criado através da lei estadual nº 2.377 de 28/06/1974. Estende-se por 12.500 ha (125km²) fazendo limite com vários bairros da Baixada de Jacarepaguá (Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e Taquara) e da Zona Oeste (Jardim Sulacap, Realengo, Bangu, Senador Câmara, Senador Vasconcelos, Campo Grande, Guaratiba, e Barra de Guaratiba). No Parque, está situado o ponto culminante do município do Rio de Janeiro, o Pico da Pedra Branca. (VALLEJO et al, 2009)

As próprias concepções iniciais sobre a AU foram problematizadas durante a pesquisa. Apesar de parte da literatura sobre o tema considerar secundário o debate sobre a localização intra-urbana ou periurbana, é ela que ainda ressoa no Planejamento Urbano e Políticas públicas. Diante disso, alguns questionamentos surgiram: a AU é assim mencionada porque todo município é considerado urbano? O que é a AU? E mesmo simplificando o entendimento de que ela possui essa dimensão acerca da sua localização – determinação espacial, quais são suas convergências e divergências? E caso essa simplificação seja válida, não é importante também compreender que estas determinações são oriundas de disputas? Quais os tipos de AU? E se a AU vem sendo defendida como necessária em frente ao modelo de crescimento e desenvolvimento econômico atual, qual ou quais tipos poderiam promover outra relação do homem com a natureza, o espaço e a sociedade?

As perguntas surgidas durante a pesquisa foram muitas e fomentaram reflexões e inflexões no tocante às teorias, metodologias de pesquisa, inclusive, porque analisar a agricultura na e da cidade do Rio de Janeiro rebata na interdisciplinaridade da vida. É um desafio tentar teorizar sobre a AU porque são envolvidos tantos aspectos, camadas, relações, escalas.

Sobre o Planejamento Urbano, por exemplo, é inegável a necessidade de debater acerca do zoneamento. Em 1988, a Constituição Federal de 1988 outorgou a delimitação do que é urbano e rural aos municípios. Este zoneamento, em Porto Alegre, por exemplo, foi fruto de disputas recentes. Agricultores da até então Zona de Produção Primária de Porto Alegre reivindicaram o retorno da zona rural com o intuito de facilitar a atividade agrícola na região. No Rio de Janeiro, alguns agricultores também reivindicam esse retorno por conta do ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural) e pela facilidade que isso traria no acesso às políticas públicas (TECA, 2019).

No entanto, como é analisado, é preciso ter em conta o reflexo de algumas dicotomias, como a produtiva que atrela a agricultura ao rural nas Políticas Públicas e no Planejamento Urbano. É importante que haja políticas públicas que garantam a agricultura tanto no rural quanto no urbano, isto é, além das dualidades. Frisa-se, portanto, que não se pretende assertar qual melhor zoneamento para a atividade agrícola, pelo contrário, pretende-se problematizá-la. Outra dualidade é concernente ao que se compreende como AU. Há uma diversidade de tipos de AU e simplesmente contrastá-la com a agricultura rural não encontra respaldo no município do Rio de Janeiro. Sem embargo, compreende-se que há especificidades da AU, mas não é em relação aos tamanhos e ou técnicas produtivas, mas sim, principalmente, por conta das problemáticas urbanas.

Dito isso, a presente dissertação buscar fugir da exclusão da agricultura da cidade, mas compreende também que é preciso atentar-se para as especificidades da AU. Para Mougeot (2000), uns dos diferenciais da AU é sua integração com o sistema econômico e ecológico urbano. E em relação à cidade, algumas análises são extremamente necessárias, como a análise da produção

imobiliária, do Planejamento Urbano, dentre outras relações importantes no âmbito urbano, inclusive, a heterogeneidade das agriculturas encontradas na e da cidade.

Tendo em conta as reflexões acima, chegou-se a conclusão de que, antes de analisar o impacto dos instrumentos urbanísticos sobre a AU, seria necessário esmiuçar sobre quais as agriculturas estamos falando. Nestes termos, a presente pesquisa está separada em três capítulos, buscando perfazer três âmbitos.

O primeiro capítulo de cunho mais teórico, resgata um debate na literatura que pode ajudar na compreensão das dicotomias: a produtiva, a tipológica – como se não existisse uma heterogeneidade na AU e a econômica - que reflete na concepção de atrasado e moderno. Esses debates terão como pilares os acúmulos sobre: as mudanças técnicas, os sistemas agrários, os padrões alimentares e o processo de industrialização do capitalismo dependente brasileiro na cidade e no campo (período que marcou a inflexão do aumento da população urbana em relação à população rural). Em uma segunda parte desse capítulo, é aprofundada a análise das mudanças técnicas e as modificações dos padrões alimentares, parte-se do entendimento de que as técnicas são mediatizadas pelo homem, corroborando com o esforço de entrelaçar o debate anterior. Neste aspecto, são utilizados os conceitos de apropriação e substitucionalismo. O primeiro sendo marcado pelo progresso técnico e a apropriação de elementos discretos do processo de produção pela indústria. E o segundo assinalado pela substituição cada vez maior de componentes não-agrícolas nos produtos originalmente agrícolas (GOODMNA; SORJ; WILKINSON, 2008, p. 1 e 2).

Ainda no primeiro capítulo há um debate sobre as categorias cidade, campo, urbano e rural. Ademais, busca-se adentrar, brevemente, na discussão político-administrativa – do Planejamento Urbano e na tributária, tendo como foco o PD (será esmiuçado no último capítulo). Ele determina o que é rural ou urbano no município e implica diretamente no aspecto tributário. O ITR, por exemplo, é uma demanda de muitos agricultores do município do Rio de Janeiro (TECA, 2019).

O segundo capítulo abarca um breve debate teórico sobre a AU, sua heterogeneidade – apresentando diferentes tipologias: agricultura tradicional, agricultura de quintal, oriunda do poder público, de coletivos urbanos e empresariais e comerciais, bem como o panorama no município do Rio de Janeiro. Esse esforço em categorizar parte de acúmulos teóricos, como a existência das proposições feitas por Wilkinson e Lopane (2018). Há essa reflexão a partir dessa contribuição mencionada, mas também a proposição da categoria agricultura de quintal. E, no campo sociológico, parte-se da compreensão que cada tipologia é permeada por diferentes camadas de classe e de poder.

As categorias que serão analisadas são: a agricultura tradicional que é caracterizada por ser a agricultura que compreende o agricultor que ocupa a zona de transição onde o urbano dá lugar ao rural. São os agricultores cuja expansão urbana os fragiliza. A agricultura de quintal compreende os agricultores em que a extensão territorial de suas terras é menor em comparação com a tradicional,

geralmente, são os agricultores cujo o acesso às políticas públicas é mais dificultoso. No que tange a categorização social, esses agricultores são heterogêneos e compreendem quintais em que a comercialização é necessária para a (re) produção social, mas também quintais cuja importância é reivindicada além do âmbito econômico. A terceira categoria corresponde a de movimentos por justiça alimentar, dos coletivos urbanos. Ela é composta por pessoas que buscam a preservação de espaços verdes, educação ambiental, produção de alimentos em espaços públicos. Essa iniciativa perfaz diferentes motivações. Há desde críticas pontuais até as mais abrangentes que refutam a atual relação do homem com a sociedade, natureza e espaço, como a Agroecologia. A quarta categoria é a iniciativa oriunda do poder público. No Rio de Janeiro, foi analisado as Hortas Cariocas. E a quinta é a de Iniciativa Empresarial e Comercial. A alavanca dessa categoria, geralmente, está interligada com o marketing positivo comercial.

Mais adiante neste capítulo, é demonstrado um panorama das agriculturas do e no município do Rio de Janeiro, cujas produções são de abacate, banana, acerola —é a primeira produtora do Estado. É o segundo maior produtor do estado de Coco-da-baia. Em relação ao caqui, é a quinta maior produção. E as produções de manga, mandioca e limão há respectivamente a quarta, quinta e sétima maior produção do Estado (IBGE, 2017). Sobre as produções acima, cabe frisar a metodologia dos censos agropecuários do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), importantíssima instituição brasileira e de trabalho notável, que em um país de dimensões continentais, precisa de recortes para analisar de maneira geral o panorama agropecuário brasileiro. Contudo, esta metodologia acaba por não revelar a realidade da AU. Por isso, neste capítulo há uma triangulação de fonte de dados, tanto dos censos agropecuários, EMATER-Rio e da pesquisa de campo. É pesquisada a Rede Carioca de Agricultura Urbana (Rede CAU) e outras iniciativas, visando não apenas o quantitativo com os dados do IBGE, mas um panorama qualitativo, demonstrando as heterogeneidades da AU do e no município. É exposta tanto a produção mensurada pelas instituições oficiais, como a mais qualitativa da pesquisa de campo, buscando englobar a produção que não é detectada oficialmente. Será feita também uma análise socioeconômica. Utiliza-se, para isso, duas bases de dados, a quantitativa do IBGE e EMATER-RIO e a qualitativa oriunda da pesquisa de campo. São bases de dados diferentes que não são contrastados, mas sim ajudam em uma análise complementar.

No terceiro e último capítulo é estudado o âmbito das Políticas Públicas e do Planejamento Urbano, como o PD do Rio de Janeiro e a atual LUOS. Apesar de outros instrumentos urbanísticos também interferirem diretamente na atividade agrícola, a presente dissertação não daria conta de seu aprofundamento pela limitação de tempo disponível para a pesquisa. Nas Políticas Públicas é pesquisado como a Lei nº11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a

formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, é restritiva. No artigo 3º há o atrelamento das políticas públicas do PRONAF ao zoneamento rural. A posteriori, algumas Portarias regulamentaram a emissão da DAP, informando que independente do zoneamento há o direito de emissão dessa declaração. No município do Rio de Janeiro, em pesquisa de campo com técnicos da EMATER, constatou-se que após a regulamentação dessa lei, em 2006, houve dificuldade dos técnicos em relação à emissão das DAPs. Parte dessa dificuldade foi dada pela restrição dessa lei primária que regulamenta o PRONAF.

Cabe destacar o decréscimo e os atuais poucos contratos, no município do Rio de Janeiro, do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Em 2018, apenas 4 contratos estavam em vigor, perfazendo um valor de aproximadamente R\$ 49 mil. Isso em um universo em que há mais de vinte e três bilhões de reais em valores constantes (base 1999) e mais de um milhão de contratos em 2018. As poucas DAPs (Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e poucos técnicos da EMATER-Rio também corroboram com esse cenário de fragilidade.

1.1 METODOLOGIA

Buscando analisar algumas dicotomias, dentre elas a produtiva que atrela a agricultura ao espaço rural, mas compreendendo as especificidades da AU do e no município do Rio de Janeiro (os limites político-administrativos do município encontram-se no anexo II e III), esta pesquisa é feita através da conjunção de três métodos distintos. Elas são a revisão bibliográfica, a análise dos dados secundários, quantitativos, das instituições oficiais e a análise dos dados primários, qualitativos, através da pesquisa de campo - com a observação participante e a utilização de entrevistas semiestruturadas (Anexo I). Pretende-se com a conjunção de métodos citados, a triangulação de dados, compreender o máximo possível da temática aqui analisada (FLICK, 2004)

A revisão bibliográfica é feita com a intenção de resgatar os acúmulos teóricos das multiplicidades de fatores que estão entrelaçados com a AU. Quanto aos sistemas agrários, mudanças técnicas, modificações dos padrões alimentares, são utilizadas os acúmulos teóricos de Mazoyer & Roudart (2008), Popkin (2006), Santos (1999, 2004; 2005), Goodman; Sorj; Wilkinson (2008), dentre os outros autores. Acrescenta-se que o referido arcabouço teórico não compreende o homem apartado da natureza (MARX, 1996; BALÉE, 1996; ADAMS et al, 2013).

A despeito do debate cidade-campo, urbano e rural, sua perspectiva política administrativa e o desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro, desigual e combinado e sua industrialização – mote principal da urbanização contemporânea do Brasil, os principais autores dessa revisão serão: Sorokin & Zimmermann (1986), Tonnies (1995), Lohberg et al (2016), Crouch & Ward (1988),

Graziano da Silva (1999; 2003), Lefebvre (2002;2004), Oliveira (1977; 1981), Dias (1996) e Marini (2000;2017), Rúa (2006,2005,2002), Santos (1999, 2004; 2005). Não menos relevante, será abarcado um apanhado conceitual sobre a AU (MOUGEOT, 2000; ALMEIDA, 2015; SANTRANDEU & LOVO, 2007; FERNANDEZ (2014;2016); FERNANDEZ & BATISTA FILHO, 2019; WILKINSON& LOPANE, 2018).

Agregado à revisão bibliográfica, serão utilizados alguns dados de instituições oficiais, como da EMATER (por exemplo, ASPA), BACEN, IBGE e dados coletados durante a pesquisa de campo. A conjunção de dados quantitativos e qualitativos foi feita para proporcionar uma perspectiva ampla no que concerne aos fatores relacionados à AU, como a produção agrícola e os conflitos acerca do Planejamento Urbano e Políticas públicas.

Mais especificamente sobre a produção agrícola tendo como base os dados quantitativos, é importante pontuar aqui alguns fatores que contribuíram para a triangulação de dados i) recorte metodológico do IBGE, ii) não disponibilização de alguns dos dados do último censo agropecuário. Em relação ao recorte metodológico do IBGE, pontua-se a não mensuração dos quintais das residências e a delimitação da instituição de um mínimo de produção que acaba por não englobar um número considerável de AU, como a agricultura de quintal e de coletivos urbanos. Esse recorte, a saber é :de no mínimo 50 pés de árvores frutíferas, 50 bovinos; 5 quando forem vacas de leite; 2000 aves quando forem galinhas, galos, frangas e pintos; 100 aves quando forem patos, gansos, marrecos, perus, codornas, avestruzes, perdizes, faisões, dentre outras. Eo detalhamento na horticultura não seria dado caso a produção fosse para autoconsumo. Isto é, produções menores do que essas não são disponibilizadas nas series estatísticas pela instituição, o que compreende parte considerável da AU.

Com relação às séries disponibilizadas pelo IBGE, não foi possível gerar muitas séries porque alguns alimentos são mensurados em um censo, mas não em outro e vice-versa. Exemplo da batata doce que está disponível no censo agropecuário de 2006, mas não está no de 2017. E a jaca, acerola que são visibilizados no censo de 2017, mas não são nos anteriores. Essas séries foram geradas através da compatibilização, conversão metodológica do IBGE (2009). Todavia, o coco-da-baia não está nesta tabela de conversão e pela sua expressividade, no município do Rio de Janeiro, será utilizada a conversão proposta pelo instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF). Nessa conversão, cada coco-da-baia equivale a 400 gramas. Dado esse contexto, optou-se pela ênfase nos dados da EMATER-Rio, cujo número de agricultores e conseqüentemente a produção é maior do que os mensurados pelo IBGE.

Buscou-se, portanto,uma triangulação das informações disponíveis pela EMATER-Rio que congrega 1505 agricultores. Com esses dados foi possível a espacialização dos agricultores urbanos. O recorte territorial utilizado foi do Plano Diretor regido pela Lei Complementar nº16, de 1992.

Apesar de, em 2011, a Lei Complementar nº111 pormenorizar as APs, os dados oficiais ainda são disponibilizados para o recorte territorial anterior. Ademais a pesquisa apresentou dificuldade em diminuir as escalas geográficas de representação, uma vez que foi necessária a compatibilização por conta da metodologia própria da instituição que não leva em conta apenas aspectos geográficos, mas também outros fatores – não correspondendo assim aos recortes territoriais oficiais. No anexo IV estão explicitadas todas as APs do município do Rio de Janeiro.

As Aps expostas são cinco, sendo elas: a AP1 que abarca as Regiões Administrativas (RA) do Centro, Ilha de Paquetá, Santa Teresa, Portuária, Rio Comprido e São Cristovão. A AP2 compreende as RAs de Botafogo, Copacaba, Lagoa, Rocinha, Tijuca (excluído Alto da Boa Vista), Vila Isabel. A AP3 que engloba as RAs de Ramos, Complexo da Maré, Meier Jacarezinho, Irajá, Madureira, Inhauma, Complexo do Alemão, Penha, Vigário Geral, Anchieta, Pavuna, Ilha do Governador. A AP4 compreende as RAs de Jacarepaguá e Barra da Tijuca. E a AP5 é formada pelas RAs de Jacarepaguá, Bangu, Campo Grande e Santa Cruz. Os respectivos bairros das RAs encontram-se no anexo VII.

Concernente à pesquisa de campo, a amostra foi não probabilística e compreendeu 26 iniciativas heterogêneas de AU na e da cidade do Rio de Janeiro, englobando 68 agricultores. Dessa amostra foram excluídos dois agricultores que, apesar de fazerem feira no município do Rio de Janeiro, são de outros municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Entende-se que os consumos da cidade provem em grande parte de outros municípios e estados, bem como de suas zonas rurais – a AU é complementar a agricultura rural. No entanto, pelo recorte da presente pesquisa e limitação de tempo, limitou-se a analisar os agricultores do município do Rio de Janeiro.

As maiorias dessas iniciativas pesquisadas encontram-se na Zona Oeste do Rio de Janeiro, nas Áreas de Planejamento (AP) 4 e 5 (anexo IV). Territórios em que há, de acordo com os dados das instituições oficiais, o maior número de agricultores. Estas entrevistas foram feitas percorrendo as feiras em que há a comercialização direta entre os agricultores. Essas feiras foram: as feiras de Campo Grande que ocorrem na EMATER e no Rio da Prata, a feira da Roça de Vargem Grande e a feira da Uerj. Os dados em relação às outras feiras foram logrados pelo fato de grande parte dos agricultores entrevistados também participarem dos outros circuitos. Com isso, foi possível uma análise mais ampla. O questionário encontra-se no anexo I. Tendo em conta essa quantidade de informações e com o objetivo de agregar o máximo de análise na presente dissertação, os dados da pesquisa qualitativa foram utilizados para aprofundar questões que implicam diretamente na vida do agricultor urbano.

No tocante aos valores monetários empregados na presente dissertação, como os valores dos contratos do PRONAF, eles foram deflacionados a partir do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Esse índice é calculado pelo IBGE e é considerado o índice oficial de

inflação do país. Ele serve de referência para o Banco Central decidir a taxa básica de juros – Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC). Esse índice tem boa abrangência nacional, compreendendo famílias de 1 a 40 salários mínimos, abarcando as principais regiões metropolitanas do Brasil, como Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Vitória e Porto Alegre, além dos municípios de Brasília, Goiânia e Campo Grande.

Essa deflação das séries históricas foi dada com o intuito de gerar valores constantes e tem como base no ano de 1999 por conta de ser o ano em que várias séries importantes são iniciadas.

Fórmula básica deflação: $P_{i:j} = (P_i/I_i) * I_j$

Sendo:

$P_{i:j}$ - preço real do produto do período i em valor do período j

P_i - preço nominal do produto no período i

I_i - Índice de preço no período i

I_j - Índice de preço no período j

E os recortes de renda escolhidos foram cinco. A primeira correspondente à faixa com até 1,5 salários mínimos. A segunda faixa compreende acima de 1,5 salários mínimos, mas abaixo de 3 salários mínimos. Essas duas faixas compreendem o universo de famílias de baixa renda, como exposto no Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007. A terceira faixa abarca as rendas acima de 3 até 5 salários mínimos. E a quarta faixa corresponde aos salários acima de 5 salários mínimos.

Outra opção metodológica da pesquisa qualitativa foi a respeito da extensão de terra. Houve a opção metodológica da exposição da informação em hectares, informando a extensão com menos de 0,1 hectare, isto é, menos de 1000m² - os quintais urbanos, mas também módulos rurais, demonstrando que parte considerável da AU encontrada na pesquisa de campo é menor do que 1 módulo rural.

2 AGRICULTURAS URBANA E ALGUNS ASPECTOS TEÓRICOS

Para formular políticas públicas, um planejamento e desenvolvimento territorial que contemple as agriculturas no e do município do Rio de Janeiro é preciso compreender o desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro desigual e combinado (MARINI, 2000; 2017; TROTSKY, 1978; OLIVEIRA,1977;1981). Essa perspectiva enfatiza que o modo de produção capitalista é intrinsecamente produtor de desigualdades e que tais desigualdades têm uma expressão desigual e combinada também geograficamente (THEIS, 2010).

No Brasil, as obras de Chico de Oliveira e Milton Santos são importantes para desenvolvimento desse debate. E, em se tratando de um país latino-americano, agregam-se as contribuições da Teoria Marxista da Dependência (TMD), uma das vertentes da teoria da dependência² surgida na década de 1960. Dentre alguns autores destacam-se Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vania Bambirra, AndreGunder Frank (ROSSO & SEABRA, 2016).

Para a TMD, a dependência é caracterizada pela subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. Outra categoria importante para a presente análise é da superexploração. Ela é caracterizada pela violação do valor da força de trabalho seja porque a força de trabalho é paga abaixo do seu valor, levando ao esgotamento prematuro da força físico-psíquica do trabalhador, seja porque configura o fundamento do capitalismo dependente de transferência de valor e cisão entre as fases do ciclo do capital (MARINI, 2017).

Essa perspectiva teórica é importante para a superação da dicotomia no âmbito econômico, como o moderno e o atrasado, cisão que ressoa na dicotomia cidade-campo e na concepção do que é o urbano e o rural. Ademais, contribui para a análise de um país dependente em cujos marcos de desenvolvimento reflete na grande importância da AU para a superação da miséria e garantia da SAN. E contribui para a análise de um país dependente em que a cisão entre os países exportadores de produtos primários e industrializados não condiz mais com a realidade.

Com referência às mudanças técnicas, espaço, relação do homem com a sociedade e natureza, nos termos de Santos (2004, p.29), a presente pesquisa compreende que o conjunto de meios instrumentais sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria o espaço, categoria que é indissociável dos objetos geográficos, naturais ou sociais. Nesta perspectiva, rompe com as definições clássicas da geografia que explicita que o espaço é resultado de uma interação do homem e a natureza bruta. Em outras palavras, a análise abarca a dimensão do espaço enquanto relação com outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho (SANTOS, 2014, pág 54-56). A relação anterior é importante para que as mudanças técnicas não

2 Há diferentes vertentes da teoria da dependência. Sendo uma – a associada de vertente weberiana, cujo um dos mais conhecidos é Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto e a vertente marxista, da presente análise.

sejam autonomizadas, isto é, apartadas dos processos de transformação do homem, sociedade, natureza e espaço.

Concernente ao crescimento e desenvolvimento cabe dispor sobre os marcos teóricos do processo de industrialização e as confusões habituais entre essas associações. Embora esses conceitos sejam proferidos como sinônimos, como o entendimento da escola econômica neoclássica, por conta dos incrementos positivos no nível do produto, assesta-se pela imprecisão dessa assimilação e das disputas em seu entorno. O Brasil é um dos exemplos notórios desse debate e suas contradições, pois é um dos países mais desiguais do mundo, apesar de ser uma das maiores economias do mundo.

Correlacionado à urbanização, compreendida enquanto processo, forma e conteúdo dessa forma, refuta-se o seu caráter estático (SANTOS, 2005). Sendo fruto de processo de acumulação desigual e combinado. Desigual de tempos, contraditória e de construção, destruição, manutenção e transformação através do tempo. E para que seja compreendido o debate do que seria cidade, campo, urbano e rural, é preciso adentrar não apenas no debate teórico, mas também entrelaçar o debate sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e também sobre a sua industrialização – marco da urbanização contemporânea brasileira, cuja inflexão reverberou no aumento da população urbana, precarização da SAN e da Soberania Alimentar.

2.1 A CIDADE E A AGRICULTURA

A partir do debate precedente dá-se prosseguimento com os excertos teóricos acerca da relação da cidade com a agricultura. Recorrendo ao processo histórico, constata-se que há literatura que entrelaça as mudanças do homem, natureza, espaço e sociedade. Há autores que correlacionam o processo de sedentarização do homem com a agricultura, seus ecossistemas variados e o surgimento das cidades. Mouzert & Roudart (2008, p.131), por exemplo, apontam a importância das hortas, parcelas de terras cultiváveis próximas às moradias que, no período neolítico, foram importantes para o desenvolvimento da sociedade.

Lohberg et al (2016, p.16) são outros autores que enveredam por esse lado. Em *Urban Agriculture Europe*, os autores defenderam a AU como premissa básica para o crescimento da maioria das cidades europeias, pois apesar da crescente distinção entre o urbano e o rural – no sentido produtivo, a agricultura nunca foi excludente da cidade. Mas há também autores, como Jane Jacobs (2016) que inverte essa literatura e expõe que foi a cidade e a conjunção de métodos que permitiram a criação de excedentes provenientes da agricultura. Conquanto esse debate interessantíssimo, minimamente, é preciso avançar na asserção de que a agricultura não deve ser excludente da cidade.

Mesmo em Londres, berço da Revolução Industrial, a AU foi importante para a garantia da SAN (CROUCH & WARD, 1988).

Acton (2011) também demonstra como os pequenos lotes urbanos foram importantes para o cultivo de frutas e legumes com o intuito de prover o consumo da população urbana nos últimos séculos. E que, apesar de ter diminuído durante o século XX, a AU foi essencial em Londres, como durante a Segunda Guerra Mundial. Na atualidade, o autor explicita a ressignificação da AU, liderada por preocupações com métodos de produção de alimentos, questões de saúde e nutricionais e o desejo de não perder mais espaços verdes urbanos.

Contudo, apesar da premissa de cima ser válida também no Brasil, país que durante séculos foi um país essencialmente agrário e cuja urbanização é uma condição recente (SANTOS, 2005,pág.17), como destacado por Fernandez (2014, 2016) quando analisou o Sertão Carioca³, ainda perdura uma dicotomia cidade-campo, urbano-rural que exclui a agricultura da cidade, ocasionando conflitos no acesso às políticas públicas, como do PRONAF e no que tange a sua relação com o Planejamento Urbano e com os instrumentos urbanísticos. Cabe destacar que essa temática será analisada no segundo capítulo e, principalmente, no terceiro capítulo.

Por hora, é importante aprofundar no contexto que reverberou nesta dicotomia preconcebida de que algumas atividades são excludentes do urbano – como a agricultura. Esse debate remonta ao ocorrido no século XIX, período de expansão do capitalismo, aceleração da urbanização na Europa, que enquanto forma e conteúdo de forma, explodiu e implodiu a cidade (SANTOS, 2005, p.11; LEFEBVRE, 2004, pág.18). Nesse cenário, o urbano e o rural enquanto adjetivos ganham autonomia. Londres passou de 864.676 mil habitantes, em 1801, para 1.873.676 habitantes em 1841. Sendo que, em 1891, já há mais de 4 milhões de habitantes na cidade de Londres (CHOAY, 1979, p.3). Nesse inchaço das cidades, de precariedade da vida dos trabalhadores, surgiram equiparações entre esses dois espaços, sendo o urbano símbolo do capitalismo, onde estariam o progresso e a técnica e o rural seria o refúgio da aristocracia decadente e de antigas relações e formas de vida (REIS, 2006, pág.3).

Nesse período, alguns autores buscaram teorizar a respeito do campo e a cidade, dentre eles encontram-se Ferdinand Tonnies (1995), sociólogo alemão. Esse autor com base em sua teoria sobre a comunidade e sociedade, analisou a transição dos modos de vida naquela época, sendo a cidade - vida em sociedade –e comunidade - a vida no campo. A análise do autor foi dada a partir das transformações da época, da transformação do valor de uso pelo valor de troca, que na visão do autor, predominaria na cidade. Essa vida seria caracterizada por ser passageira, competitiva, individualista, efêmera. Enquanto a vida em comunidade seria o estado natural dos indivíduos, duradoura, cooperativa e orgânica. Não obstante, a despeito do autor não contrapor em essência a cidade-campo

³O Sertão Carioca compreendia a zona rural do município do Rio de Janeiro, abrigando uma população de perfil rural agrícola com forte relação de dependência dos recursos naturais locais para garantir seu sustento e reprodução social(Fernandes, 2014, p.132).

e urbano-rural, o autor afirma que haveria o predomínio do valor de troca, na cidade, em detrimento do valor de uso.

Sorokin & Zimmermann (1986) foram outros autores que teorizaram e influenciaram a discussão. Aprofundando o debate, no começo do século XX, eles elencaram as diferenças entre a cidade e o campo. Dentre as diferenças que foram denotadas estão as relacionadas ao trabalho, a relação com a natureza, densidade populacional e características da população. Para os autores, o campo estaria voltado para as atividades agrícolas e a cidade voltada para a indústria, comércio e demais serviços. Na perspectiva da natureza, o campo seria mais natural e a cidade mais artificial. E, em relação à densidade populacional e características da população, o campo seria menos denso e mais homogêneo em comparação com a cidade. Cabe frisar que apesar dessa dualidade exposta pelos autores, eles explicitaram a presença de gradações entre ambos os espaços, um *continuum* entre rural e urbano. Sem embargo, é preciso atenta-se que o *continuum* também abarca a existência de uma dualidade.

Outro autor que adentra nesse debate é o antropólogo Robert Redfield (1956). O autor ao estudar quatro comunidades na Península de Yucatan, no México, com base na pesquisa sobre o que ele considerava extremo – folk⁴ de um lado e as civilizações urbanas de outro, encontrou gradações de espectros entre a comunidade muito além das dualidades explicitadas pelos autores mencionados. Nessa pesquisa, o autor demonstrou como os camponeses dessas comunidades, por exemplo, situavam-se numa escala intermediária entre as sociedades que ele considerava “primitivas” e as “civilizadas” – urbanas.

Exposto o breve debate que ocorreu nesse período, pode-se compreender o esforço por teorizar as diferenças entre a cidade-campo, o urbano-rural em meio a explosão e implosão da cidade. Contudo, percebem-se como algumas premissas dessas teorias não se aplicam nem na realidade dos países centrais, cujas industrializações foram precedentes, nem na latino-americana.

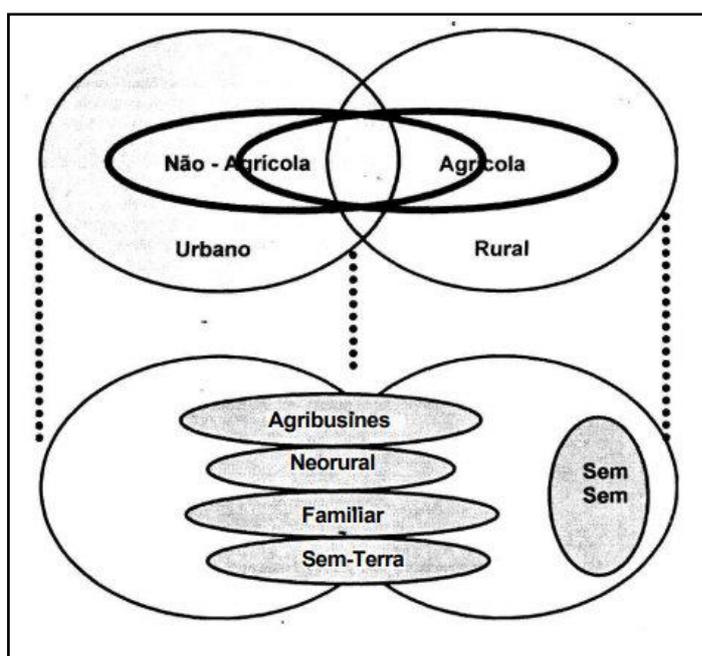
De acordo com Santos (2005, pág.11), as cidades brasileiras adquiriram sua maturidade e as características urbanas atuais somente no século XX, tornando emblemática a absorção de uma dualidade que se não existe nos países centrais, muito menos nos países periféricos. Entende-se assim que se a atividade agrícola na cidade perdurou em países cuja a industrialização foi precedente, nos países periféricos, a dicotomia produtiva deve ser também questionada. Mas ela deve ser questionada tanto de uma perspectiva da existência de uma agricultura da cidade, mas também tendo em conta a realidade da agricultura na cidade – por conta sua reinvenção e conexão com o âmbito urbano.

⁴Para Redfield (1964), folks seriam as comunidades isoladas, tradicionais, caracterizadas pelo tamanho pequeno, pela homogeneidade, isolamento, autossuficiência, pelas relações pessoais, pela sobreposição da ordem moral à ordem técnica.

No campo teórico, essa dualidade vem enfrentando tensionamentos, inclusive, pelas próprias transformações do homem, natureza, espaço e sociedade. Elucida-se a Revolução Verde, com a introdução de bens de capital no campo, aumentando a produtividade e entrando em choque com a concepção atrasada do campo. Há também a Revolução Biotecnológica com as mudanças genética e químicas, tecnologia de campo que aumentou a integração entre a tecnologia e a agricultura. Um estágio avançado do apropriacionismo e substitucionalismo. E, mais recentemente, há também a Revolução Digital, processo em marcha, que tensiona ainda mais a concepção de ausências, mas também a perspectiva teórica de homogeneidade da população rural.

Esmiuçando a primeira transformação na contemporaneidade do Brasil, a partir da década de 1960, o período histórico da Revolução Verde foi ponto de inflexão para o aumento da população urbana em relação à população rural, sendo que grande parte emigrou para os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Na década de 1980, a Revolução Biotecnológica acelerou o processo anterior com a introdução intensiva de P&D no campo. Com a revolução genética, em uma conjuntura nacional cuja participação do agronegócio é pilar no comércio internacional, as transformações no campo desembocaram no que Graziano da Silva (1999, p.1) denomina *Novo Rural*. Para o autor, a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Para o autor, o rural só poderia ser entendido como um *continuum* do urbano do ponto de vista espacial, mas não do ponto de vista da organização da atividade econômica e/ou mesmo a partir de uma perspectiva de ausências.

Figura 1 – O Rural e o Urbano de Graziano da Silva



Fonte: Graziano da Silva (1999, p.171)

Contudo, enfatiza-se um breve “porém” teórico em referência à perspectiva de Graziano da Silva, o autor considera que as transformações do rural desembocam em uma “urbanização” desse espaço, com o acesso de equipamentos que antes eram entendidos como exclusivos da cidade. Não obstante, a própria concepção de que determinados equipamentos e serviços são característicos de determinados espaços é também parte de uma concepção dicotômica cidade-campo e do que é urbano ou rural. Em outras palavras, apesar de grande avanço teórico de Graziano (1999) a presente pesquisa não adota a concepção de que as transformações do espaço rural são uma urbanização ou “rururbanização”.

Retornando aos debates relacionados às transformações do campo, mais recentemente, tem-se a Revolução digital. De acordo com Assad & Pancetti (2009), há uma lenta e silenciosa revolução no campo. As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) estão inseridas nas atividades rurais como fator de competitividade, tanto nos controles agrônômicos, zootécnicos e administrativos. No âmbito da comunicação, a revolução digital a revolucionou. De acordo com dados do PNAD (2015), 49,3% dos domicílios rurais do Brasil têm acesso a internet através do computador. Em contrapartida, a utilização do celular é quase o dobro, 89,4% dos moradores da zona rural utilizam o celular para acessar a internet. Esse dado é bastante significativo, já que desde o lançamento do primeiro dispositivo mobile, houve uma revolução no uso das TICs.

Contudo, apesar desse avanço, os autores elucidam alguns entraves no que tange a proliferação das TICs no campo, como a falta de estrutura que reverbera um acesso limitado à internet, dado que mesmo quando há internet e wi-fi em determinados espaços, não logra as potencialidades que o acesso à internet pode oferecer no tocante ao tráfego de dados. A qualidade de uso interfere diretamente na apropriação digital (CASTELLS, 2003, p.8).

Conquanto, as dificuldades de acesso às TICs no campo, tão pouco elas devem ser compreendidas a partir de uma dualidade entre o campo e a cidade e/ou mesmo do que é o urbano e o rural, vide pesquisas sobre a falta de inclusão digital também em espaços urbanos, como nas favelas e periferias da cidade por conta das desigualdades sociais do país (SILVEIRA & CASINO, 2005).

Avançando esse debate, há também controvérsias no que tange à delimitação do que seria cidade, campo, urbano e rural a partir da determinação político-administrativa. Tendo em conta que essa determinação afeta diretamente a AU, a próxima seção iniciará esse debate que será aprofundado no terceiro capítulo.

2.1.1 Cidade-Campo, Urbano e Rural no Brasil: A Determinação Político-Administrativa

Delimitar o que seria o urbano e rural é tema controverso para a academia e as instituições brasileiras e internacionais. Atualmente, a distinção do que seria cidade e campo, urbano e rural é dada através de um Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938, uma divisão político-administrativa que determina que todo município deve ter uma sede - cidade, e que ela é automaticamente urbana. Sendo o campo, a zona rural, a exclusão de tudo aquilo que não é a cidade e seu perímetro urbano. A partir da Constituição Federal de 1988, nos artigos 182 e 183, que trata sobre a Política Urbana, o planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano ficou a cargo do município, ente federado autônomo que através do Plano Diretor determina o que é urbano e o que é rural.

O Estatuto da Cidade, Lei nº10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamente os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, amplia a atuação do município nesse planejamento territorial. No artigo 41º dessa lei, todo município com mais de 20 mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal, precisa ter um Plano Diretor.

De acordo com o artigo 39º do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor, instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, é base para o plano plurianual, essencial para a elaboração das diretrizes orçamentárias. Esse plano precisa ser revisto a cada dez anos e ter participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade assegurada pelo Poder Legislativo e pelo Poder Executivo municipal.

Sobre a determinação do perímetro urbano e rural pelo Planejamento Urbano, no Rio de Janeiro, a zona rural, constituída por bairros da Zona Oeste foi fagocitada pelo Decreto 322 de 1976. Atualmente, o Plano Diretor da cidade não prevê o zoneamento rural, mas admite a atividade agrícola em algumas regiões, tornando necessária uma confluência de análise dos instrumentos urbanísticos, como a LUOS que será analisado no terceiro capítulo. Mas adiantando algumas implicações desse debate político-administrativo está o imposto sobre a terra. Se a terra está em zona rural, o imposto é o ITR, de competência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). E se a terra é urbana, a incidência, geralmente, é do IPTU.

Dentre algumas responsabilidades do INCRA estão: critérios para fixação da fração mínima de parcelamento e do módulo fiscal, classificação da função social, dentre outras prerrogativas previstas na Portaria nº49, de 31 de janeiro de 2017, em conformidade com a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra e legislação complementar.

Quanto ao debate fundiário, geralmente, há a delimitação por parte do município da incidência do IPTU em grande parte do território administrado, dentre um dos motivos elenca-se o

aumento da arrecadação. Do ponto de vista tributário, elucidam-se alguns pontos: o primeiro é que o STJ julgou, em 2010, o Recurso Especial nº1.207/093 – SP (2010/0127944-9). No referido acórdão, ficou definido que a incidência do ITR para imóvel localizado em área urbano. Para tal, o imóvel deve estar empregado em atividade exploração extrativo, vegetal, agrícola, pecuário ou agroindustrial nos moldes da Lei nº5.172, de 25 de outubro de 1966, no artigo 15.

Corroborando com esse arcabouço jurídico, a Lei nº4.504, de 30 de novembro de 1964, o Estatuto da Terra, define o imóvel rural como “o prédio rústico”⁵, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial.

Em se tratando de IPTU, no Rio de Janeiro, o Decreto nº14.327 de 1 de novembro de 1995, no artigo 12º, redação acrescida pelo Decreto nº40.524 de 18 de agosto de 2015, isenta imóveis agrícolas das regiões A e B⁶ cuja utilização para fins agrícolas ou de criação, por seus proprietários ou por terceiros, registrados na repartição competente para supervisionar essas atividades. Essa área agriculturável deve ser igual ou superior a 1.000 m² (mil metros quadrados), em que sejam cultivadas 3/4 (três quartas partes) desta, ou, se usada para criação, seja mantida idêntica proporção em pastos devidamente tratados e economicamente aproveitados. Essa lei isenta também os imóveis dessas regiões utilizados na exploração de atividades avícolas.

Não obstante, em se tratando da isenção do IPTU, o fato do referido decreto não incluir a agricultura de quintal e o fato dos agricultores ouvidos durante as pré-conferências e conferências do CMDR-RIO reivindicarem o ITR, mostra-se emblemática essa discussão. Apesar do acórdão SP (2010/0127944-9) prever o ITR independentemente do zoneamento, foi relatada a insegurança concernente à manutenção desse imposto em zona urbana, dado que essa decisão atrela esse imposto à continuidade perene da atividade agropastoril. Dentre uns dos motivos citados que poderiam afetar a continuidade dessa atividade agrícola urbana estão: problemas de saúde e ou outras atividades econômicas temporárias, expressando uma diferença notória em comparação com a aplicação do imposto na zona rural. Menciona-se que não é levado em conta a pluriatividade – realidade tanto da cidade quanto do campo.

Ainda do ponto de vista tributário, mais especificamente sobre os equipamentos urbanos é a redação do art.32 no Código Tributário Nacional (CTN - Lei 5172/66), que regula a incidência do IPTU in verbis:

⁵CHACPE (2017), em artigo Do conceito de Imóvel Rural como unidade de exploração econômica: consequências quanto à forma de elaboração de laudo agrônomo de fiscalização e a classificação fundiária do imóvel para fins de desapropriação para reforma agrária, analisa a dicotomia que ressona na lei, atrelando prédio rústica à concepção do rural.

⁶Região A - Guadalupe, Anchieta, Parque Anchieta; B - Saúde, Gamboa e Santo Cristo. Excluindo Centro, Santa Tereza e Flamengo do que seria considerado a região C. Não há menção aos bairros da Zona Oeste nesse decreto.

§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar; e rurais e a implantação

Essa questão relaciona-se à concepção de que os serviços de infraestrutura básica sejam atributos qualificáveis apenas para o urbano, não à toa referenciados na literatura como infraestrutura “urbana”, a própria concepção de equipamentos urbanos denota mais uma vez a dicotomia implícita entre urbano e rural (LIMA; LOPANE; PEREIRA. WILKINSON, 2019, p.9). Em Santa Cruz, por exemplo, onde alguns agricultores relataram pagar o ITR, essa opção tributária não pode implicar na exclusão de investimento por parte do poder público.

2.1.1.1 Debates Adicionais: Controvérsias e Crítica à determinação Político-administrativa brasileira

No Brasil, Jose Ali Veiga adentra no debate sobre a cidade-campo e a determinação do que é o urbano e o rural. Em primeiro lugar, o autor refuta a perspectiva teórica de que há uma tendência de desaparecimento do rural. Para o autor, refutando Lefebvre (2002), há renascimento de uma nova ruralidade.

Por outro lado, Costa et al (2013) expõem que houve um entendimento equivocado do livro *Revolução Urbana* de Henri Lefebvre (2002). Os autores afirmam que a expansão da urbanização pautada pelo capital não elimina a agricultura. E que o processo de implosão-explosão, alavancado pelo desenvolvimento do capitalismo, levou as possibilidades da prática socioespacial, associada a novas e velhas contradições, a todas as partes do território, o que podemos considerar uma urbanização ideológica, nos termos de Rúa (2005). Roberto Luís Monte-Mor (2011), *Em o que é o urbano, no mundo contemporâneo*, também defende a perspectiva de Lefebvre (2002). Para o autor, a cidade industrial, sob a expansão do capitalismo, transbordou sobre as regiões circundantes e originou uma nova forma de urbanização, o que ele chama de urbanização extensiva. Pois, o tecido urbano enquanto forma e processo socioespacial carregou consigo os germes da pólis, das civitas, das práticas políticas urbanas que era própria e restrita ao espaço da cidade.

Tendo como base as exposições de Costa et al (2013) e Monte-Mor (2011), a presente pesquisa concorda que a explosão e implosão da cidade, sob a expansão do capitalismo desigual e

combinado, gerou novos processos, e, conseqüentemente, uma expansão da urbanização tanto física quanto ideológica. Contudo, esse processo além de ser desigual e combinado, longe de ser homogeneizador, não é exclusivo da cidade. Melhor dizendo, é preciso atenta-se para o cuidado necessário de não dicotomizar a cidade do campo, pois ao atrelar os germes das civitas à prática estritamente urbana recai-se sobre uma dualidade que se pretende refutar na presente pesquisa.

Não obstante, as contradições entre ambos os espaços persistem e, tão pouco, pretende-se diluí-las, mas mais do que isso – avançando na análise –pretende-se abarcar uma a ideia de hibridéz levantada por Rua (2005; 2006). Em outras palavras, a ressignificação do rural não é apenas oriunda das criações urbanas, mas também das leituras particulares por parte dos habitantes das áreas rurais. Por outro lado, as ruralidades possuem uma relação dialética com o espaço urbano em que está inserido.

Outro avanço do autor é em relação aos conflitos em torno do território, elementar no debate do Planejamento Urbano e também concernente ao campo da Política Pública. Discutindo o papel do território, Rua (2005) explicita disputas em torno do território, interesses rurais e urbanos, locais, nacionais e globais, agrícolas e industriais e aqueles ligados à cultura e ao turismo.

Nessas disputas diversas instituições projetam seus interesses no território, como o IBAMA, o INCRA, as prefeituras, proprietários e especuladores de terras, empresários do agronegócio e do turismo, agricultores familiares (proprietários e parceiros) e assentados, movimentos ambientalistas e dos que lutam pela reforma agrária, proprietários de sítios e de condomínios de segunda residência, todos vivenciando assimetricamente o exercício do poder, numa busca de manutenção de hegemonias e de construção de contra-hegemonias o que provoca constantes conflitos (RUA, 2005).

Essas disputas remetem ao debate preambular do Planejamento Urbano e disputas no que tange o que é o urbano e o rural. Sobre essa normatização político-administrativa, retorna-se ao intelectual Jose Eli de Veiga que criticou essa delimitação através do Decreto-Lei nº 311, de 2 de março de 1938. Para Veiga (2007), o Brasil é menos urbano do que se calcula. O autor criticou a delimitação político-administrativa do que é urbano e rural no Brasil e elucidou experiências internacionais de definição do que é urbano e rural. Sobre as classificações dos Estados Unidos:

Nos Estados Unidos coexistem duas classificações: a do U.S Census Bureau e a do Office of Management and Budget (OMB). Para o primeiro, as áreas urbanas são as mais adensadas, mas não correspondem a divisão político-administrativa. E podem ser de áreas urbanizadas ou "clusters" urbanos. Numa área urbanizada deve haver mais de 50 mil pessoas (mesmo que não haja uma cidade específica com esse número de habitantes), e um núcleo com densidade superior a 386 habitantes por quilômetro quadrado (hab/km²). Já os "clusters" urbanos – noção adotada somente a partir do censo de 2000 – são localidades com população inferior (entre 50 mil e 2,5mil), mas que atinjam os mesmos níveis de densidade demográfica (VEIGA, 2007, p.129).

Nos Estados Unidos, o autor apontou também a experiência do Serviço de Economia Rural, vinculado ao Departamento de Agricultura (ERS/USDA) que utiliza um híbrido das duas metodologias citadas acima. Já a OCDE considera rurais as localidades que tenham densidade populacional inferior a 150hab/km² (ou, no caso específico do Japão, 500 hab/km²). Outros indicadores relacionados à população e migração, bem-estar social e equidade, estrutura e desempenho econômico, meio ambiente e sustentabilidade encontram-se no escopo metodológico da OCDE (VEIGA, 2007, p.129 e 130).

O IBGE (2005) também vem criticando a determinação político-administrativa. Através de um mapeamento elaborado pelo satélite Rapideye com resolução espacial de 5 metros e com imagens que compreendem os anos de 2011 a 2014, o IBGE mapeou as manchas urbanizadas do Brasil com mais de 300 mil habitantes, excetuando Palmas (TO) e Boa Vista (RR). Metodologicamente, o IBGE propõe uma nova caracterização que englobe a densidade demográfica, a localização em relação aos principais centros urbanos e o tamanho da população. Por isso, o mapeamento das manchas a partir de concentrações de residências, sua proximidade com a vizinhança e demais construções presentes no tecido urbano, além da diversidade nas ocupações laborais da população. Através da sistematização dessas manchas urbanas, o IBGE buscou superar a delimitação político-administrativa e criar séries que possam ser metodologicamente comparadas às experiências internacionais.

Em relação às metodologias acima, principalmente, da OCDE proposta por José Eli Veiga, Rua (2006, p.93), criticou em seu artigo o preterimento de uma metodologia alheia as especificidades de cada país. Em relação ao Brasil, ao analisar a realidade fluminense, que o peso político, econômico, demográfico e cultural é demasiado, o autor questionou os critérios da OCDE, dado que não só as práticas sociais, mas, inclusive as identidades dos lugares, ficam sujeitas aos códigos da metrópole. E, como bem foi pontuado pelo autor, há o risco de distinguir estatisticamente urbano e rural e, com isso, obscurecer o movimento contraditório que marca as interações espaciais na atual fase de unificação diferenciadora do espaço do capital.

Salienta-se que não é intenção dessa dissertação definir o que é o urbano e o rural. A pretensão é de apenas apresentar o debate e demonstrar como ele é fruto de controvérsias nas academias, instituições e, principalmente, fruto de disputas – implicando diretamente nas políticas públicas para a AU, cuja dicotomia cidade-campo e urbano-rural perdura e onde o Plano Diretor é o instrumento principal dessa definição. Concorde-se aqui, entretanto, após longo debate, que a delimitação político-administrativa pode ser limitada, sendo necessários outros indicadores para tal classificação, mas sem engessar tais classificações. Ademais, aponta-se a necessária garantia da participação popular nos debates em relação aos critérios e a definição do que é urbano e o rural no Brasil

Agora, aprofundando a análise, a próxima seção explicitará a industrialização, dependência e urbanização do Brasil, processo de industrialização do Brasil que foi essencial para a inflexão da urbanização durante a década de 1970. Entre a década de 1960 e 1970, há a inflexão da população urbana em relação à rural por conta da modernização conservadora e êxodo rural. Nesse aspecto, a geração de renda e suprimento da SAN tornou-se emblemática.

Além do exposto acima, a próxima seção abordará as críticas a esse modelo de crescimento e desenvolvimento que reverbera na pauta atual da Agricultura Urbana. Críticas que vão desde o debate em torno do Desenvolvimento Sustentável, mas também a partir da Agroecologia – enquanto novo campo do saber atrelado a práxis.

2.2 PROCESSOS, DEPENDÊNCIA E URBANIZAÇÃO DA ECONOMIA DEPENDENTE BRASILEIRA

O Brasil durante séculos foi um país agrário. No livro *Urbanização brasileira*, Milton Santos explicitou como o urbanismo é uma condição recente do Brasil, pois apesar da existência das cidades, no período colonial, é apenas no século XX que a urbanização, sob um novo modelo de acumulação de capital e dependência, ganha expressividade (SANTOS, 2005,p.17). Quer dizer, apesar da existência de cidades previamente ao século XX, a urbanização, nos moldes da urbanização contemporânea, teve sua inflexão apenas no século passado.

Santos (2005, pág.18) elencou três períodos que marcaram a criação e desenvolvimento das vilas e cidades. Sendo a primeira fase, entre 1530 e 1570, que foi marcada pela fundação do Rio de Janeiro em 1567. E também foi dada pela fundação de Filipéia da Paraíba em 1585. O segundo período foi o da dominação espanhola, entre 1580 e 1640, com a fundação de 10 vilas e três cidades. E um terceiro momento foi dado com a fundação de trinca e cinco vilas, entre 1650 e 1720, tendo sido duas delas elevadas à categoria de cidade: Olinda e São Paulo (SANTOS, 2005,p.18)

De acordo com Santos (2005, p.21:23), na passagem do século XVII e XVIII, Salvador já reunia 100.000 moradores⁷. Em 1872, três capitais brasileiras contavam com mais de 100.000 habitantes: Rio de Janeiro possuía 274.972 habitantes, Salvador e Recife tinham 129.109 e 116.671 habitantes respectivamente. Em relação às cidades com mais de 50 mil habitantes, Belém e São Paulo contavam com aproximadamente 61.997 e 31.385 mil habitantes. Em 1900, Rio de Janeiro possuía

⁷ De acordo com Santos (2005, p.21:23), nesse período, os Estados Unidos não possuíam qualquer aglomeração com mais de 30.000

cerca de 691.565 habitantes, São Paulo contava com 239.820 habitantes, Salvador tinha 205.813. E Recife e Belém possuíam 113.106 e 96.560 habitantes respectivamente.

De acordo com Santos (2005, p.21), no fim do século XIX, em 1872, a taxa de urbanização era de 5,9%, e, em 1900, 9,5%. Entre 1920 e 1940, a taxa urbanização foi triplicada, passando para 31,24% (VILLELA E SUZIGAN, 1973, p.199). De acordo com Cano (2012, p.80), foi nesse período que houve uma mudança do padrão de acumulação de capital da economia brasileira. Reconfiguração que pautou novos modelos de desenvolvimento, dependência e novas formas de poder de classe (MARINI, 2017).

Falar sobre esse processo é importante porque, como bem pontua Lefebvre (2004, p.15), a existência prévia das cidades foi necessária por constitui-se um espaço de concentração de capitais, bancos, residências dos dirigentes econômicos, políticos e exército reserva de mão de obra da classe trabalhadora. Mas, ao mesmo tempo, a expansão da industrialização também produziu a cidade, quer dizer, um duplo processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, crescimento e desenvolvimento, produção econômica e vida social. Melhor dizendo, além de a cidade ser o espaço de consumo coletivo, como exposto por Manuel Castells (1983), ele facilita as condições gerais de produção e do espaço do sistema capitalista. Mas, além disso, a própria industrialização é indutora do urbano, da produção da cidade, como exposta por Lefebvre (2004)⁸.

Isto é, industrialização enquanto progresso das forças produtivas, de mudanças técnicas, muda, produz e dialeticamente muda novamente a cidade. E, na própria produção da cidade, ela se produz – a sociedade urbana (LEFEBVRE, 2004, p. 19). Avançado esse arcabouço teórico, compreende-se a importância de analisar o processo de industrialização do Brasil, a mudança do padrão de acumulação.

Antes de iniciar, importante destacar que de modo algum se pretende determinar que a década de 1930 tenha sido o marco inicial do processo de industrialização do Brasil, tão pouco esquecer as controvérsias no que tange o processo de industrialização do Brasil⁹. Contudo, é neste período, com a ascensão de Getúlio Vargas (1930-1945; 1951-1954)¹⁰, que há a conjunção do nacionalismo, industrialização, intervencionismo pró-crescimento e positivismo, caracterizando um novo projeto

⁸ Mesmo que muitas indústrias tenham sido implantadas fora da cidade para estarem perto de fontes de energias, por exemplo, essas indústrias estavam próximas dos principais centros urbanos locais (LEFEBRE, 2004, p.15).

⁹ De acordo com SAES (1989), há basicamente duas controvérsias no que concerne o processo de industrialização do Brasil. A cepalina de Celso Furtado que defendeu, em linhas gerais, que a crise econômica mundial de 1929 marcou a ruptura das relações econômicas do Brasil com o exterior e que a economia brasileira, através do Estado via política de defesa do café e política cambial, teria criado as condições para a industrialização. E a teoria de Carlos Manoel Peláez que enfatizou que a recuperação da economia, nos anos 30, repousou sobre fatores externos, a diminuição das importações e os seus efeitos no balanço de pagamentos, negando a hipótese de que a melhora da economia e o processo de industrialização foi alavancado pela intervenção heterodoxa do Estado e o fortalecimento do mercado interno (SAES, 1989)

¹⁰ Entre o período de 1945 e 1951, tivemos dois presidentes: José Linhares, assumindo o governo por ser presidente do STF na época. E, posteriormente, entre 1946-1951, Eurico Gaspar Dutra. Dutra adotou política econômica inspirada no liberalismo e na empresa privada

político-econômico denominado nacional desenvolvimentismo (FONSECA, 2004, p.2). Em âmbito nacional, a taxa desse crescimento passou de 4,2%, entre 1919 e 1939, para 5,0% entre 1939-1949. Sendo que São Paulo quadruplicou seu parque industrial e, em 1949, seu parque industrial era duas vezes e meio maior do que em 1939 (CANO, 2007, p.75 e 125).

Como políticas que propiciaram a industrialização, diversificação da produção econômica para bens intermediários e bens de capital, citam-se a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CTL), a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (1940); Vale do Rio Doce (1942); Companhia Nacional de Alcális (1943); Fábrica Nacional de Motores (1943); Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945), BNDES (1952). Uma migração da estrutura agrária para uma estrutura pautada na indústria alicerçada na política desenvolvimentista do Estado brasileiro (DIAS, 1996, p.81; OLIVEIRA, 1981)¹¹.

A respeito desse período de mudança do padrão de acumulação do Brasil, destaca-se a contribuição da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL). Essa instituição foi criada, em 1947, sob um contexto pós Segunda Guerra mundial e os anseios com a promoção do desenvolvimento econômico baseado na industrialização. Teve seu auge de influência entre as décadas de 1950 e 1960. Eram alguns dos principais pensadores da CEPAL: Raul Prebisch, Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares e Aníbal Pinto.

A escola cepalina surgiu para refutar a lógica das escolas de crescimento e desenvolvimento dos países centrais, como Rosenstein-Rodan (1943) com a teoria sobre o grande impulso; Nurkse (1952;1953) com o crescimento equilibrado; Hirschman (1958) com a estratégia de crescimento desequilibrado; Perroux (1955) com os polos de crescimento; Myrdal (1957) com a tese da causalidade circular e cumulativa; Lewis (1954;1955) com o modelo dos dois setores com oferta ilimitada de força de trabalho e Rostow (1956;1960) com a teoria da "decolagem", cuja teoria prega a evolução econômica em etapas, tendo como base as experiências de países europeus, o Japão e o próprio Estados Unidos (CRESPO & MOREIRA, 2012).

Refutando esses arcabouços teóricos centrais, a CEPAL, a partir do enfoque histórico-estrutural, criticou a teoria internacional do comércio internacional, das vantagens comparativas, a concepção de que o desenvolvimento era uma etapa. Para a CEPAL, o subdesenvolvimento é forma específica de desenvolvimento capitalista, cuja relação assimétrica é oriunda das instituições e estruturas produtivas periféricas herdadas historicamente. Essa estrutura herdada reverberou em um comércio internacional de deterioração dos termos de troca dos países periféricos que exportava

¹¹ Há um debate acerca do salário mínimo em crítica à dualista de Chico de Oliveira. O autor demonstra como o salário mínimo foi imposto abaixo do necessário para a (re)produção da vida dos trabalhadores já em sua gênese.

produtos primários e importava produtos industrializados dos países centrais. Um intercâmbio no comércio internacional que foi caracterizada por ser uma troca desigual (FURTADO, 2000).

Com o diagnóstico acima, na visão da instituição, seria papel do Estado promover a industrialização do país, que coadunado com a distribuição de renda, promoveria o desenvolvimento econômico e social do país. E, tendo como influência a escola cepalina, a industrialização continuou nos governos posteriores. Durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), a política de industrialização foi sistematizada no Plano de Metas que visava transformar a estrutura econômica do país, intensificar o processo de substituição de importações para bens intermediários e de capital.

De acordo com DIAS (1996, p.85), para lograr as metas, o governo pensava operar em três esferas distintas, pelo externo com a instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), que viabilizava a importação de equipamentos e outros produtos importantes sem cobertura cambial. O Segundo, também externo, era relacionado com o financiamento internacional, e o terceiro, no nível doméstico, era dado a partir de crédito subsidiados para setores selecionados, como os gastos governamentais em infraestrutura. Apesar do financiamento externo, apesar dos anseios do governo pelo financiamento oriundo dos Estados Unidos, a política estadunidense estava voltada, principalmente, para a Europa e a Ásia. Essa perspectiva mudou somente após a Revolução Cubana em 1959 (SATO, 1998). Nessa perspectiva, o financiamento deu-se, sobretudo, a partir dos chamados *supplier's credits*, estimulados pela legislação favorável ao capital estrangeiro durante a gestão de Gudin no Ministério da Fazenda entre 1954 e 1955. De acordo com Caputo & Melo (2009), essa medida do Estado foi essencial para a internacionalização da economia brasileira porque favoreceu o capital estrangeiro permitindo a importação de máquinas e equipamentos como investimento direto estrangeiro com um câmbio livre, ao mesmo tempo, que as remessas de lucros eram através de um câmbio mais baixo.

Houve o que Marini (2017) denomina novo anel espiral, a dependência já não era mais pautada pela dicotomia existente anteriormente de países produtores de produtos primários e países produtores de produtos industrializados da Primeira Divisão Internacional do Trabalho (DIT). Com a recomposição do capital fixo dos países centrais e transferências das inovações técnicas desses para os países periféricos, a divisão foi reconfigurada. A industrialização latino-americana correspondeu assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo marco as etapas inferiores da produção industrial foram transferidas para os países periféricos. Essa industrialização subordinada a São Paulo e ao capital internacional teve um crescimento de 40,7%, em 1939, para 58,2% em 1970 (CANO, 2007, p.174).

Nesse cenário de aumento da industrialização, urbanização, internacionalização da economia, o debate em torno da questão agrária ressurgiu¹². Cabe ressaltar que, nos anos 60, um dos principais argumentos em torno da reforma agrária, inclusive, cooptando setores progressistas da burguesia industrial, era a necessidade de ampliar o mercado interno para garantir a demanda das cidades, consumo dos produtos das indústrias nascentes (MARINI, 2000). Entretanto, essa linha democrática seria abortada durante a ditadura civil-militar, tendo bastante contribuição dos economistas conservadores da USP, como Delfim Neto. Para esse centro de reflexão, não era necessária uma reforma agrária para suprir as demandas da cidade. Pelo contrário, houve uma defesa da estrutura agrária e seu papel no desenvolvimento econômico do país. Para eles, houve a liberalização da mão de obra, sem diminuir a quantidade de alimentos. Ao mesmo tempo, houve a criação de mercado para os produtos da indústria, a expansão das exportações e financiamento de parte da economia brasileira (DELGADO, 2005, p.54 e 55)¹³.

Referente ao debate até aqui exposto, em um contexto pré golpe de múltiplas determinações, contradições, como a oriunda do padrão de acumulação da economia brasileira, o conflito entre as classes dominantes e suas críticas ao governo de João Goulart, de ascensão dos movimentos organizados e conflitos em torno da questão agrária, houve o golpe civil-militar de 1964. E os debates em torno da questão agrária, sobretudo, levando em conta as possibilidades de uma reforma agrária democrática¹⁴ foram cessados (MENDONÇA, 2009; DELGADO, 2005).

Relativo às contribuições da CEPAL, podemos ver como houve a influência da escola cepalina nas mudanças de acumulação de capital da industrialização brasileira. Esse processo foi iniciado, na década de 1930, e continuado durante os governos da ditadura civil-militar com o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) (1972-1974) durante o governo Médici (1969-1974) e o II PND (1975-1979) – durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979)(SOUSA & COSTA, 2015).

Contudo, o próprio Celso Furtado mostrou-se frustrado com o modelo de desenvolvimento do Brasil, baseado nas sociedades centrais. Para o autor, o desenvolvimento, nos termos de grau de acumulação de capital aplicado aos processos produtivos e acesso aos bens finais, que se convencionou chamar de estilo de vida moderno, não era contemplado pelos países periféricos, dado que o Brasil era um país de estrutura extremamente desigual. No livro *O Mito do Desenvolvimento*

12 Carmina (2009) analisa a década de 1950 e a oferta agrária. Para o autor, a problemática não era a insuficiência agrícola, mas sim a insuficiência de renda dos trabalhadores brasileiros para a compra de alimentos.

¹³Concernente a esse período e dentro dos marcos do debate acima, cabe destacar o Estatuto do Trabalhador Rural, sob a Lei nº4.214, de 2 de março de 1963, que se tornou um marco para a previdência social do trabalhador rural. Contudo, ele não foi regulamentado. E seria apenas universalizado com a Constituição Federal de 1988.

14 No livro *O Patronato rural no Brasil recente (1964-1993)*, Sonia Regina de Mendonça explicita como, apesar de divergências entre a SNA (Sociedade Nacional de Agricultura) e a SRB (Sociedade Rural Brasileira), a burguesia agrária defendeu o golpe civil-militar. E de como o medo da burguesia agrária, e suas distintas frações, estava atrelada na possível radicalização da luta pela reforma agrária.

Econômico, o autor aprofundou essas críticas, problematizando o padrão de consumo dos países desenvolvidos. Na visão do autor, o consumo das elites, baseado na exploração da maioria da população, excluiu a maioria do padrão de consumo “moderno”. Além disso, houve a crítica por parte do autor do modelo de consumo e da depredação dos recursos naturais, colocando em risco a sobrevivência humana (FURTADO, 1974).

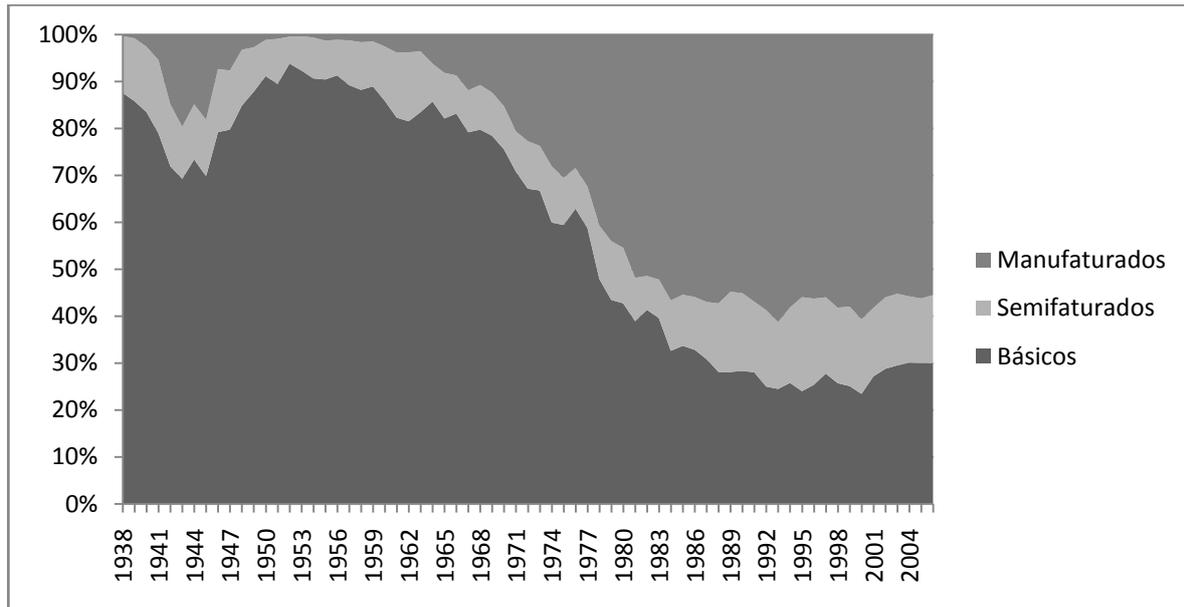
Avançando nas críticas de Celso Furtado, inclusive, problematizando alguns dos seus pressupostos, a teoria marxista da dependência criticou a já exposta dualidade centro – produtoras de produtos industrialização e países periféricos – produtores de produtos primários. Para essa perspectiva, há uma relação simbiótica entre o que era considerado atrasado e moderno. No livro *Elegia para uma Re(li)gião*, Francisco de Oliveira (1977) narra a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, no âmbito da perspectiva cepalina¹⁵. Nessa perspectiva, o nordeste era atrasado e o sudeste moderno, sendo preciso estimular a industrialização do nordeste com o intuito de impedir a emigração dos nordestinos para o sudeste, o que acarretaria excesso de mão-de-obra e conseqüentemente rebaixamento dos salários nessa região.

Todavia, ao longo do livro, o autor demonstrou como a produção agrícola do Nordeste, considerada atrasada, era essencial para o rebaixamento dos preços agrícolas a nível nacional e conseqüentemente a garantia do rebaixamento do salário de subsistência dos trabalhadores das grandes cidades, como São Paulo. Ao mesmo tempo, o mecanismo conhecido como sistema 34/18, de dedução fiscal para que as empresas se estabelecessem no nordeste, reforçava a implementação de empresas de capital sob hegemonia paulista e subordinado ao capital internacional. Das 24 empresas com projetos próprios, 4 são estatais, 6 são de propriedade privada predominantemente nacional (não sabemos o grau de associação que possa existir), e 14 são de propriedade estrangeira (totalmente, com participação, se existir, de capital nacional apenas simbólica) (OLIVEIRA, 1977, p.266).

Nessa mesma época, dá-se a Revolução Verde no Brasil. Essa modernização vem em encontro com o debate precedente da questão agrária, consolidando o aumento da produção agrícola, mas sem questionar a sua estrutura agrária. De acordo com Delgado (2005, p.58 e 59), o período de 1965-1982 foi considerado a idade de ouro do desenvolvimento da agricultura capitalista. De acordo com Graziano da Silva (2003, 93), a mecanização do campo, dentro do processo de substituição de importações deslanchou. Na década de 1960, as importações de tratores, por exemplo, caíram para 13.553 unidades, mas a produção interna chegou a 88.924 mil unidades. Essa modificação da matriz produtiva pode ser observada no gráfico abaixo.

15A S U D E N E foi criada em 1959, pela lei nº 3.692, de 15 de dezembro do mesmo ano, do Congresso Nacional, emanada de projeto .O Executivo da União, entretanto, antes da criação pelo Congresso Nacional, havia criado através de decreto a pré-SUDENE, na forma de um Conselho de Desenvolvimento do Nordeste - C O D E N O -, a quem coube a própria tarefa de elaborar o anteprojeto de lei.

GRÁFICO 1 – Exportação Brasileira por Fator Agregado 1938-2006



Fonte: elaborado pela própria autora através dos dados disponibilizados pelo BACEN

Essa mudança da matriz produtiva dá-se pela integração de capitais, em uma dinâmica conjunta do tripé agroindustrial, que remete ao domínio do capital industrial e financeiro e ao processo global de acumulação, constituindo os complexos agroindustriais (ibid, 2003,p.90). Em outras palavras, a mudança do padrão de acumulação que foi iniciado, principalmente, nas cidades a partir da década de 1930, avançou sobre o campo com a Revolução Verde.

Sublinha-se que as mudanças demonstradas previamente foram logradas pela atuação do Estado que, com a articulação pela União do Sistema Nacional de Crédito Rural, a partir de 1967, passa a ser o pilar dessa transformação do campo brasileiro. Esse sistema teve como arcabouço jurídico a Lei nº4.829, de 5 de novembro de 1965.

Dentro desses marcos de reconfiguração do capitalismo dependente brasileiro, cabe ressaltar os efeitos no território. Dentre eles, a industrialização predominantemente de São Paulo cuja participação, em 1970, era de 58,2%¹⁶. E o êxodo rural de 28,5 milhões de pessoas que deixaram o campo entre 1960 e 1980. Para Graziano (2003, p.120), o forte êxodo rural dos tempos modernos se iniciou nas regiões onde o processo de capitalização e mecanização do campo ocorreu primeira e de forma mais intensa, isto é, ele foi intenso, inicialmente, dentro dos próprios estados do sudeste, principalmente, São Paulo, cuja introdução de bens intermediários e de capital era sobressalente em comparação com o restante do Brasil. Essa inflexão da população urbana em relação à rural pode ser analisada abaixo.

16 A participação da Região Metropolitana de São Paulo em âmbito nacional era de 43,5% (CANO, p.174)

Tabela 1 – População Urbana e Rural do Brasil entre a década de 1960 e 2010

Brasil	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Urbano	45,08%	55,98%	67,70%	75,47%	81,23%	84,36%
Rural	54,92%	44,02%	32,30%	24,53%	18,77%	15,64%

Fonte: IBGE(1960;1970;190;1991;2000;2010)

Tabela 2 – População Urbana e Rural do Rio de Janeiro urbano e rural entre a década de 1960 e 2010

Rio de Janeiro	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Urbano	79,00%	87,96%	91,79%	92,25%	96,04%	96,71%
Rural	21,00%	12,04%	8,21%	4,75%	3,96%	3,29%

Fonte: IBGE(1960;1970;190;1991;2000;2010)

Nesse processo, o êxodo rural, processo de expulsão da classe trabalhadora para as cidades, teve importante papel na resistência das ruralidades na cidade, mas também das urbanidades – dado o processo dialético de transformações entre o homem, natureza, espaço e sociedade. Isso sob um contexto em que as mínimas condições de (re) produção social da classe trabalhadora não foram garantidas (GRAZIANO DA SILVA, 2003).

Pegando o fio condutor da análise econômica, no final da década de 1970 e começo de 1980, deu-se o esgotamento do nacional desenvolvimentismo. Essa derrocada foi propiciada pela elevação da dívida externa brasileira, segundo choque do petróleo e elevação de juros nominal e real nos Estados Unidos em 1979; desgaste da ditadura civil-militar; moratória do México em 1982; e Consenso de Washington em 1989 (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008; LACERDA, p.232).

Com esse esgotamento, o agronegócio passou a ser pautado como essencial para o equilíbrio da balança de pagamentos. Defendiam que esse desequilíbrio da balança comercial era o fator decisivo dos altos índices de inflação, contudo, mesmo após o reequilíbrio da balança comercial, entre 1984 e 1986, esse desequilíbrio persistiu, desnudando a conjuntura econômica neoliberal e de âmbito internacional desfavorável¹⁷¹⁸ (VELOSO; VILLELA; GIAMBIAGI, 2008).

¹⁷ A balança comercial foi reequilibrada entre 1984 a 1986 devido à desvalorização cambial, e o país voltou a crescer, entretanto, a partir de 1987, com o fracasso do Plano Cruzado e a moratória da dívida externa, a inflação voltou a se manifestar, o que depois seria caracterizado como inflação inercial.

¹⁸ Foi o período de várias tentativas de planos econômicos e abertura econômica: Plano Cruzado, Cruzadinho, Plano Bresser Pereira, Plano Feijão com Arroz, Plano Verão. A Medida Provisória 158, publicada em 15 de março de 1990, focou na redução progressiva dos níveis de proteção tarifária, eliminação dos subsídios, instrumentos de apoio creditício à infraestrutura tecnológica. Foram criados dois mecanismos principais: o Programa de Competitividade Industrial (PCI) e o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP).

O agronegócio expandiu para o Centro Oeste e foi utilizado para gerar saldos comerciais expressivos. A agricultura brasileira mecanizada passou a suprir a demanda de commodities internacional. Cabe apontar que esse processo não foi ausente de conflitos, como os autores Bernandes (2015) e a Comissão Pastoral da Terra (2004) apontam.

Concomitantemente, nos marcos da mudança político-institucional com a redemocratização do país, ocorreu uma articulação e/ou reorganização de movimentos sociais e entidades de assessoria agrária, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Comissão Pastoral da Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) (DELGADO, 2015, p.61).

De acordo com Mendonça (2009, p.55-60), a rearticulação dos movimentos sociais e sindicatos foram essenciais para a elaboração do PNRA¹⁹. No âmbito, das representações patronais, houve uma reconfiguração das suas representações, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) consolidou-se como novo patronato rural. De acordo com Mendonça (2005,p.19 e 22), analisando a composição das diretorias da OCB no período compreendido entre 1970 e 1990, verificou-se que seus quadros compunham-se, basicamente, de agroempresários. Na década de 1990, derivado da OCB, foi criada a Associação Brasileira de Agribusiness (ABG), sob o argumento das necessidades urgentes de construir-se canais de representação política ainda mais eficazes e compatíveis com a relevância econômica desta “nova” agricultura²⁰ (MENDONÇA, 2005, p.19 e 22).

Essas transformações não foram apenas econômicas, políticas, mas de mudanças técnicas. Enquanto papel crucial na balança comercial, a Revolução biotecnológica foi fundamental. As mudanças técnicas relacionadas à genética, fronteira aberta a partir dos trabalhos de Crick e Watson em 1955, e, principalmente, a partir da década de 1970 com o desenvolvimento de técnicas que simplificaram a manipulação de material genético e a combinação de fragmentos do ADN de diferentes organismos e espécies, propiciaram uma apropriação do processo biológico não antes vista (GOODMNA; SORJ; WILKINSON, 2008, p. 89),

No Brasil, a criação da EMBRAPA, empresa pública de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em 26 de abril de 1973, foi essencial para a Revolução biotecnológica. De acordo com seu estatuto, a EMBRAPA tem por objeto: i) social promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, com

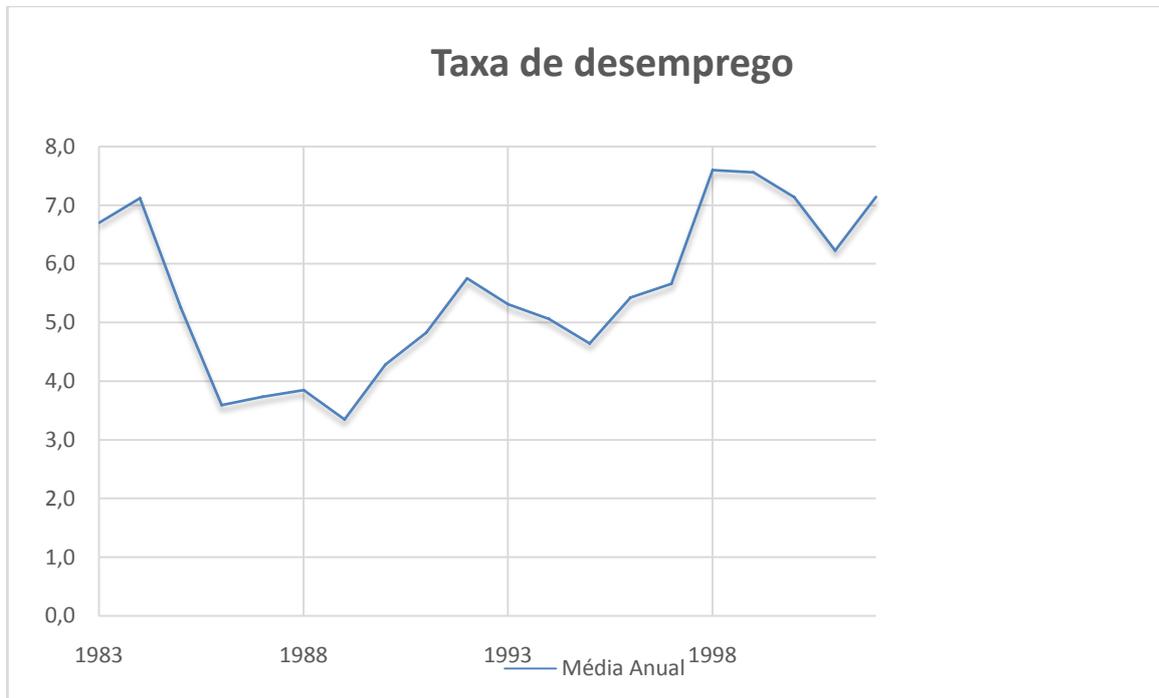
¹⁹No período de governo de Sarney (1985-1989) foi lançado o I Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA) (1985-1988). A proposta inicial era beneficiar mais de um milhão de agricultores sem terra por meio de desapropriações essencialmente no centro-sul, contudo, beneficiou apenas 90 mil, menos de 6% do total pretendido (DAVID; PHILIPPE; BRUSTLEIN (1997, p.52).

²⁰ A rigor, o “novo segmento” não era tão novo quanto se pretendia fazer crer – remetendo à “modernização” da agricultura verificada na década de 1970 - conquanto, agora, estivesse diretamente associado às atividades financeiras (MENDONÇA, 2005, p.23).

o objetivo de produzir conhecimentos e tecnologia para o desenvolvimento agropecuário do País, ii) promover e executar atividades de transferência de conhecimentos e de tecnologias referentes às ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação conduzidas pela Empresa na forma do inciso i deste artigo, iii) dar apoio técnico e administrativo aos órgãos do Poder Executivo, com atribuições de formulação, orientação e coordenação da política agrícola e demais políticas de ciência e tecnologia no setor agropecuário, iv) estimular, promover e apoiar a descentralização operativa de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação de interesse regional, estadual, distrital e municipal, mediante ações de cooperação com organizações de objetivos afins.

Aprofundando as modificações da década de 1980, em 1990, sob o neoliberalismo, a privatização tornou-se o cerne das diretrizes econômicas. O BNDES, antes promotor do desenvolvimentismo, passou a gerir o Programa Nacional de Desestatização (PND). Esse programa, de cunho neoliberal, teve como discurso a modernização da estrutura produtiva existente, incluindo melhorias, ampliação da capacidade produtiva por meio de expansões e novas, investimentos nos setores de infraestrutura. Nessa conjuntura, o desemprego subiu. De acordo com dados do IBGE/PM, em números absolutos, só no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, havia mais de 2,2 milhões de desempregados a mais no país.

Gráfico 2 - Taxa de Desemprego entre 1983-2001



Fonte: elaborado pela autora através dados IBGE/PME

Com a política neoliberal, a guerra fiscal e o localismo foram exacerbados, e podemos analisar a desconcentração por espúria da industrialização do capitalismo dependente brasileiro

(BRANDÃO, 2002). Nos termos de Santos (1999), as empresas foram importadas e os lugares foram exportados. Se antes as elites locais e a burguesia de São Paulo se apropriavam dos projetos de Estado (como a SUDENE), agora, eles negociavam diretamente com os municípios.

A Guerra Fiscal foi intensificada por todo o território nacional. E o Sudeste reduziu a sua participação na produção industrial nacional. A participação passou de 80,7%, em 1970, para cerca de 68,5% em 1996 (CANO, 2007, p.176).

Após esse período, houve a ascensão de Lula nos anos 2000, e modificação do modelo de desenvolvimento brasileiro. Essa passou a ser neodesenvolvimentista, principalmente, depois do segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva. Os dois governos de Lula foram em um cenário externo favorável, de grande liquidez internacional, boom das commodities, diminuição das taxas internacionais de juros, crescimento da economia mundial. Contudo, cabe frisar, que a mudança da política econômica não rompeu com os paradigmas dos governos anteriores, apesar de políticas redistributivas, não houve uma ruptura²¹. A apropriação do produto nacional pelo Estado continuou, em grande medida, a remunerar o grande capital (CASTELO, 2013).

Segundo os dados da Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), o índice do valor das exportações cresceu 150% entre 2000 e 2008, ano em que eclodiu a grande crise financeira. E a ascensão da China teve influência direta no crescimento das exportações brasileiras, principalmente, por conta da demanda por soja. Outra commodity que influenciou diretamente no território foi o aumento do preço do barril de petróleo. É convergência na literatura que houve recuperação da economia fluminense, principalmente, por conta desse setor²².

E nesse contexto, ocorreu a representação do Rio de Janeiro como cidade mercadoria e da exceção, com a atração dos megaeventos, dos Grandes Projetos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas. Isocronicamente, na década de 2000 e 2010, pôde-se analisar a atração de capital internacional e a atuação do Estado nas remoções. Apenas entre 2009 e 2013, mais de 20 mil famílias foram removidas por conta das intervenções urbanas do período (FAULHABER & AZEVEDO, 2015).

De acordo com os dados da SMU, entre 2006 e 2017, houve o aumento da produção imobiliária na cidade do Rio de Janeiro, o ápice, em sua totalidade, foi em 2010 – durante o segundo

21 Bresser-Pereira (2006) e Sicsú (2007) são alguns dos teóricos brasileiros do neodesenvolvimentismo, uma das políticas defendidas é a valorização cambial e o fomento aos campeões nacionais. E para aprofundar o tema, vale ler Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa de Sampaio Jr (2012)

²²Analisando o PIB da economia fluminense, ocorreu um aumento, entre 2006-2014, de 8,84%. E analisando a participação do Estado na extração mineral, há um aumento a partir dos anos 2000, tendo seu auge no período entre 2006 e 2008, decaindo com a crise mundial de 2008 e tendo recuperação nos anos seguintes, mas sem alcançar o patamar precedente a crise (IBGE, 2011).

mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, marcando mais ativamente pela política neodesenvolvimentista. Esse crescimento foi de 99,98% em número de unidades licenciadas entre 2006 e 2010. Cabe destacar que esse crescimento foi pautado, em grande parte, para a Zona Oeste do Rio de Janeiro, com três movimentos distintos. O primeiro para a AP4²³, região das Vargens, cuja influência dos instrumentos urbanísticos (a ser analisado no terceiro capítulo) aumentou o licenciamento das unidades voltadas para as camadas com rendimentos mais altos. O segundo movimento voltado para a região administrativa de Santa Cruz, compreendendo o bairro de Santa Cruz, Cosmos, Inhoaiba, cujo aumento dos licenciamentos aumentaram a partir de 2009 com o lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) sob a lei sob a Lei nº11.977, de 7 de julho de 2009. E há um terceiro movimento para o bairro de Campo Grande de caráter mais heterogêneo, cuja expansão foi tanto para as camadas de rendimentos mais altos, como voltado para o PMCMC faixa 1²⁴ - nas regiões periféricas do bairro (OLIVEIRA & LIMA; CARDODO & LAGO, 2015).

Como se pôde analisar a expansão do capital infligiu em diversas transformações entre o homem, a natureza, o espaço e a sociedade. No Brasil, na década de 1930, houve a modificação do padrão de acumulação de capital, mas isso não rompeu com a dependência. Apesar do processo de industrialização, esse processo foi caracterizado pela absorção de tecnologia obsoleta, por ser dependente do rebaixamento dos salários de subsistência e pela falta de garantia das condições mínimas de reprodução social da classe trabalhadora. A partir da década de 1960, o processo de expansão do capital, dependente, desigual e combinado irradiou e intensificou seu processo para o campo, causando duplos efeitos: êxodo rural – inchaço das cidades, diminuição da Soberania Alimentar e da SAN. Na década de 1980, esse processo é intensificado, o substitucionalismo e apropriação são aprofundados e com ele há o impacto mais uma vez na SAN e Soberania Alimentar.

Em análise da dieta brasileira entre a década de 1987 e 2009, Martin et al (2013) analisa o aumento do consumo de ultraprocessados nos anos 2000. Um aumento de 20,8% entre os anos 2002 e 2003 para 25,4% entre os anos de 2008 e 2009. Em pesquisa na Mata Atlântica, ao analisar as transformações da industrialização, urbanização, políticas públicas, mudanças técnicas, cultura, legislação ambiental, Adams et al (2003, p.108) assera sobre a mudança dos padrões alimentares, do estado nutricional e de atividade física dos quilombolas. Nessa pesquisa, é demonstrado o aumento

23 As APs são áreas de planejamento das Regiões Administrativas, conhecidas por “RA”. Atualmente, o município do Rio de Janeiro conta com cinco Áreas de Planejamento, 33 Regiões Administrativas e 160 Bairros. A AP5 é composta por cinco Regiões Administrativas, conforme segue: Bangu (RA XVII), Realengo (RA XXXIII), Campo Grande (RA XXVIII), Guaratiba (RA XXVI) e Santa Cruz (RA XIX). AP4 as Regiões Administrativas da Barra da Tijuca, Cidade de Deus e Jacarepaguá.

24 Financiamento voltado para famílias com renda de até R\$1800 referenciados no ano de 2019.

da dependência de alimentos, carboidratos processados e substituição de pescado e caça para carne vermelha e feijão, diminuição da atividade física, reverberando no aumento de homens e mulheres classificados como obesos. Contrastando com pesquisa prévia de Monteiro et al (2007), entre 1974/1975, cujo quartil mais pobre da população era de 1,6% entre os homens e 6,1% entre as mulheres, os pesquisadores constataram, em 2003, que 7,1% dos homens estavam obesos e 21,7% das mulheres.

Nas cidades, o processo contínuo de expansão do capital incide sobre os conflitos urbanos. E parte da classe trabalhadora, que tem na AU uma atividade e meio de vida para suprir a (re) produção social, mais uma vez é atingida. Processo que é assimétrico no tocante aos tipos de AU, mas também em relação às classes sociais.

2.2.1 Críticas ao modelo de desenvolvimento: da perspectiva ambiental até a proposição de uma revolução do campo de saber

Após um breve retrospecto do debate cidade-campo, do que seria o urbano e o rural e suas controvérsias, do processo de industrialização, dependência e urbanização do Brasil, pode se assertar sobre o aumento da população urbana brasileira e como as mudanças técnicas influenciaram a Revolução Verde. Processo que relegou às cidades milhões de trabalhadores, camponeses, indígenas, caiçaras sem as condições de (re) produção social de suas vidas, baseados em um sistema econômico, social e ambiental de superexploração da força de trabalho.

Cabe destacar que partes desses relegados à cidade reproduziram, com base em suas ancestralidades, as suas culturas de atividade agrícola. Não obstante, a agricultura tradicional na cidade não é o único tipo de AU, ao mesmo tempo em que as próprias agriculturas tidas como tradicionais também foram se transformando por conta das mudanças econômicas, político-administrativas, sociais, espaciais, técnicas, dos padrões alimentares e pertinente às críticas ao modelo de crescimento e econômico vigente.

Estas críticas ao crescimento econômico e modelos de desenvolvimento corroboram o atual contexto em torno da AU. Debates em torno do ambientalismo, ecologismo²⁵, aumento da população

25 Para Herculano (1992, p.7; 17), apesar dos ambientalistas serem denominados como reformistas, convencionais, enquanto que os ecologistas seriam aqueles sintonizados com as questões sociais, no Brasil, essa linha não é bem delimitada. Para o autor, os ambientalistas a despeito de serem mimetizados como classe média primeiro-mundista, tem hoje uma feição predominantemente social, identificando as questões relativas à deterioração da natureza e do meio ambiente construído a um "modelo de desenvolvimento" gerador de miséria para a sua população. Isto é, tais delimitações a priori pouco explicam a respeito, havendo um grande espectro, indo além da dicotomia capitalismo/socialismo, direita/esquerda. Existindo uma grande disputa tanto no ambientalismo, como dentro dos ecologistas. Existindo disputas que vão desde o capitalismo verde até o ecosocialismo.

urbana ascendem no debate internacional. E ONGS, movimentos sociais e instituições passaram a ver a AU como promotora de espaços verdes urbanos, fonte de renda, SAN e, através da Agroecologia, a Soberania Alimentar e outra práxis urbana.

De acordo com ONU- Habitat (2016), atualmente, mais da metade da população, em torno de 54% vive nas zonas urbanas. Em 2015, foi o marco de passagem para uma população majoritariamente urbana. E se formos analisar essa conjuntura, na América Latina e Caribe, esse cenário é mais alarmante com aproximadamente 80% da população urbana. De acordo com o IBGE (2010), 84,36% da população brasileira é urbana. E mesmo problematizando esses dados, o aumento da população urbana tem se mostrado uma inflexão importante. Com o aumento da população urbana em níveis nunca antes alcançados, a produção agrícola para suprir a demanda e a cadeia alimentar envolvida recrudescem no debate.

Cabe mencionar que a AU é por si só heterogênea. Não só as escalas variam produção e técnicas, mas também suas motivações. Contudo, a partir da pesquisa de campo, constatou-se que a crítica ao modelo vigente é uma das promotoras de muitos tipos de agriculturas urbanas. Com esse intuito, será dado um breve resgate do debate ambiental, dado ser também um dos norteadores motivacionais nas últimas décadas.

Relativo às críticas do modelo de crescimento econômico e de desenvolvimento, esse contexto remonta ao momento pós Segunda Guerra Mundial que encontrou críticas às teorias centrais. Relacionado ao ambientalismo e ecologismo, explicita-se o contexto da Segunda Guerra Mundial com as bombas atômicas que explodiram em Hiroshima e Nagasaki e suscitou o debate no que concerne os limites da ação humana, ciência moderna e suas inovações técnicas e seus impactos com respeito à sociedade e natureza. Adiciona-se a esse contexto, o lançamento, em 1962, do livro Primavera Silenciosa no qual provou que os pesticidas usados na agricultura eram responsáveis pelo desaparecimento de inúmeras espécies (HERCULANO, 1992, p.4).

Na década de 1950, o desastre de Minamata corroborou com esse cenário. Durante décadas, a empresa Chisso contaminou com mercúrio a Baía de Minamata, no Japão, o que desencadeou na mortandade da fauna marinha e, por meio da cadeia trófica, a morte de moradores e pescadores (SILVA, 2017). Esse desastre ecológico fomentou a solicitação sueca, na XXIII Assembleia Geral da ONU, de uma conferência internacional sobre meio ambiente. Essa proposta foi aceita e, na XXIV Assembleia Geral, foi decidido que tal Conferência ocorreria em Estocolmo. Em 1972, o debate na

conferência foi pautado em grandes partes pelo Relatório *Os Limites do Crescimento– The LimitstoGrowt*²⁶h.

Nessa conferência foi criado o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), Programa Observação da Terra (Earthwatch) e a Comissão Mundial para o meio ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Essa Comissão, durante cinco anos, pesquisou a situação de degradação ambiental e econômica do planeta. Em 1987, essa comissão lançou o Relatório Brundtland ou “Nosso Futuro Comum”. Esse relatório serviu de base para a Conferência RIO 92 e instituiu o conceito de Desenvolvimento Sustentável. De acordo com Herculano (1992, p.2), esse conceito foi posto de formar a coadunar um desenvolvimento que não compromettesse a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades. No entanto, importante frisar que esse conceito foi (e é) fruto de intensas disputas entre interesses distintos de classes, frações de classe, atores, projetos das várias vertentes dentro do ambientalismo e ecologismo, como os alternativos, neomalthusianos, os zeristas, marxistas, os Verdes, os fundamentalistas e os eco-tecnicistas²⁷.

Um adendo importante e explicitado por Herculano (1992, p.15) é sobre a habilidade das elites modernas em encontrar um caminho para sair da crise mantendo intacto o seu poder. O próprio Desenvolvimento Sustentável pode ter diferentes significados, como a introdução de valores éticos na racionalidade capitalista meramente instrumental ou uma nova ordem econômica ou revolução ambiental em prol do capitalismo verde, o que na visão do autor, realisticamente, poderia ser um primeiro passo para escapar de um desenvolvimento insuportável. Mas também surgiram movimentos que, através de uma práxis urbana, passaram a pautar a AU, por exemplo, uma nova relação do homem com a natureza, o espaço e a sociedade – como a Agroecologia.

A respeito da Agroecologia, ela surge nesse contexto, na década de 1970, momento de crítica ao modelo vigente e dessa ciência enquanto prática e transformação do mundo que desembocou na Revolução Verde e em uma Revolução Biotecnológica voltada para o mercado. Sublinha-se que a Agroecologia enquanto processo tão pouco é estático. Refuta-se o argumento teórico de que ele visa voltar ao passado ou mesmo engessar suas técnicas. A valorização do saber ancestral não significa

²⁶Sendo que o princípio 8 que tratava sobre a proposta de crescimento zero foi rejeitada pelo Brasil que acusava de ingerência nacional em relação aos rumos de desenvolvimento brasileiro. Cabe ressaltar que o Brasil vivia na década de 1970 o milagre econômico.

²⁷De forma breve, de acordo com Herculano (1992,p.2:7), os alternativos surgiram no bojo pós-guerra, pacifistas antinucleares, críticos à ciência moderna, ao produtivismo e ao consumismo, desembocando no movimento hippie. Os neomalthusianos creditam a degradação ambiental ao aumento populacional, principalmente, dos países mais pobres. Os zeristas vem da Escola de Roma e possuem como base o Relatório denominado *Os Limites do Crescimento– The LimitstoGrowth*, esse relatório defendia a limitação do crescimento de todos os países. Os marxistas seriam os críticos ao consumismo extremado da industrialização capitalista. Os Verdes criticam tanto o capitalismo quanto o comunismo. Os fundamentalistas seriam os de visão ecocêntrica, não-humanista, não-antropocêntrica, dentre eles está James Lovelock com a Teoria de Gaia. E os eco-tecnicistas que acreditam que a superação da crise ambiental é através do desenvolvimento da ciência e suas novas técnicas.

que esse seja engessado e não incorpore as dinâmicas do próprio processo cumulativo dos diferentes campos de conhecimento.

Dito isso, entende-se a Agroecologia enquanto campo do conhecimento científico que, partindo de um enfoque holístico e de uma abordagem sistêmica, pretende contribuir para que as sociedades redirecionem a co-evolução social e ecológica nas suas mais diferentes inter-relações e mútua influência. Essa definição é dada para não cair em reducionismos que acabam por não englobar as possibilidades de uma transição agroecológica. E, mais ainda, para não apartá-la dos processos sociais, das disputas e conflitos que ocorrem nos territórios. Dado que, muitas vezes, ela é compreendida somente enquanto prática agrícola ou mesmo confundida com a agricultura orgânica – suas técnicas e inserção no mercado (ASSIS & ROMEIRO, 2002, P.74).

Não se pretende aqui aprofundar a análise da Agroecologia, mas adianta-se que diferentemente de algumas críticas pontuais apontadas pelas críticas ambientais e ecológicas, ela pauta uma nova relação entre o homem, a natureza, o espaço e a sociedade. Defende-se aqui, portanto, que a AU através da Agroecologia tem potencialidades não apenas na geração da SAN, renda – necessárias em um país de capitalismo dependente, mas também há a necessidade da Soberania Alimentar e de superar a crise paradigmática atual.

3 AGRICULTURAS NO E DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

3.1 A AGRICULTURA URBANA E O RECRUDESCIMENTO DO DEBATE: ALGUNS ENSAIOS TEÓRICOS

A AU recrudescer no cenário internacional como pauta para erradicar a fome e garantir a SAN. De acordo com Costa & Almeida (2012), em 1996, aconteceu uma inflexão em torno do debate. Na II Conferência Mundial sobre os Assentamentos Humanos, em Istambul, foi divulgado o relatório Urban Agriculture Food, Jobs and Sustainable. Dentro desses marcos, a FAO e a RUAF Foundation (Resource Centres on Urban Agriculture and Food Security) enveredaram sobre a importância da AU para garantir a SAN e a superação da miséria a partir da década de 1990. Esse período é emblemático pela ratificação das diretrizes neoliberais e alta do desemprego na América Latina.

Essa perspectiva é importante para compreender a importância da AU na geração da renda, SAN, mas também por propiciar a Soberania Alimentar. Isso em um país cujo salário mínimo não perfaz as necessidades mínimas da reprodução social da vida. De acordo com dados do Dieese, o salário mínimo necessário do país para satisfazer as diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte, previstas no Decreto-Lei nº399 de 30 de abril de 1938, deveria ser de R\$ 3.928,73 em janeiro de 2019. Contudo, o mesmo é atualmente de R\$ 998,00. E isso, em um país com aproximadamente 48 milhões de pessoas com rendimento referenciado no salário mínimo, é bastante significativo de análise.

Não obstante, na práxis, a AU apresenta múltiplas dimensões por estar integrado no sistema econômico e ecológico urbano MOUGEOT (2000), indo além da garantia da SAN e geração de renda:

A AUP é um conceito multi dimensional que inclui a produção, a transformação e a prestação de serviços, de forma segura, para gerar produtos agrícolas (hortaliças, frutas, plantas medicinais, ornamentais, cultivados ou advindos do agro extrativismo, etc.) e pecuários (animais de pequeno, médio e grande porte) voltados ao auto consumo, trocas e doações ou comercialização, (re) aproveitando-se, de forma eficiente e sustentável, os recursos e insumos locais (solo, água, resíduos, mão-de-obra, saberes etc.). Essas atividades podem ser praticadas nos espaços intra-urbanos, urbanos ou periurbanos, estando vinculadas às dinâmicas urbanas ou das regiões metropolitanas e articuladas com a gestão territorial e ambiental das cidades (Santrandeu & Lovo, 2007).

Partindo da perspectiva da práxis, Almeida (2015, p.175) defende que a AU precisa ser entendida como prática da cidade e não da cidade, dado que é preciso pensá-la como uma prática que produz novos espaços na cidade, que a reinventa e que produz novos pontos de vista sobre ela. Fernandes & Batista Filho (2019), em diálogo com Almeida (2015), concordo que há uma agricultura na cidade, reinvenção das relações entre o homem e agricultura, mas pontua que há também uma

agricultura na cidade, nos moldes tradicionais. Os autores exemplificam essa defesa teórica explicitando a agricultura do Maciço da Pedra Branca que pode ser interpretada tanto como uma agricultura com feições rurais, quanto uma agricultura com perfil urbano. Esse ponto é importante por avançar na diversidade tanto tipológica quanto das diferentes relações do homem com a natureza, o espaço e a sociedade.

A própria história de parte da Zona Oeste do Rio de Janeiro, que até a década de 1970 tinha uma zona normativamente rural, demonstra como há uma agricultura que utiliza técnicas convencionais, monoculturas de grandes escalas. Em Santa Cruz, bairro do município do Rio de Janeiro, por exemplo, há agricultores que utilizam o agrotóxico Roudap, criado pela Monsanto na década de 1970, composto por glifosato e do agrotóxico Marschal. Ao mesmo tempo, Fernandez (2014) analisou os agricultores do Maciço da Pedra Branca e explicitou a dependência enquanto reprodução social, mas também a existência de um metabolismo social que busca preservar a agrobiodiversidade e biodiversidade do espaço em que vivem. Nessa análise, a autora demonstrou as implicações da legislação ambiental restritiva e problematizou o conservacionismo que não contempla os diferentes modos de vida.

Em relação às diferentes características da AU, há uma diversidade de agriculturas que desencadeou na necessária distinção. Esse aprofundamento foi logrado com base em pesquisa de campo e oriunda das contribuições teóricas de Wilkinson & Lopane (2018). Essas categorias são: agricultores tradicionais, iniciativas de coletivos urbanos, do poder público e agricultura urbana de cunho empresarial e comercial. Relacionado à categoria dos agricultores tradicionais, não será abordada de maneira estática. A própria análise de Fernandez (2014) demonstra como além de incorporar e valorizar conhecimentos ancestrais, relações da sociedade e natureza, há também as potencialidades das mudanças através da Agroecologia. Quer dizer, a ideia de agricultores tradicionais aqui foge da perspectiva estática. Por isso, falar da Rede CAU é importante por englobar diferentes tipos de agriculturas, não apenas a tradicional, mas também as diferentes motivações, problematizando a relação do homem com a natureza, o espaço e a sociedade.

3.1.1 Agriculturas do Município do Rio de Janeiro: ensaiando algumas categorias

A primeira categoria é da agricultura tradicional. Essa categoria compreende o agricultor que ocupa a zona de transição onde o urbano dá lugar ao rural (WILKINSON & LOPANE, 2018). Cabe frisar que essa própria definição do urbano e rural não é compreendida aqui de forma estática, como foi exposto ao longo do primeiro capítulo. Ou seja, no Rio de Janeiro, apesar de normativamente todo o território ser considerado urbano por conta do Plano Diretor, há territórios cuja reivindicação por parte dos agricultores é de um zoneamento rural. A paisagem também remonta ao imaginário rural. O

próprio tamanho da terra difere de outras iniciativas urbanas, como os quintais urbanos e/ou dos coletivos urbanos.

Dentre algumas iniciativas que poderíamos identificar como agricultores tradicionais, elencam-se alguns dos bairros de Santa Cruz e Vargem Grande, bairros que até o século XX eram considerados normativamente rurais (o zoneamento do Rio de Janeiro será explicitado brevemente no terceiro capítulo).

Figura 2 – Agricultura tradicional no bairro de Santa Cruz



Fonte: Fotografia da autora, 11/03/2019

Explita-se que dentro dessa categoria há diferentes técnicas, motivações, relações do homem com a natureza, o espaço e a sociedade. Durante a pesquisa de campo foram encontradas tanto agriculturas que promovem a preservação da agrobiodiversidade e buscam outras relações sociais em contraposição à lógica do sistema socioambiental atual, como iniciativas que replicam a lógica da agricultura convencional. De qualquer maneira, apesar dessas heterogeneidades, o enquadramento aqui presente é dado pelas características explicitadas no primeiro parágrafo da presente seção, mas também pela similitude em relação aos conflitos com a expansão urbana.

Em Santa Cruz, a produção imobiliária aumentou consideravelmente na última década. De acordo com dados da Secretária Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro (SMU), entre 2006 e 2017, o número de licenças para o bairro aumentou consideravelmente, principalmente, a partir de 2009, ano de criação do PMCMV. A partir desse período, as licenças saltaram de 14,5%, em 2006, para mais de 30,69, em 2009, perdendo apenas para Campo Grande, onde também muitas unidades do PMCMV foram construídas – em sua periferia. De acordo com Cardoso; Aragão; Araujo (2011), os investimentos para a faixa 1 foram majoritariamente na Área de Planejamento 5, principalmente, nas suas regiões periféricas.

Na região das Vargens, a produção imobiliária correspondeu a um aumento de mais de 48% dos bairros da Região Administrativa da Barra da Tijuca e quase 20% em relação a todo o município. Cabe destacar que, apesar da AP 4 ter mais de 380 agricultores e agricultoras, com base nos dados da Emater –Rio e de diferentes tipos, conforme pesquisa de campo, a região não apresenta correspondência necessária no LUOS – o que será abordado no último capítulo.

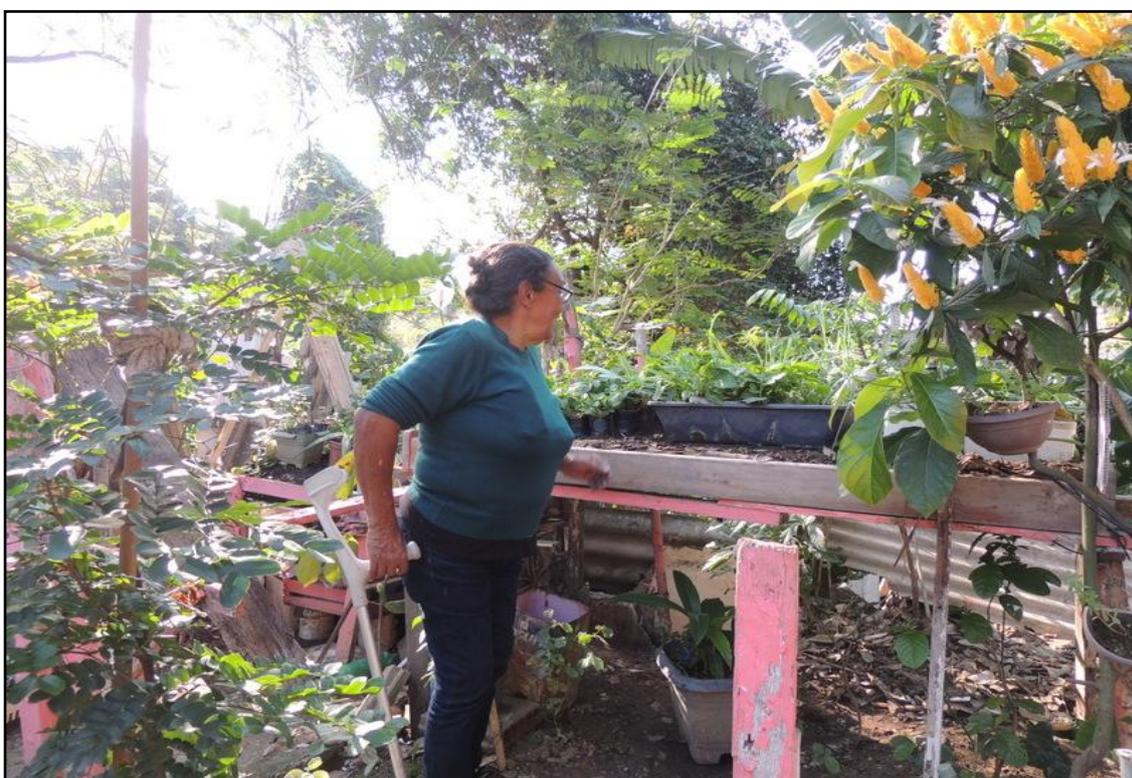
Figura 3 - Visão da urbanização em torno do Maciço da Pedra Branca



Fonte: Fotografia da autora, 21/03/2018

A segunda categoria é a agricultura de quintal. Em pesquisa de campo foram encontradas um número significativo de iniciativas com menos de 1 módulo fiscal. Contudo, apesar da pouca extensão de terra em relação aos enquadrados na categoria de agricultores tradicionais, há uma produção significativa tanto para a autoprodução, necessário em um país de capitalismo dependente, quanto para a comercialização. Essa categoria geralmente apresenta uma produção diversificada. Ela apresenta mais dificuldade enquanto reconhecimento do poder público. Foi relatado grande dificuldade em relação o acesso às Daps e políticas públicas.

Figura 4 – Agricultura de quintal



Fonte: Fotografia da autora, 18/08/2018.

A terceira categoria é dos coletivos urbanos. Ela engloba iniciativas de diferentes perfis sociais que buscam na cidade a preservação de espaços verdes, educação ambiental, produção de alimentos em espaços públicos. É uma iniciativa que vem dentro do contexto de debates em relação à economia – críticas ao modelo de crescimento e desenvolvimento econômico, ambiental – pela defesa de espaços verdes na cidade. Mas que também podem, através da Agroecologia, aproximar abordagens críticas sobre as concepções de agricultura e de cidade, fundamentando a construção de

um referencial conceitual crítico e sensível, propondo transformações sociais (ALMEIDA, 2015, p.28).

Figura 5 – Agricultura Urbana de Coletivo/Movimento Urbano



Fonte: Fotografia da autora, 15/03/2019.

A quarta categoria engloba as iniciativas por parte do poder público Dentro de um contexto sobre o desemprego, SAN e debates ambientais, o poder público está cada vez mais sensível, como evidenciado na Declaração de prefeitos reunidos no Congresso Cidades Resilientes em Bonn, em 2013, na Alemanha (WILKINSON & LOPANE, 2018). O Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana corrobora com a importância da atuação do poder público no que concerne a cidade e o aumento da população urbana, sistemas alimentares, SAN, conservação e integração da biodiversidade nas paisagens e nos sistemas alimentares das Cidade (OIKOS, 2015).

No Rio de Janeiro, enquadrado nessa categoria, há o projeto Hortas Cariocas que abrange, atualmente, 38 iniciativas, sendo 19 delas em escolas públicas e 1 em ginásio esportivo olímpico. É uma iniciativa por parte da Secretaria de Meio Ambiente (SMAC) da prefeitura do Rio de Janeiro.

Ela foi criada, em 2006, a partir de discussões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural da extinta Secretaria Especial do Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SEDECT), que atuava no desenvolvimento de soluções para os problemas que cerceiam o incremento da atividade agrícola na cidade (O'REILLY, 2014). No anexo XIX, encontra-se a produção desse tipo de AU.

Figura 6 – Agricultura Urbana de iniciativa Poder Público



Fonte: Fotografia da autora, 15/03/2019.

E a quinta categoria abarca as iniciativas empresariais e ou comerciais. No Carioca Shopping, por exemplo, a iniciativa da horta orgânica, com aproximadamente 40m², foi feita por parte da administração do shopping com o intuito de integrar a agricultura com o espaço urbano, promovendo-o para clientes e funcionários, engendrando uma mídia positiva para a empresa. Essa iniciativa, geralmente, desafia a lógica horizontal de expansão agrícola - de incorporação de novos

terrenos. As mudanças técnicas incorporadas permitem a verticalização por essa categoria tanto no mesmo plano, como a utilização de outros espaços que não o térreo para a produção.

Figura 7 – Iniciativa Empresarial/Comercial



Fonte: Fotografia da autora, 08/03/2019.

Como se pode analisar, a AU é heterogênea e para sua necessária análise foi necessário adentrar dentro dessa pluralidade. Por isso, antes do panorama recente das agriculturas urbanas do Rio de Janeiro, será tratada da pesquisa qualitativa que abarca a Rede CAU, importante protagonista na luta pela AU através da Agroecologia.

3.2 AGRICULTURA URBANA E REDE CAU

A Rede CAU surgiu, em 2009, no II Encontro de Agricultura e Saúde na Cidade. No encontro, agricultoras, agricultores, artesãos, artesãs, quilombolas, jovens, agentes de saúde, dentre outros participantes da sociedade civil se organizaram com o intuito de fortalecer e visibilizar a luta pela agricultura na cidade. Esse encontro foi a culminância de diversos processos gestados no Rio de Janeiro, dentre eles e de extrema importância – o PROFITO. Esse programa/coletivo da Plataforma Agroecológica de Fitomedicamentos (PAF) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e da UFRRJ-

Instituto de Três Rios mobilizou uma rede que integrasse as organizações, instituições, associações e trabalhadoras e trabalhadores ligados à luta pela agricultura na cidade (BAPTISTA et al, 2012).

O PROFITO surgiu no âmbito da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares do Sistema Único de Saúde(SUS), e da Política e do Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Ambas são políticas públicas do governo federal e foram criadas com o intuito de promover a implementação de plantas medicinais e de fitoterápicos para auxiliar e fortalecer o seu uso no âmbito do SUS²⁸ (BAPTISTA et al, 2012).

Com base nesse programa/coletivo, houve um processo de aproximação e associação de organizações, instituições e de trabalhadoras e trabalhadores ligados à luta pela AU. Dentre os movimentos, instituições e associações que se aproximaram desse projeto estão: a AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia, UNIVERDE (Cooperativa de Agricultura Familiar de Produtos Orgânicos), COPAGÉ (Cooperativa dos Produtores de Magé), AGROPRATA (Associação de Agricultores Orgânicos do Rio da Prata) sendo essa última a associação das agricultoras e agricultores do Rio da Prata, associação gestada a partir desse processo, C..E.M (Centro de Educação Multicultural), Verdejar Socioambiental, CRAS Cecília Meirelles, Mulheres de Pedra, Rede Ecológica,PACS, Permalab, dentre outros.

Há a atuação da Rede em diversas frentes e articulações, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional(CONSEA), RIO/Mosaicos Cariocas/ Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, além de participações em outras articulações, como a Articulação Agroecológica do Estado do Rio de Janeiro (AARJ), a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e o diálogo com outros movimentos sociais, como o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores) e MST (MONTESANO, 2017).

Atualmente, a Rede CAU conta com mais de trinta organizações, instituições, associações e aproximadamente cento e cinquenta integrantes, cuja maioria é de mulheres (MONTESANO, 2017). A rede busca visibilizar a AU sob o enfoque agroecológico. A Rede CAU tem agricultores, artesãos, culinharistas²⁹ consumidores em diversos territórios da cidade do Rio de Janeiro, como na Serra da Misericórdia, Maciço do Mendanha e da Pedra Branca, Campo Grande, dentre outros territórios da cidade.

Esses agricultores, artesão, culinharistas estão em 18 feiras e pontos de comercialização espalhados pelo município do Rio de Janeiro. Nessas feiras, há a promoção da relação direta entre os consumidores – buscando uma desalienação do processo, a produção ausente de agrotóxicos e a

28 Esse projeto foi criado a partir da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no SUS, a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos (PNPMF) (BRASIL,2006;2007).

29 Termo apropriado pelas mulheres da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Referencio aqui Ana Santos e Silva Baptista.

busca de relações sociais da Agroecologia.

Tabela 3 – Feiras da Rede CAU

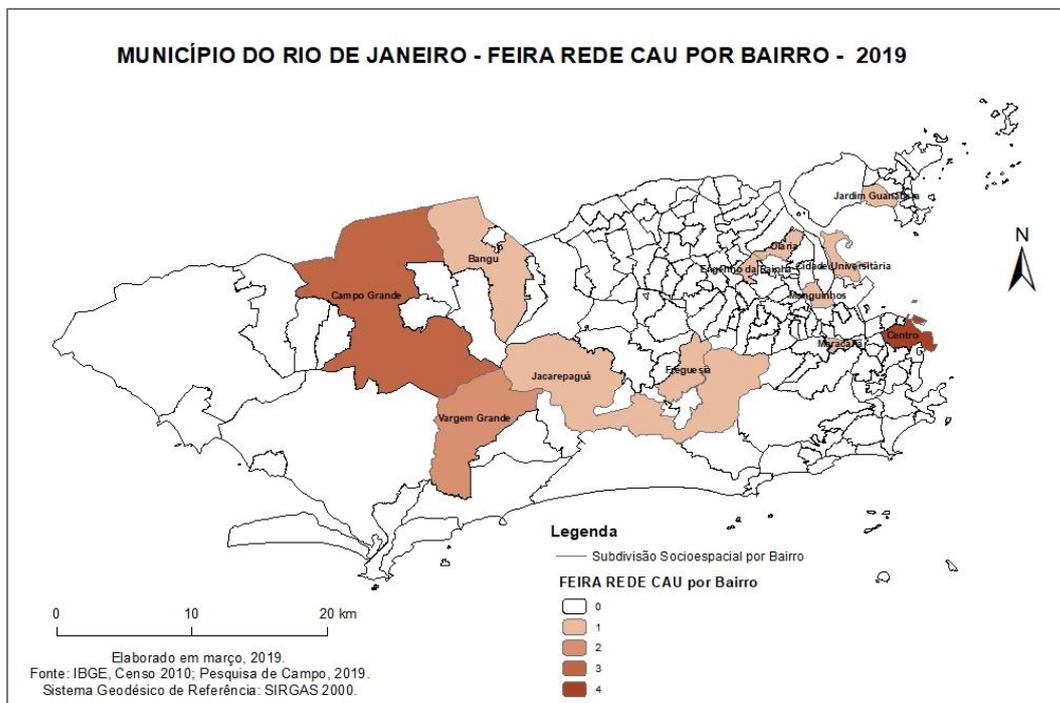
	Bairro	Status
Feira da Roça Vargem Grande	Vargem Grande	Organizado ou coorganizada Rede CAU
Associação de Agricultores Orgânicos de Vargem Grande (AGROVARGEM)	Vargem Grande	Organizado ou coorganizada Rede CAU
Feira orgânica do Rio da Prata de Campo Grande	Campo Grande	Ponto de comercialização
Feira Agroecológica Campo Grande	Campo Grande	Parceira
Feira Agroecológica da Freguesia	Freguesia	Organizado ou coorganizada Rede CAU
Feira Agroecológica Josué de Castro (FIOCRUZ)	Manguinhos	Organizado ou coorganizada Rede CAU
Feira Ministério da Saúde	Centro	Ponto de comercialização
Espaço de Comercialização Terra Crioula	Lapa	Ponto de comercialização
Feira Agroecológica Uerj	Maracanã	Organizado ou coorganizada Rede CAU
Feira Orgânica Bangu Shopping	Bangu	Organizado ou coorganizada Rede CAU
Feira West Shopping	Campo Grande	Ponto de comercialização
Feira Serra da Misericórdia	Engenho da Rainha	Organizado ou coorganizada Rede CAU
Feira de Olaria	Olaria	Parceira
Barraca Solidária na Colônia Juliano Moreira	Jacarepaguá	Ponto de comercialização
Feira Agroecológica da UFRJ	Fundão	Ponto de comercialização
Feira Estadual da Reforma Agrária Cícero Guedes	Centro	Ponto de comercialização
Feira Agroecológica e Cultural da Ilha do Governador	Ilha do Governador	Ponto de comercialização
Feira Agroecológica do INCA.	Centro	Ponto de comercialização

Fonte: Pesquisa de campo (elaboração própria).

Outro fator da importância das feiras é geração de renda bastante significativa. A participação das feiras na composição da renda é bastante significativa. E isso tendo em conta que grande parcela

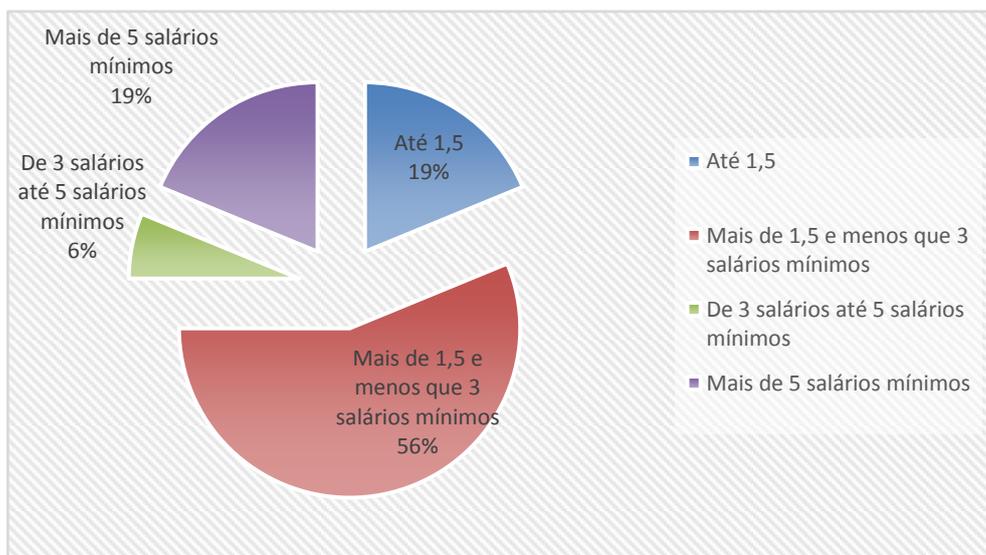
possui renda abaixo de 3 salários mínimos.

MAPA 1 – Territorialização dos pontos de comercialização da Rede CAU



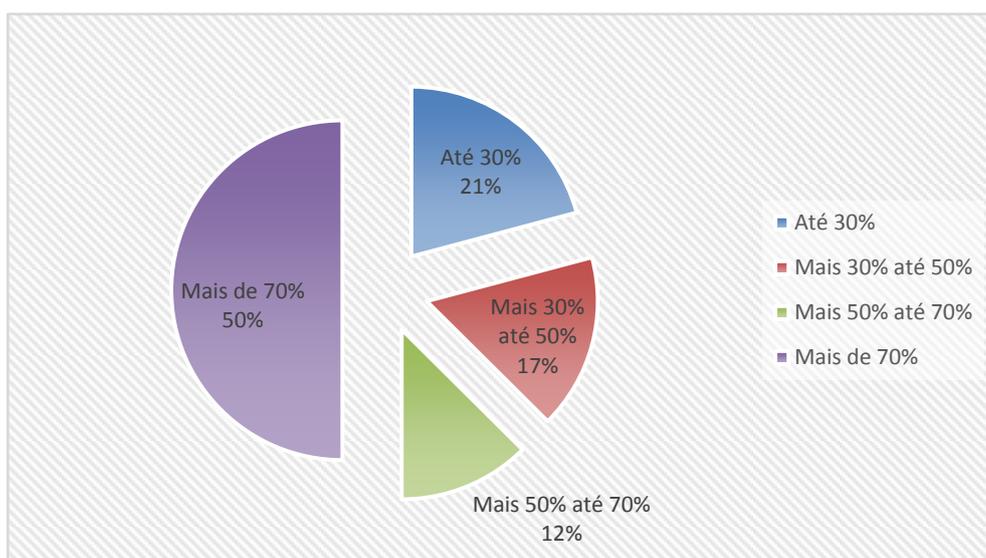
Fonte: Pesquisa de campo (elaboração própria)

Gráfico 3 – Perfil Socioeconômico dos agricultores da Rede CAU



Fonte: Pesquisa de campo (elaboração própria).

Gráfico 4 - Composição da Renda oriunda das Feiras dos agricultores da Rede CAU



Fonte: Pesquisa de campo (elaboração própria).

Além dos fatores já expostos até aqui a respeito da importância de análise da Rede CAU, agrega-se o fato de que grande parte da pesquisa qualitativa foi dada com base em agricultores que fazem parte da Rede.

GRÁFICO 5 – Agricultores Integrantes da Rede CAU

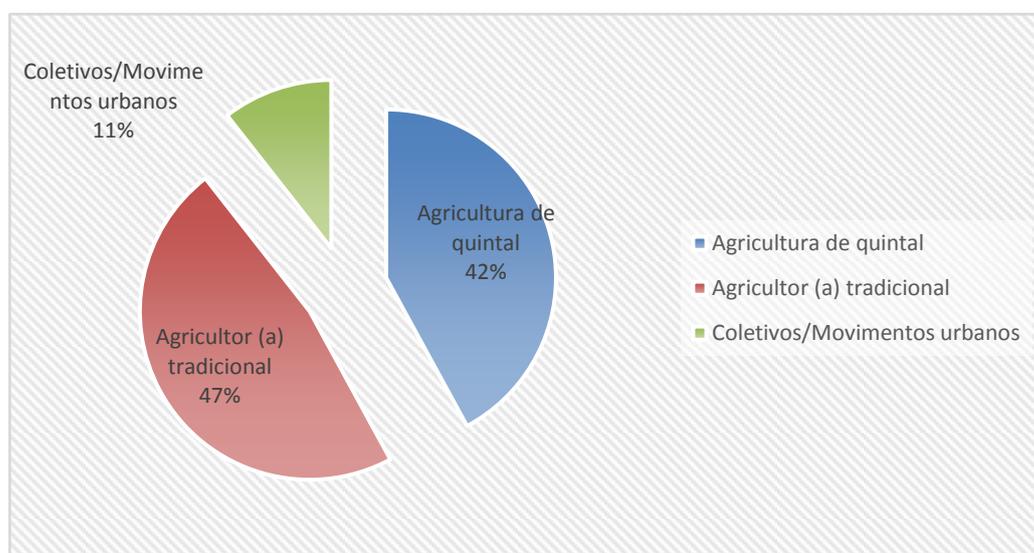


Fonte: Pesquisa de campo (elaboração própria).

Os perfis variados de tipos de agriculturas corroboram com a importância de sua análise referente ao panorama das políticas públicas para a AU carioca. Há agricultores tradicionais, de quintal e também de Coletivos e Movimentos Urbanos, como a Permalab, em Campo Grande, com a prática da agricultura na praça Marechal Edgar do Amaral, mais conhecida como a praça da pista de

Skate. Outra agricultura de Coletivos e Movimentos Urbanos é das Mulheres de Pedra, espaço coletivo disponível para a comunidade e todos aqueles que freqüentam o espaço.

GRÁFICO 6– Tipos de Agriculturas da Rede CAU



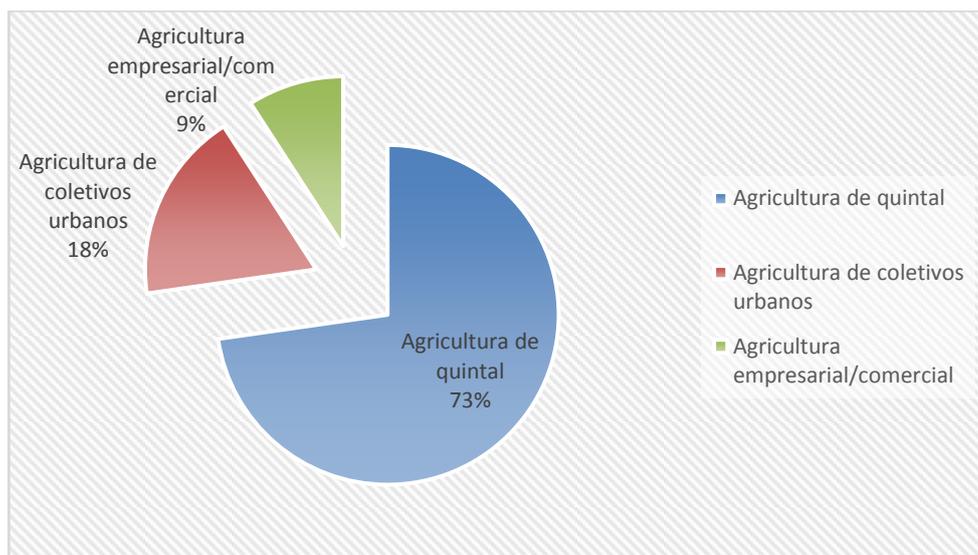
Fonte: Pesquisa de campo (elaboração própria).

A produção dos agricultores da Rede CAU evidencia uma pluralidade muito maior do que os disponibilizados pelos dados oficiais (anexo x). Há produções de ervas medicinais, PANCS, acerola, jaca e diversos produtos artesanais elaborados. Apenas nas feiras visitadas: Vargem Grande, Feira Agroecológica de Campo Grande, Feira do Rio da Prata, Espaço de comercialização da AGROVARGEM, UERJ, Bangu Shopping foram mensuradas a venda de mais de 30.000 kgs de alimentos por mês, além da comercialização de produtos parceiros oriundos de outros municípios e estados, que não são produzidos e/ou não o suficiente no município do Rio de Janeiro, evidenciando outra característica da AU em relação ao rural por conta da sua complementaridade.

3.3 PANORAMA DA AGRICULTURA URBANA CARIOCA: UMA TRIANGULAÇÃO DE DADOS

Apresentados os diferentes tipos de AU e a Rede CAU, o panorama da AU do município do Rio de Janeiro será dado através da triangulação de dados do IBGE, EMATER-Rio e com base nos dados qualitativos coletados em pesquisa de campo. Essa opção metodológica, como já exposta, será dada com o intuito de garantir um panorama amplo.

GRÁFICO 7 – Iniciativas pesquisadas não recenseadas pelo IBGE



Fonte: Pesquisa de campo (elaboração própria).

Iniciando pela produção, os dados da EMATER-Rio são bastante elucidativos da importância da produção agrícola no município do Rio de Janeiro. De acordo com os dados da instituição em relação ao ano de 2017, a produção de abacate, banana, caqui, coco-verde, maracujá, agrião, alface, cebolinha, chicória, couve, salsa, abobrinha, berinjela, chuchu, jiló, pimentão, aipim foram bastante expressivos em relação ao estado do Rio de Janeiro. Cruzando com os dados do censo agropecuário de 2017, há uma importante produção de banana, abacate, acerola (sendo a maior produção do estado, manga (quarta maior produção), coco-da-baía (terceiro maior produtor), caqui (quinta maior produtor), limão (sétima maior produtor).

Tabela 4 – Produção Agrícola (t) do Município do Rio de Janeiro em 2017

Mandioca	Acerola	Banana	Limão	Manga	Feijão fradinho	Caqui	Jaca	Coco-da-baía
4188	5,5	2466	112	207	3,1	469	13,1	1575

Fonte: IBGE (2017) (elaboração própria)

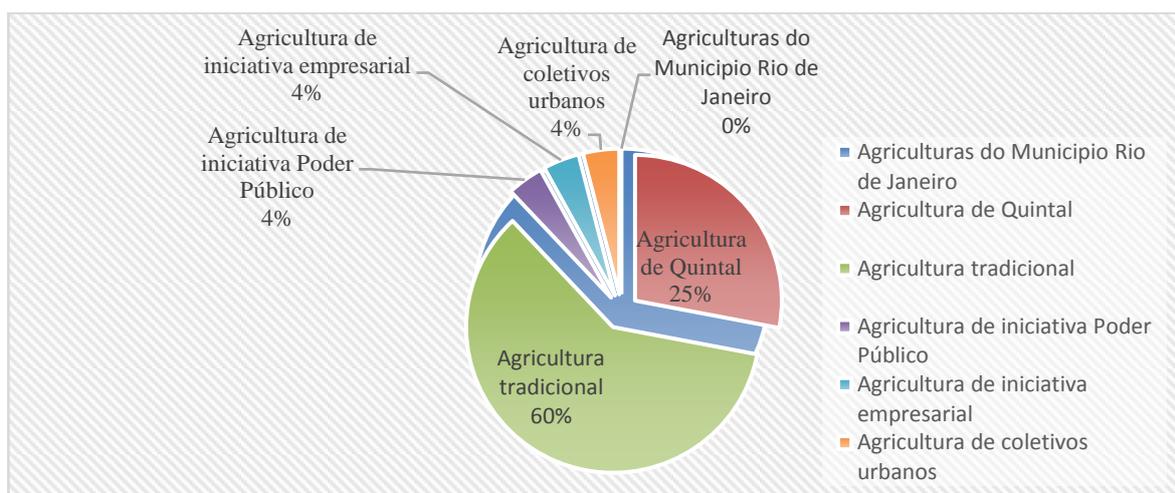
Tabela 5 – Produção Agrícola do Município do Rio de Janeiro entre 2010 e 2017 (t)

	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Abacate	215,5	216,4	216,4	204,0	193,0	193,0
Abobrinha	1.029,2	1.026,2	1.026,2	770,0	1.085,0	1.085,0
Agrião	587,0	627,0	569,6	486,0	368,5	368,5
Aipim	21.016,0	20.794,8	20.795,0	18.550,0	18.350,0	18.350,0
Alface	1.108,0	999,2	909,2	860,0	848,0	848,0
Banana	4.491,0	3.806,2	3.806,2	5.050,0	4.900,0	3.888,8
Batata Doce	148,6	132,6	132,6	130,5	118,5	108,8
Berinjela	638,4	1.256,2	575,8	575,8	697,8	676,9
Caqui	600,0	483,0	483,0	630,0	750,0	712,5
Cebolinha	944,0	942,0	942,0	851,0	660,0	593,3
Chicória	631,0	640,4	640,4	614,0	594,0	565,4
Chuchu	11.423,0	11.423,0	11.423,0	11.458,0	10.608,0	10.077,0
Coco Verde	6.581,5	6.541,6	6.541,6	6.585,0	5.796,0	6.320,5
Couve	2.304,0	1.828,9	1.828,9	1.821,2	1.811,2	1.756,9
Jiló	606,0	563,9	563,9	516,0	516,0	495,4
Maracujá	344,8	342,9	342,9	325,0	318,0	321,2
Quiabo	1.422,1	1.472,2	1.472,2	1.510,0	1.488,0	1.534,0
Salsa	860,0	895,0	895,0	942,0	935,0	935,0
Vagem	302,0	302,0	302,0	302,0	414,0	412,9
TOTAL	55.543,7	54.586,9	53.759,3	52.180,5	50.451,0	50.316,4

Fonte: Emater (2010: 2017) (elaboração própria)

O universo de dados da EMATER-Rio é mais amplo que do IBGE, por conta do recorte metodológico já explicitado, por conseguinte, há uma maior mensuração por parte da instituição. Não obstante, além dos dados da EMATER, procurou-se, com base em pesquisa qualitativa – os dados primários, constatar a diversidade de produção referente às hortaliças, frutas, plantas medicinais, temperos, plantas ornamentais, PANCS, além de outras produções que são parte da realidade do Rio de Janeiro. Essas pesquisas foram feitas com base nas diferentes categorias já apresentadas. Os dados primários de a produção a seguir são da pesquisa de campo e compreendem 26 iniciativas heterogêneas de AU na e da cidade do Rio de Janeiro, englobando 68 agricultores

GRÁFICO 8 – Agriculturas analisadas pela pesquisa qualitativa



Fonte: Pesquisa de campo (elaboração própria).

Mapa 2 - Produção das iniciativas de Agricultura Urbana pesquisadas



Fonte: Pesquisa de campo (elaboração própria).

Adentrando no perfil dos agricultores, como exposto na parte metodológica da presente pesquisa, a presente análise por conta da não disponibilização dos dados do último censo agropecuário ficou prejudicada, contudo, utilizando os dois últimos censos disponibilizados, podemos analisar a maioria de homens presentes na atividade.

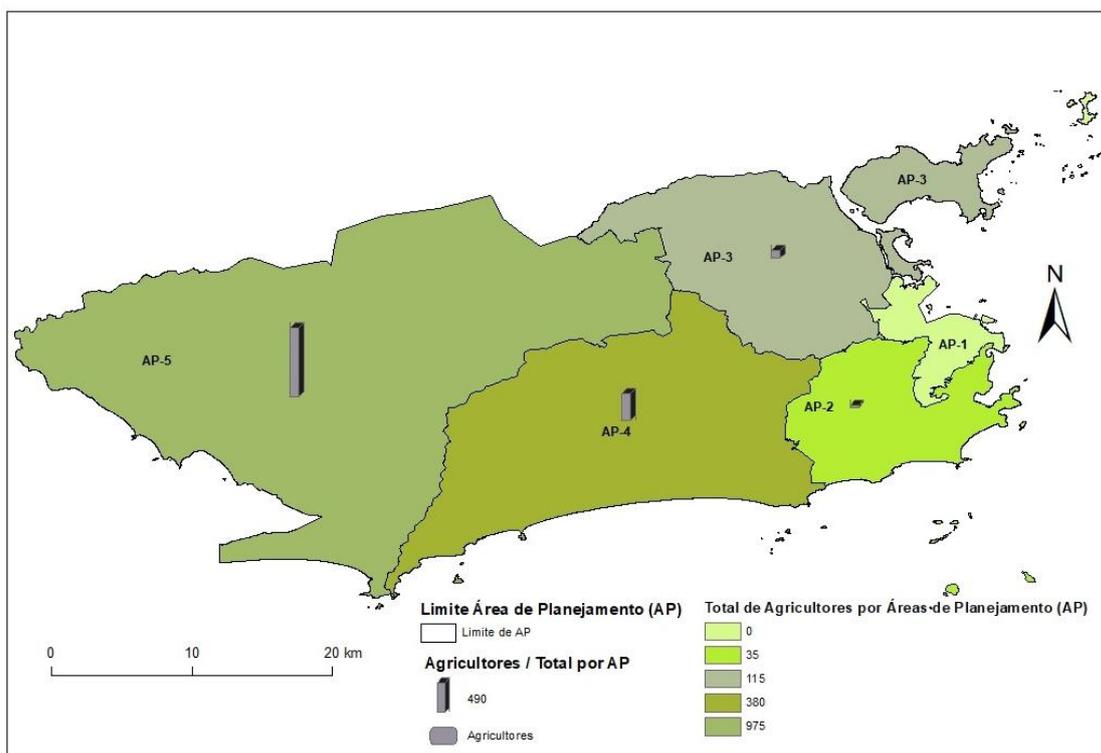
Tabela 6 – Pessoas Ocupadas por sexo nos censos de 1996 e 2006

Ano	Total		
	Homens	Mulheres	
1996	10075	3196	13271
2006	2569	384	2953

Fonte: Censos agropecuários de 1996 e 2006 (elaboração própria)

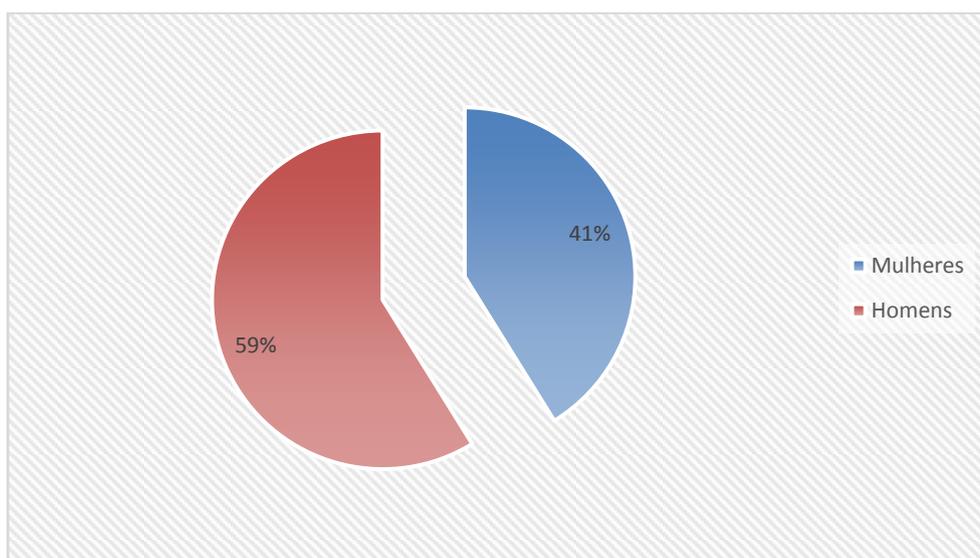
Com base nos dados disponibilizados pela EMATER-Rio (2019), que abarca 1505 agricultores, constatou-se a presença de 59% de homens e 41% de mulheres. Sendo 29% deles jovens. A maioria está presente na Zona Oeste do Rio de Janeiro.

MAPA 3 – Agricultores e Agricultoras atendidos pela EMATER-Rio (2019)



Fonte: DATA RIO, 2019; EMATER, 2019/Sistema Geodésico de Referência: SIRGAS 2000 (elaboração própria)

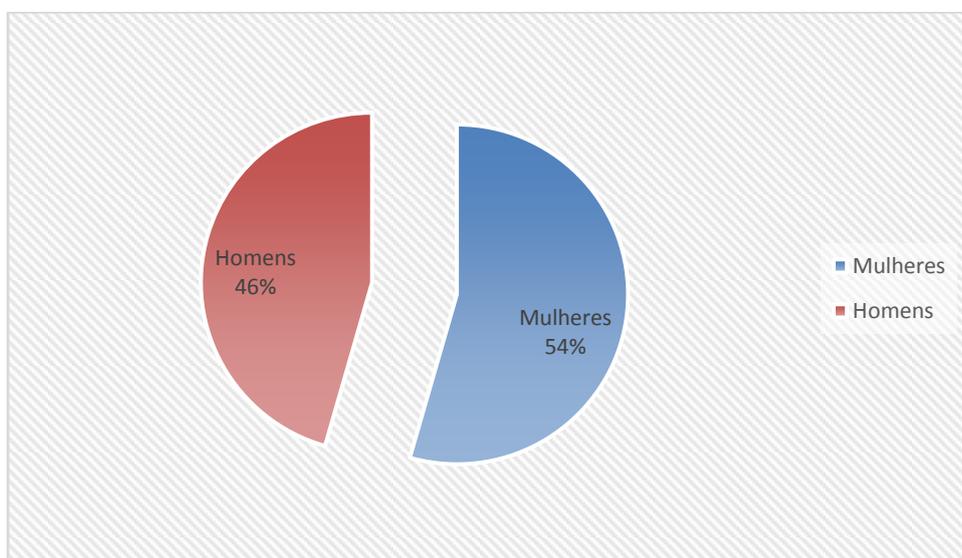
GRÁFICO 9 – Agricultores atendidos pela Emater-Rio - Gênero



Fonte: EMATER (2019) (elaboração própria)

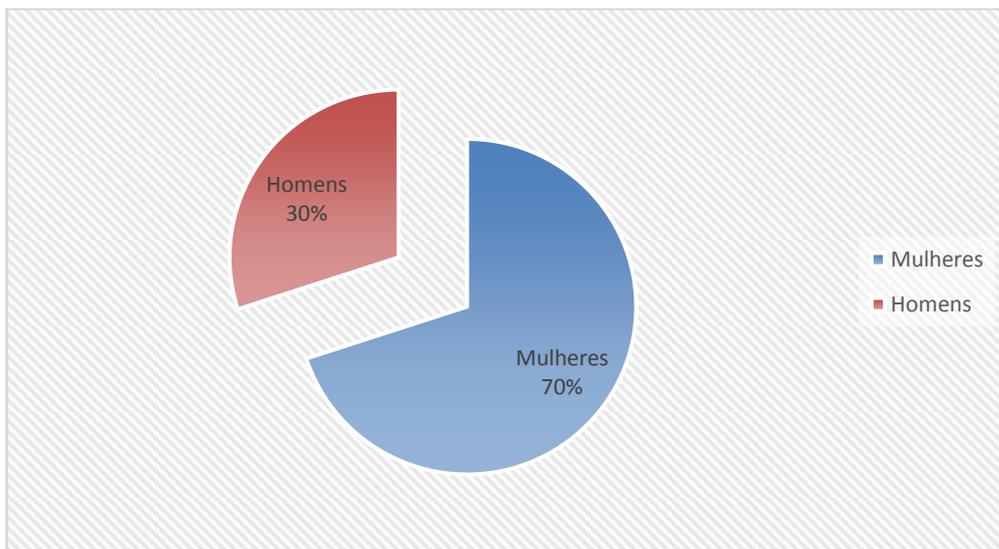
Por outro lado, a partir da pesquisa de campo e analisando as 26 iniciativas heterogêneas de AU na e da cidade do Rio de Janeiro e os 68 agricultores, cabe mencionar a existência de maioria de mulheres. E fazendo o recorte para a Agricultura de quintal, essa relação aumenta.

GRÁFICO 10 – Agriculturas do Município do Rio de Janeiro e Gênero



Fonte: Pesquisa de campo (elaboração própria).

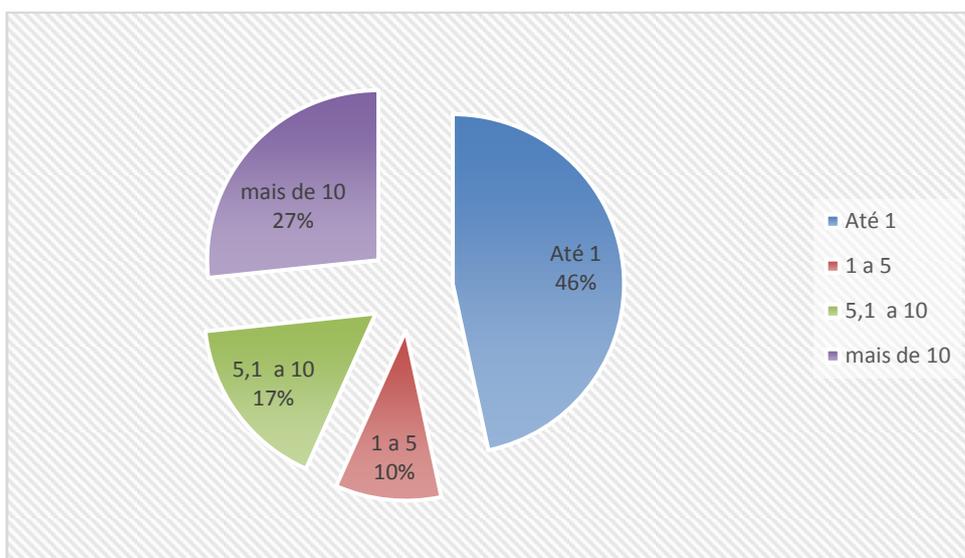
GRÁFICO 11 – A agricultura de quintal e Gênero



Fonte: Pesquisa de campo (elaboração própria).

No tocante à extensão da terra, de acordo com a pesquisa essa mesma pesquisa de campo, ao analisar as 26 iniciativas, mais de 40% compreendem menos de 1 módulo fiscal. Sendo que mais de 30% não chegam a 1000m².

Gráfico 12 – Extensão da Terra em Módulos Fiscais

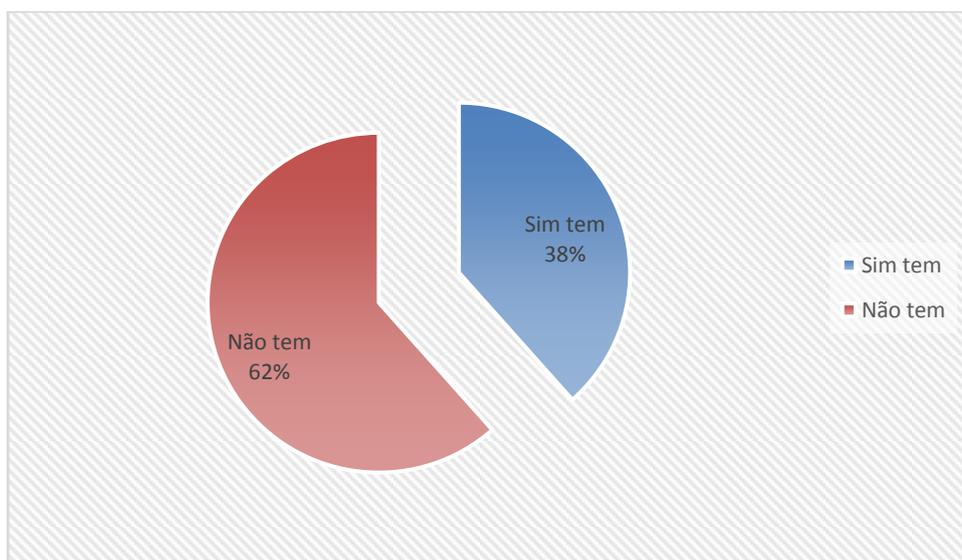


Fonte: Pesquisa de campo (elaboração própria).

Em relação à DAP, com base nessa mesma pesquisa de campo, mais de 60% dos agricultores não a possuem. E, em relação à agricultura de quintal, há um aumento dessa relação para 75%. Esses dados colaboram com o desenvolvimento da presente pesquisa, cujo reflexo da dicotomia cidade-campo e do que seria urbano e ou rural ressona na dificuldade da agricultura de quintal no que tange o acesso de políticas públicas. Elas não cabem no escopo do imaginário rural.

Outra dificuldade da AU, englobando suas diferentes categorias, é em relação à questão fundiária. 30% das iniciativas pesquisadas relataram possuir dificuldade tanto em relação à regulação fundiária e conseqüentemente também em relação ao imposto tributário incidente sobre as terras.

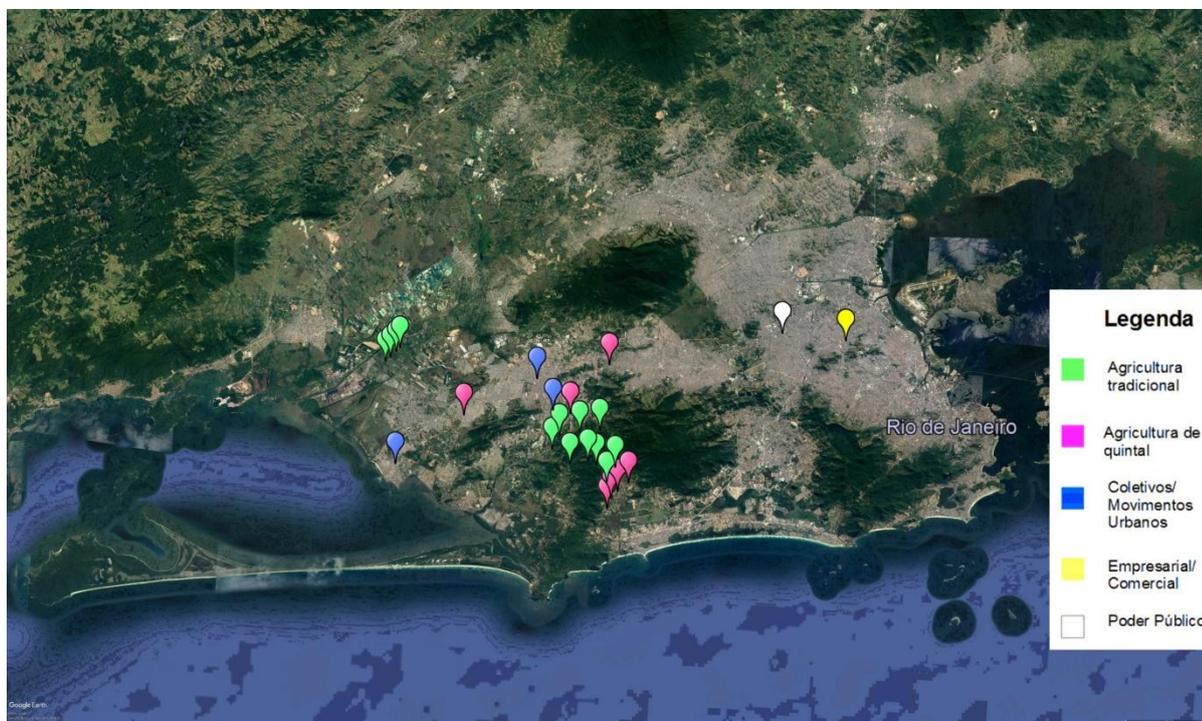
GRÁFICO 13 – Agricultura de quintal e DAP



Fonte: Pesquisa de campo (elaboração própria).

Em relação à territorialização dessas experiências, há a espacialização dos dados disponibilizados pela EMATER no Mapa 1, mas também da pesquisa qualitativa, demonstrando como a produção do município do Rio de Janeiro além de significativa, é diversa, heterogênea e plural.

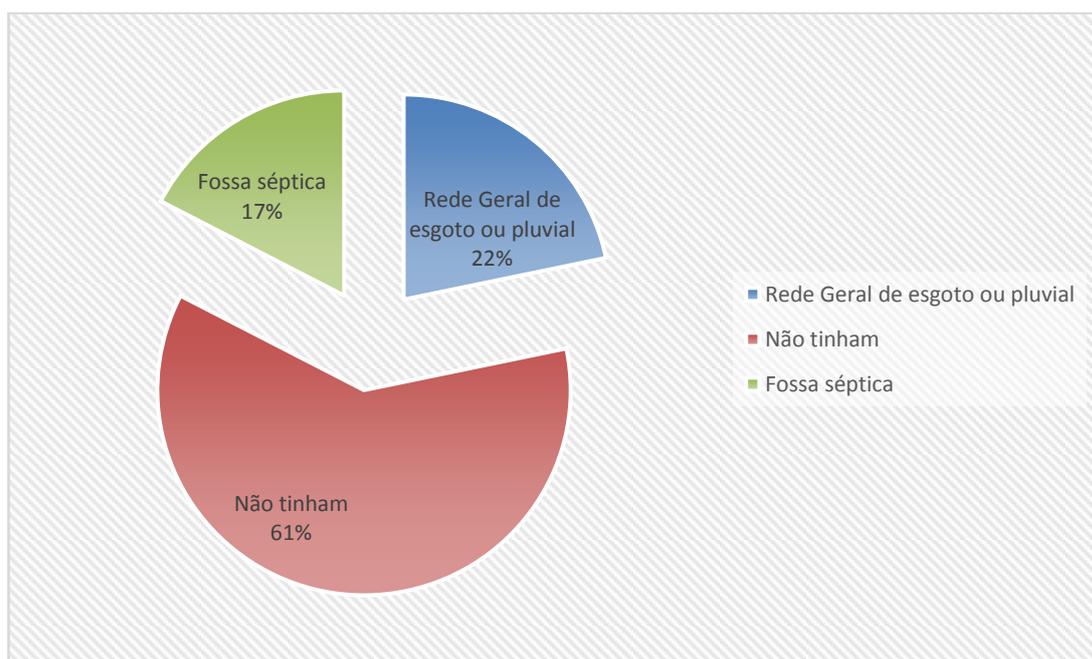
Mapa 4 - Tipos de Agriculturas do Município do Rio de Janeiro



Fonte: Pesquisa de campo (elaboração própria).

Outra temática relevante de análise alusiva à AU é o saneamento básico. De acordo com os dados do IBGE (2010), a Zona Oeste compreendida pelas Áreas de Planejamento 4 e 5, são as regiões com os piores índices de saneamento básico da cidade. Santa Cruz lidera esse índice com ausência de esgotamento sanitário em números absolutos de domicílios, seguido de Jacarepaguá, Cidade Nova, Campo Grande, Realengo, dentre outros bairros dessa região. Em relação à porcentagem da Rede de esgoto, Grumari, Vargem Grande, Barra de Guaratiba, Guaratiba, Vargem Pequena, Sepetiba e Santa Cruz são bairros com as piores taxas de acesso à rede (anexoIV). Em pesquisa de campo, foi constatado que mais da metade das 26 iniciativas de AU analisadas não possuíam qualquer tipo de tratamento de esgotamento sanitário.

Gráfico 14- Agricultura Urbana e Saneamento Básico



Fonte: Pesquisa de campo (elaboração própria).

E, indo a encontro com os dados demonstrados até agora, de predominância de ausência de saneamento básico na Zona Oeste do Rio de Janeiro, também território em que há um maior número de iniciativas de Agricultura Urbana, tanto a partir dos dados da EMATER-Rio (Mapa 3), bem como a partir da pesquisa de campo (Mapa 4), agrega-se a necessária inclusão dessa temática enquanto políticas públicas necessárias para a AU.

4 AS AGRICULTURAS URBANAS, PLANEJAMENTO URBANO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

A falta de acesso dos agricultores urbanos às políticas públicas e sua vulnerabilização no Planejamento Urbano e no campo das Políticas Públicas está bastante atrelada à dicotomia que não abarca a agricultura na cidade e ou aquém da realidade, como também pela dificuldade de acesso às políticas públicas.

Esse cenário de vulnerabilidade foi analisado sobre o prisma do Planejamento Urbano, Plano Diretor e os instrumentos urbanísticos, e, no campo das Políticas Públicas, o foco utilizado foi dado para o PRONAF, dada a sua importância para a Agricultura Familiar e sua relação com a DAP - importante declaração que garante o acesso às políticas públicas. Elas são: a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), o Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) e a Garantia-Safra, Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), o Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentos Escolar (PNAE), o Programa Nacional de Proteção e Uso do Biodiesel (PNPB). E, no âmbito dos direitos e benefícios sociais, pode facilitar a previdência social especial, O Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural(FUNRURAL)³⁰, o auxílio emergencial financeiro, o Programa Minha Casa Minha Vida Rural, o Plano Brasil Sem Miséria - Rota da inclusão Produtiva Rural, as cotas em escolas profissionalizantes, como o Centro Federal de Integração Tecnológica (CEFET) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) (MDA, 2013). Não obstante, pela limitação dessa pesquisa, não será possível adentrar especificamente em casa um desses programas, suas implicações e muito menos na análise recente da conjuntura e as implicações sobre ³¹

Compreende-se que ao adentrar na análise do PRONAF e a necessária emissão da DAP, esta dissertação contribuirá com o panorama de acesso às políticas públicas por parte dos agricultores urbanos. O PRONAF – o financiamento e o acesso à DAP são umas das maiores reivindicações por parte dos agricultores urbanos. Nessa lógica, a presente seção fará um breve retrospecto do PRONAF e das normativas que tangem à DAP. Mas antes de adentrar nessa política, analisaremos o Plano Diretor do Rio de Janeiro e o LUOS, dado que há uma dicotomia que ressona nas políticas pública porque, apesar de portarias e resoluções preverem o acesso dos agricultores urbanos à DAP e ao PRONAF, a lei que a regulamente, em 2006, é restritiva nesse sentido. Essa dicotomia ressona também dentro dos próprios órgãos que possuem restrições no que tange ao reconhecimento da agricultura no espaço urbano. Outra relação entre o Planejamento Urbano e a atividade agrícola que

³⁰ Importante deixar explícita que a aposentadoria rural não está atrelada à DAP. Há muitos agricultores que não o possuem, mas por comprovarem o trabalho rural o conseguiram.

³¹ Adianta-se que o atual cenário paralisou parte considerável desses programas.

será analisado é acerca do LUOS que concerne à delimitação da atividade agrícola aquém da realidade. E O PEU das Vargens que desembocou no aumento do licenciamento na região.

Além do exposto acima, outra problemática da AU é a necessidade de outras políticas públicas que abarquem a sua heterogeneidade, isto é, políticas públicas para além do compreendido enquanto Agricultura Familiar. Com as transformações da sociedade, em uma conjuntura de um mundo cada vez mais urbano, surgiram também outras formas de apropriação do espaço e é necessário abarcá-las nas políticas públicas.

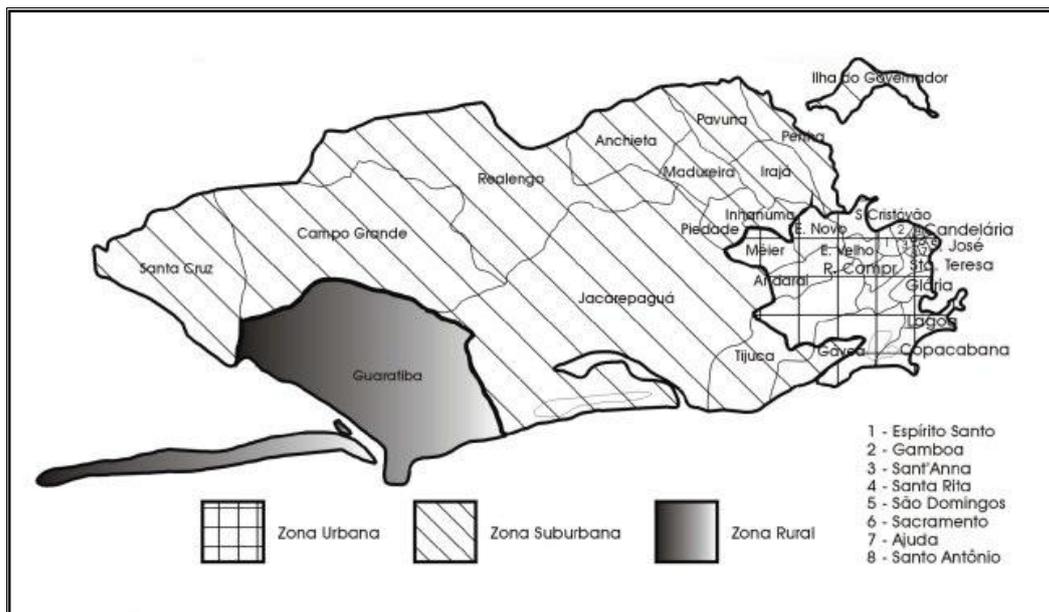
4.1 O PLANO DIRETOR DO RIO DE JANEIRO E O ZONEAMENTO

4.1.1 Breve Retrospecto Histórico

Como já exposto, a partir da Constituição Federal de 1988, o planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano ficou a cargo do município através do Plano Diretor. Ele é responsável pelo zoneamento municipal, definindo o que é rural e urbano. No Rio de Janeiro, pode-se analisar o histórico desse zoneamento através de leis, decretos e editais desde 1834, ano da formulação do primeiro Código de Posturas Urbanas (BORGES, 2007, p.71).

No aspecto normativo, em 1914, através do Decreto nº 1.594, de 15 de abril, houve o zoneamento do que seria urbano e rural do até Distrito Federal do Brasil. Contudo, esse zoneamento só foi consolidado com o Decreto nº1.185, de 5 de janeiro em 1918, com as divisões: urbano, suburbana e rural. A zona rural era o que, atualmente, compreendemos enquanto os bairros de Guaratiba e parte do bairro de Campo Grande.

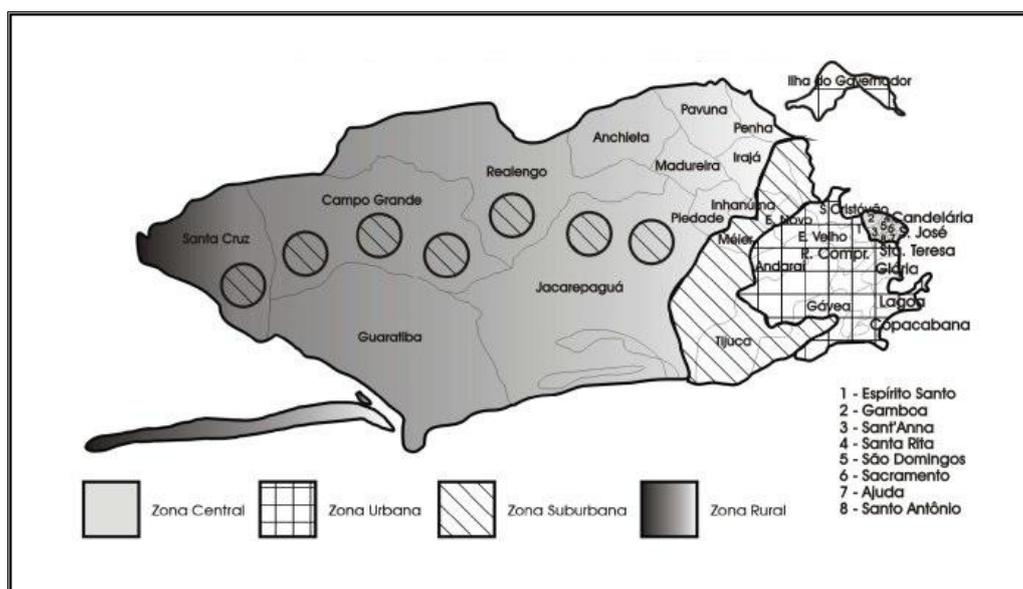
FIGURA 8 – Mapa do Zoneamento com base no Decreto 1.185 de 1918



Fonte:AGCRJ, 1931,apud Borges, 2007, p.72

Em 1925, o Decreto nº 2.087, de 19 de janeiro, com o intuito de especificar as condições para obtenção de licenças para construções, dividiu o Distrito Federal em quatro zonas: zona central, zona urbana, zona suburbana e zona rural. Essa última compreendia os bairros de Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Campo Grande, Santa Cruz, Guaratiba e as Ilhas não compreendidas enquanto zona suburbana. Esse plano vigorou até 1937, quando o Decreto nº 6.000, sob o contexto do Plano Aguache, modificou o zoneamento (Ibidem, 2007, p.78).

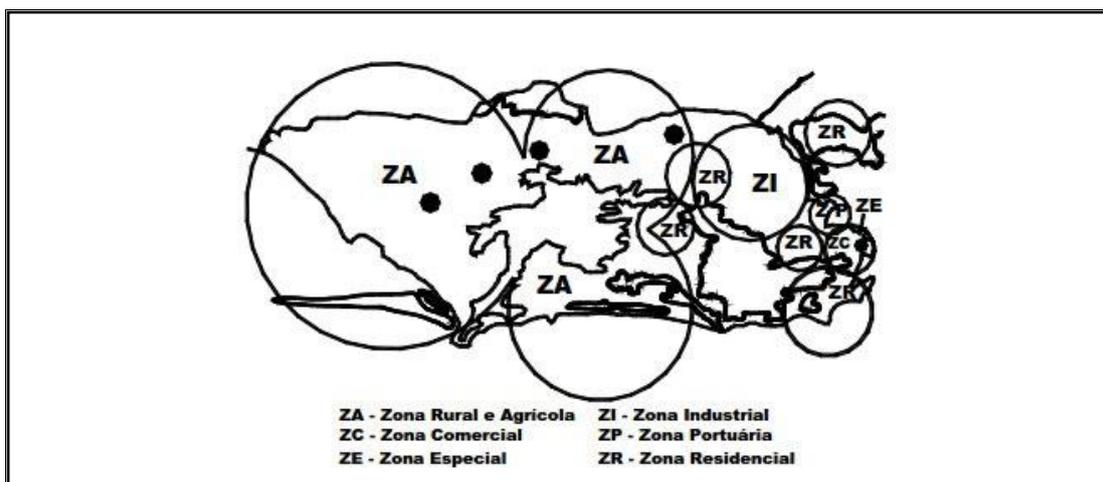
Figura 9 – Mapa do Zoneamento com base no Decreto 2.807, de 19 de janeiro de 1925



Fonte:AGCRJ, 1931, apud, Santos 2012, p.22

A despeito do Plano Aguache, o Distrito Federal do Brasil era dividido em cinco zonas: i) central com parte comercial; ii) industrial e do porto; iii) residencial; iv)suburbana v) rural(dos espaços livres e reservas arborizadas). Com base nesse plano, em 1935, foi promulgado o Decreto nº 5.595 que foi transitório até o Decreto nº 6.000 (ibidem, 2007, p,97). Esse Decreto consolidou os estudos apresentados pelo Plano Aguache. Em termos de modificações, o zoneamento, no termo urbano, suburbano e rural, desapareceu. Contudo, a Zona Agrícola continuou a compreender grande parte da Zona Oeste (ibidem, 2007, p.98)

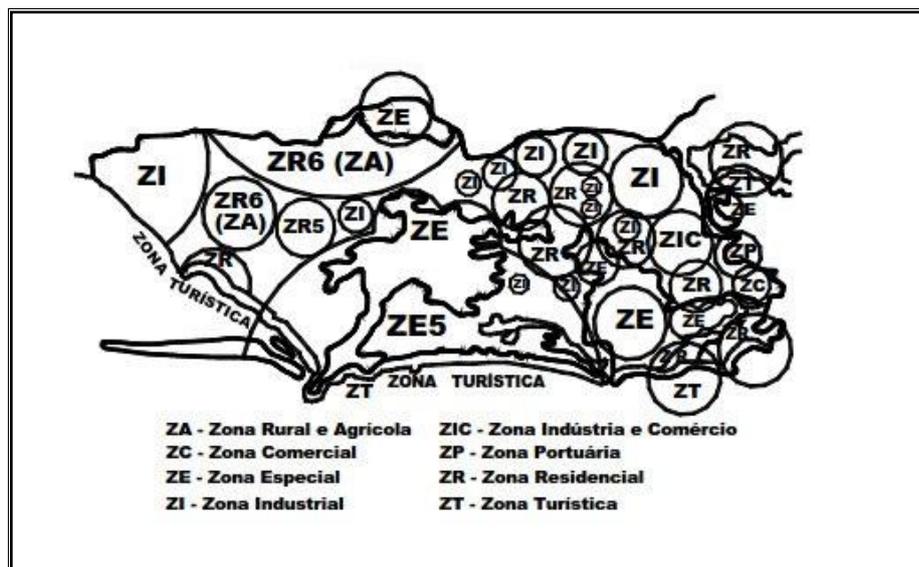
FIGURA 10 – Mapa do Zoneamento com base no Decreto 6.000, 1dejulhode1937



Fonte: Instituto de Engenharia Legal, 1987, apud, Santos, 2012, p.26

Em 1976, o Decreto 322, de 1976 incentivou outros usos, como o industrial e residencial. A divisão do município passou a ser: Zona Rural e Agrícola, Zona Comercial, Zona Especial, Zona Industrial, Zona Industrial e Comércio, Zona Portuária, Zona Residencial e Turística. Entretanto, cabe destacar que esse decreto fagocitou a área agrícola da cidade, passando a compreender apenas parte do que hoje compreendemos como Campo Grande, Paciência e Santa Cruz (ibidem, 2007, p.123).

FIGURA 11– Mapa do Zoneamento do Decreto nº 322, 3 de março de 1976



Fonte: Instituto de Engenharia Legal, 1987, apud, Santos, 2012, p.27

Em 1977, foi elaborado o Plano Urbanístico Básico (PUB-RIO), com base no Decreto nº 322/76, instituiu as seguintes divisões: Área Central, Zona Industrial, Zona Portuária, Centros de Bairro, Zona de Indústria e Comércio, Zona Turística e Zona Residencial.

Em 1992, já sob a promulgação da Constituição Federal de 1988, através da Lei Complementar nº16, de 4 de junho de 1992, o município não mais estaria dividido em zonas urbana, suburbana e rural e/ou em residenciais, industriais, comerciais e turísticas, a divisão passou a ser através das Áreas de Planejamento.

4.1.2 ATUAL PLANO DIRETOR DO RIO DE JANEIRO E OS INSTRUMENTOS URBANÍSTICOS

O atual Plano Diretor do Rio de Janeiro foi aprovado pela Lei Complementar nº111 de 1 de fevereiro de 2011. Atualmente, o município está dividido em 5 Áreas de Planejamento, subdividas em: AP 1.1 Centro, AP 2.1 Zona Sul, AP2.2 Tijuca, AP3.1, AP3.2, AP3.3, AP3.4, AP3.5, AP3.6, AP3.7, AP4.1, AP4.2, AP5.1, AP5.2, AP5.3 (Anexo 2). E as divisões das macrozonas são: Ocupação Assistida, Condicionada, Controlada e Incentivada (em anexo IV).

Com referência ao atual Plano Diretor do município do Rio de Janeiro, alguns destaques são importantes. O primeiro dele é em relação a não delimitação de uma zona rural. O segundo concerne

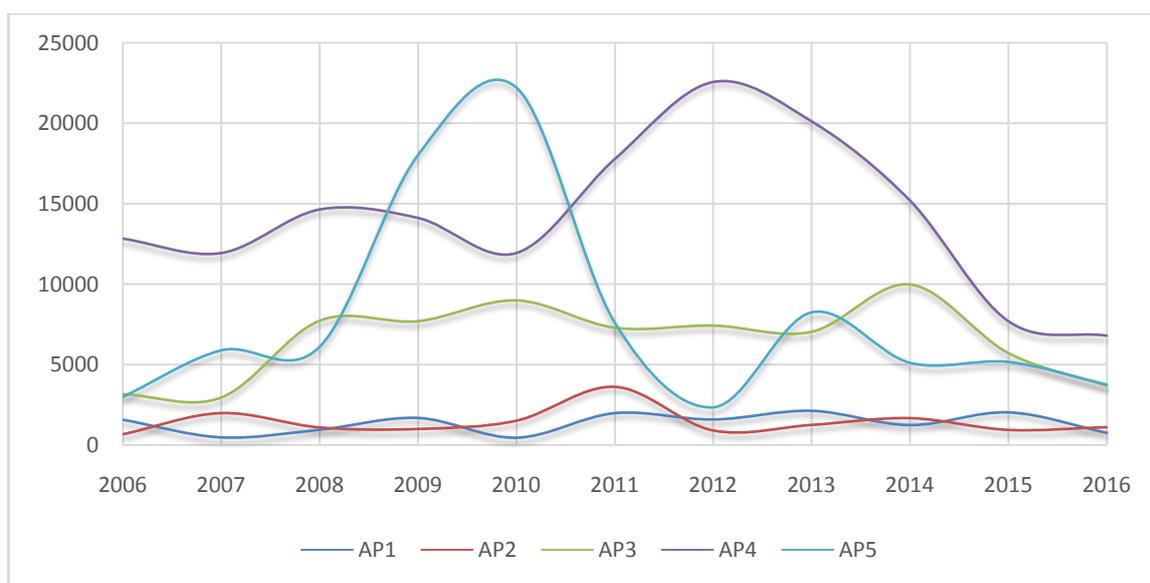
a outros instrumentos urbanísticos que implicam diretamente com a atividade agrícola no Rio de Janeiro, como o LUOS que reconhece a agricultura aquém da realidade. Além disso, os instrumentos urbanísticos contraditoriamente podem atuar em contra a atividade agrícola no município, como já exposto por pesquisa feita por Cardeman (2014) e pela Articulação Popular das Vargens (2017).

Analisando o atual LUOS, por exemplo, instituído pelo Projeto de Lei Complementar nº57 de 2018, podemos averiguar como a atividade agrícola normatizada, na AP5 (anexo VIII), é menor do que a realidade do município. Importante frisar que como demonstrado no capítulo 2 é essa a região com o maior número de agricultores com base nos dados disponibilizados pela Emater-Rio (2019) (Mapa 3). E há também a pesquisa de campo que encontrou diversas iniciativas nessa região que não foram recenseadas pelo IBGE (Mapa 4).

A realidade da AP4 também é emblemática (anexo VII), evidenciando os interesses da expansão do capital, sobretudo, imobiliário para a região. Destaca-se que, de acordo com o atual LUOS regido pelo projeto de Lei Complementar nº57 de 2018, além da Zona de Conservação Ambiental, que acaba implicando com a legislação proibitiva do Parque Estadual da Pedra Branca, não há a delimitação para a atividade agrícola na região.

Corroborando com esse cenário, destaca-se o aumento das licenças para essas duas Áreas de Planejamento – com o maior número de iniciativas de AU do município do Rio de Janeiro. Esse aumento de licenças ocorreu para a AP4 - região ambientalmente frágil, com áreas alagadiças, brejos (APP, 2017). E foi destinado para a AP5 com, região com forte agricultura tradicional, bem como a AP4.

GRÁFICO 15 – Número de Unidades Licenciadas no Município do Rio de Janeiro



Fonte: SMU (elaboração própria)

Em uma análise mais esmiuçada dessas licenças, foram encontradas algumas tendências. Na AP5, região que engloba a Região Administrativa de Santa Cruz³² e Campo Grande³³, a produção imobiliária aumentou consideravelmente a partir do Programa MCMV, ou seja, a partir de 2009. Em Santa Cruz, o aumento das licenças, entre 2006 e 2010, foi de 435 licenças, em 2006, para 5.998 licenças em 2010 – ápice das licenças no período analisado, correspondendo aumento de mais de 1278%. Esse aumento da produção imobiliária, atualmente, contrasta na paisagem com as iniciativas dos agricultores tradicionais do bairro. A figura abaixo foi tirada na Av. Padre Guilherme Decaminada.

Figura 12 – Unidades do PMCMV em Santa Cruz

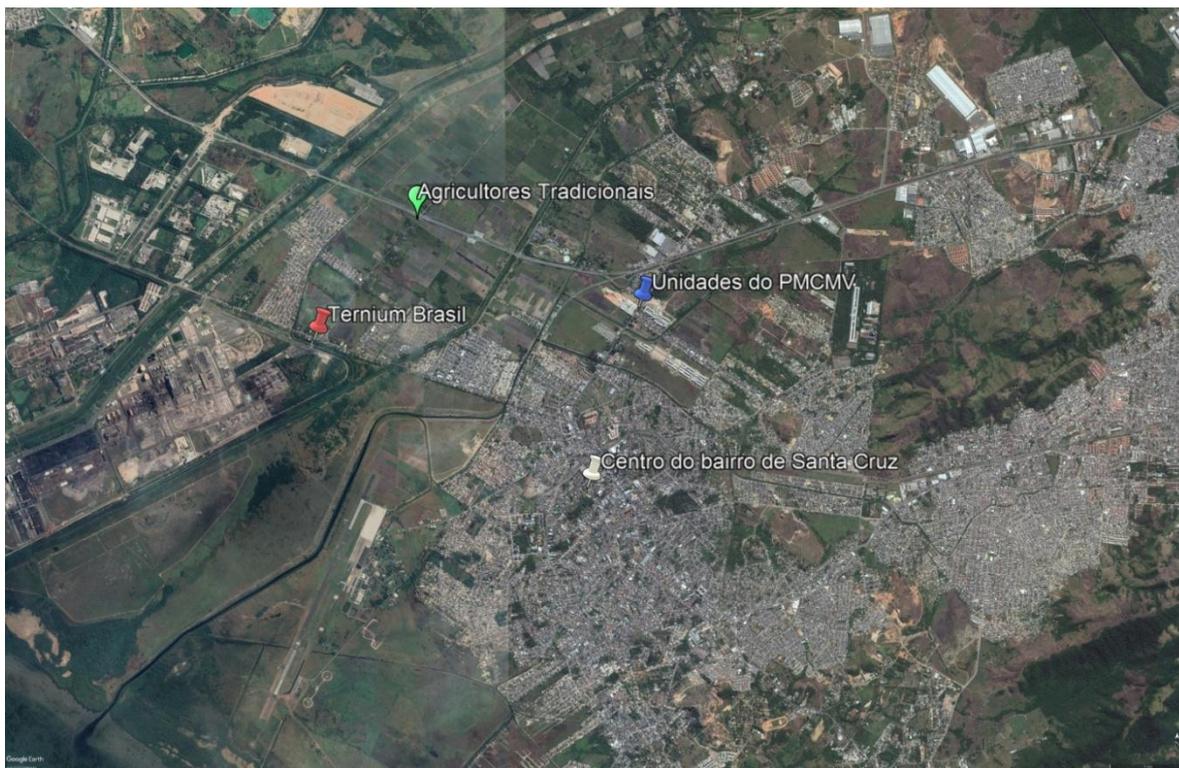


Fonte: Fotografia da autora, 11/03/2019

32 Bairros de Santa Cruz, Sepetiba, Paciência.

33Bairro de Santíssimo, Campo Grande, Senador Vasconcelos, Inhoaíba , Cosmos.

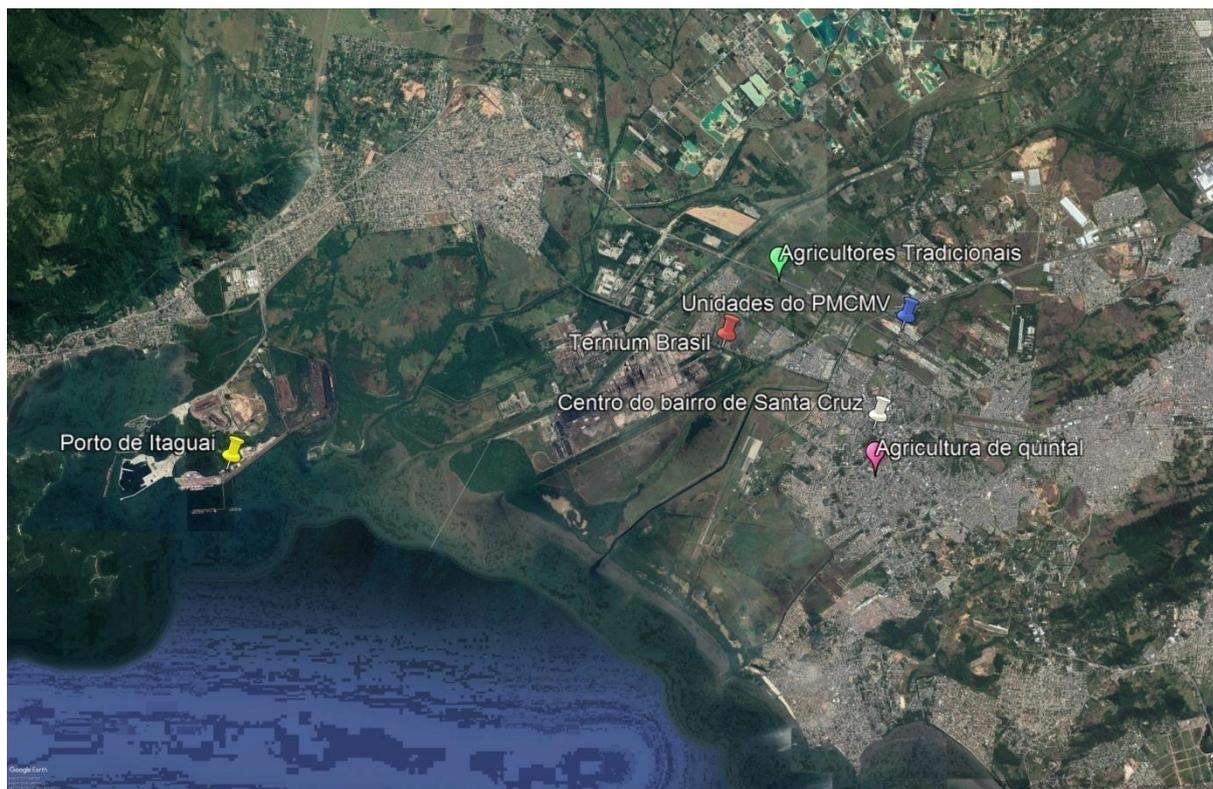
Mapa 5 – Agricultura Tradicional: a pressão imobiliária e a chuva de prata da Ternium Brasil



Fonte: Google Earth, 2019. (elaboração própria)

Em pesquisa de campo, foi relatada a pressão imobiliária sobre as terras dos agricultores. Inclusive, por conta da falta de acesso às políticas públicas, há agricultores que relataram ser inexorável a fagocitação de suas terras agrícolas nas atuais condições. Outra problemática apontada por alguns agricultores foi a chuva de prata em suas plantações da siderurgia Ternium, dado que por conta da localização no eixo Rio-São Paulo, interligados a inserção do capitalismo dependente brasileiro voltado para fora, há a instalação de algumas empresas perto do Porto de Itaguaí, sendo elas: a Ternium, Gerdau, Companhia Siderúrgica Nacional, a NUCLEP, dentre outras empresas de grande porte (PACS, 2015).

Mapa 6 – A Agricultura Urbana de Santa Cruz e a Ternium

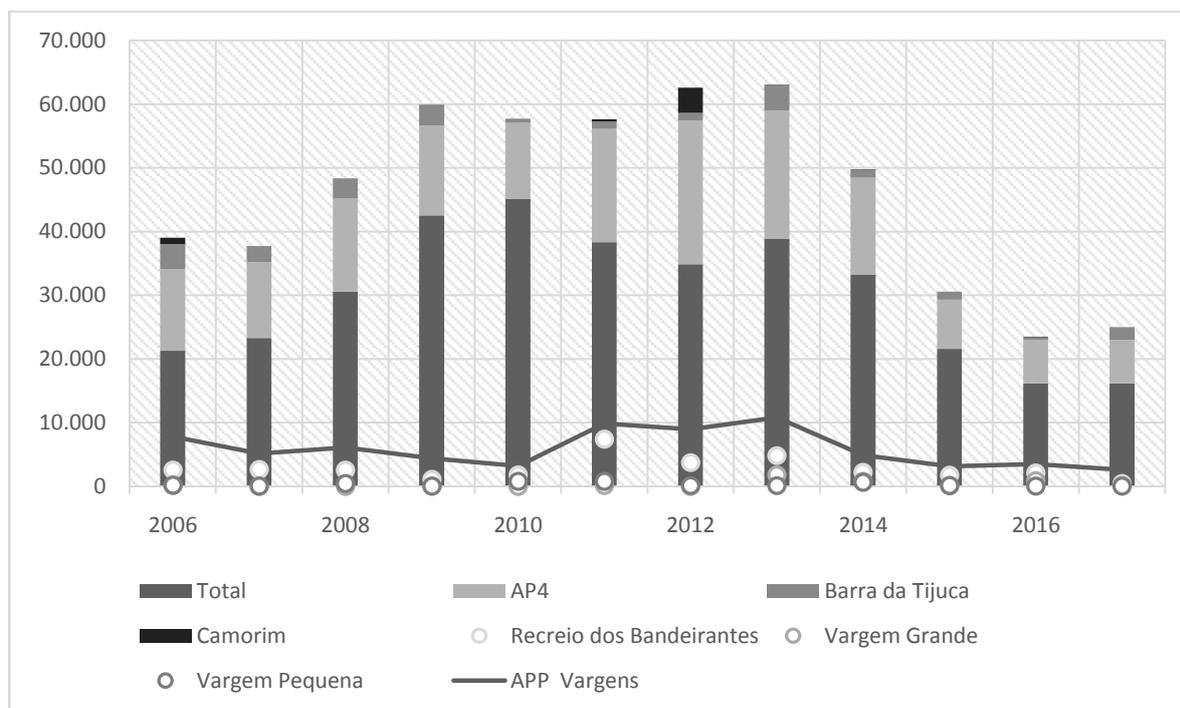


Fonte: Google Eath, 2019. (elaboração própria)

Na Área de Planejamento 4, o aumento das licenças foi de mais de 99%, compreendendo 21.284 licenças em 2006 e, em 2010, 42.563. O auge das licenças para AP4 foi em 2011, cujas licenças foram de 45.154. Analisando a região das Vargens, percebe-se um aumento considerável a partir de 2011. Sob a influência do PEU, estatuído pela Lei Complementar nº104/2009, as licenças passaram de de 3.154, em 2010, para 9.822 licenças em 2011. Esse número só decaiu, em 2014, quando com a mobilização da academia, moradores, associações, organizações, dentre eles a Rede CAU, em novembro de 2013, houve a assinatura do Decreto nº37958. Esse decreto determinou que os bairros de abrangência do PEU das Vargens passassem a ser considerados como Área de Especial Interesse Ambiental, suspendendo as futuras licenças de demolição, construção, acréscimo ou modificação, parcelamento do solo ou abertura de logradouro nessa região. Contudo, as licenças já permitidas continuariam e as obras para os Jogos Olímpicos estariam permitidas (RIO DE JANEIRO, 2013)

Adentrando na análise da Região Administrativa da Barra da Tijuca³⁴ e mais especificamente região das Vargens, no que tange o número de domicílios, percebe-se como os instrumentos urbanísticos influenciaram diretamente no número de licenciamentos no período aqui analisado, entre 2006-2017.

Gráfico 16 - Número de unidades da AP4, Região Administrativa da Barra da Tijuca e das Vargens



Fonte: SMU (elaboração própria)

O ápice do licenciamento foi em 2011, com os maiores números de licenciamentos para o Recreio dos Bandeirantes, seguidos de Barra da Tijuca e Vargem Pequena, bairro que compõem o PEU das Vargens. Sobre o PEU das Vargens, há ainda o Projeto de Lei Complementar nº 140/2015. Nesse PEU a prefeitura estabeleceu um novo projeto de Operação Urbana Consorciada. Nos moldes do Projeto Porto Maravilha, houve a previsão de uma gestão privada desses territórios que emitiriam Certificados de Potencial de Adicional de Construção (CEPAC). Ou seja, a construção é pautada pelo mercado. E as áreas alagadiças, brejos, continuariam como mote de valorização para o capital. Arelado à essa análise e ao atual LUOS que prevê a normatização da agricultura aquém da realidade,

³⁴ Abrange os bairros da Barra da Tijuca, Grumari, Itanhangá, Joá, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande Vargem Pequena.

asserta-se para a influência direta dos instrumentos urbanísticos no direito de Morar e Plantar (Articulação Plano Popular das Vargens, 2017).

Atualmente, o Projeto de Lei Complementar nº 140/2015 não foi votado pela Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, em partes, pela mobilização, mas também por conta da crise econômica e política em nos três níveis federativos do Brasil. O decreto municipal nº 42.660, de 13 dezembro de 2016 criou a Área de Especial Interesse Ambiental dos bairros Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e parte dos bairros Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca e Jacarepaguá, nas XVI e XXIV Regiões Administrativas. No entanto, o Decreto nº 44.966, de 27 de agosto de 2018, alterou o parágrafo único do artigo 2º do decreto Rio NN. 42.660, de 13 de dezembro de 2016, susstando o artigo 2º do Decreto prévio, normatizando, novamente, a construção de moradias do PMCMV na região.

4.2 PRONAF E A DICOTOMIA RURAL-URBANO

Além dos conflitos urbanos, influência dos instrumentos urbanísticos e do capital imobiliário em sua disputa pelo solo urbano, a AU carioca possui outra dificuldade – o acesso as políticas públicas para a agricultura, como o PRONAF. Com o intuito de aprofundar esta análise, a próxima seção traz um breve retrospecto histórico do PRONAF e um debate sobre como o zoneamento urbano e a dificuldade de acesso às DAPs. Não obstante, não apenas isso afetou essa conjuntura, mas também a crise do Estado do Rio de Janeiro e a necessidade de discutir outras políticas públicas que englobem as heterogeneidades da AU.

4.2.1 PRONAF e Alguns Antecedentes Históricos

O processo de modernização conservadora desencadeou muitos conflitos no campo, contudo, com a ditadura civil-militar, houve intensa repressão aos movimentos sociais rurais e a intervenção em sindicatos de trabalhadores. Mesmo o Estatuto da Terra, com vários princípios distributivos, por não ter tido uma participação de setores populares, mas sim de entidades patronais rurais, não modificou a estrutura fundiária vigente (MENDONÇA, 2009,p.41).

Na década de 1970 e 1980, movimentos e sindicatos rurais se rearticularam e/ou foram criadas. Dentre elas, a CONTAG³⁵ que, em 1979, durante o III Congresso Nacional dos

35 A CONTAG foi criada, em março de 1963, durante o governo de João Goulart, sob o bojo da promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, que garantiu aos trabalhadores rurais os direitos sindicais. Foi a primeira entidade sindical

Trabalhadores Rurais³⁶, emergiu com forte visibilidade para o sindicalismo urbano. Em 1983, houve a criação da Central única dos Trabalhadores (CUT) e, em 1986, o sindicalismo rural na CUT passou a ser tratado a partir uma secretaria que, em 1988, transformou-se no Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da Central Sindical (DNTR). Durante a década de 1980, a CONTAG e CUT disputaram linhas políticas referentes às lutas do campo, principalmente, em relação às posições em relação ao governo e à reforma agrária, dado que a primeira adotava em certos momentos um “tom” conciliador com o governo, explicitando algumas “conquistas”³⁷, como o Estatuto da Terra, previdência social³⁸ para o trabalhador rural e o PNRA durante o governo de Sarney. Em 1984, com a constituição do MST, os tensionamentos e disputas foram intensificados (MEDEIROS, 2001; GRISA & SCHNEIDER, 2014, p.24 e 25; CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2014, p.2).

Nesse período de redemocratização do país, a participação dos movimentos e sindicatos na formulação de políticas agrárias para o Brasil passou a ter maior reflexo na sociedade. De acordo com Mendonça (2009, p.55-60), a própria elaboração do PNRA foi uma resposta às mobilizações em relação à reforma agrária, entretanto, tal objetivo não foi logrado, tendo recebido críticas posteriores até da própria CONTAG que, inicialmente, mostrava-se resoluta com a proposta do governo. Em 1995, a CONTAG se filiou a CUT³⁹ e foi organizada o primeiro Grito da Terra Brasil co-organizado pelo MST. Dois acontecimentos agravam o conflito desse período: o Massacre de Corumbiara⁴⁰, em Rondônia - em meados de 1995 e o Massacre de Eldorado do Carajás⁴¹, ocorrido no Pará em 1996 (MEDEIROS, 2001, p.125; GRISA & SCHNEIDER, 2014, p.28).

Corroborando com esse cenário, na década de 1990, em um contexto neoliberal, de abertura comercial, criação do Mercosul, em 1991, implementação do Plano Real, em 1994, e elevação do

do campo de caráter nacional, reconhecida legalmente. Nessa época, existiam 475 Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais no Brasil, dos quais 220 eram reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Apesar do golpe civil-militar em 1964, e do desaparecimento e/ou exílio de várias lideranças, a CONTAG não foi extinta (MEDEIROS, 2001, p.108).

36 De acordo com Medeiros (2001, p.108) trabalhadores rurais recobria segmentos tão diferenciados como "assalariados", "parceiros", "arrendatários", "pequenos proprietários", "posseiros", etc e que fora imposta à organização sindical por força de lei, contrariando a tendência organizativa que se delineava no período pré-golpe.

37 Contrariando a perspectiva da CONTAG, adota-se a perspectiva de concessões perpetradas pela ditadura civil-militar que, buscava neutralizar conflitos e tensões no campo (MENDONÇA, 2009, p.41).

38 A previdência social para o trabalhador rural já estava prevista no Estatuto do Trabalhador Rural através da Lei nº4.214, de 2 de março de 1963. Contudo, o Estatuto não foi regulamentado. E o Decreto-Lei nº276, de 28 de fevereiro de 1967, que instituiu o FUNRURAL, através do Decreto-lei nº564, de 1 de maio de 1969, atingiu apenas o setor rural da agroindústria canavieira. Apenas com a Lei Complementar nº11, de 25 de maio de 1971 que, com a instituição do Programa de Assistência ao Trabalhador Rural - Prorural, que a previdência foi estendida para os demais trabalhadores rurais, não obstante, de forma bastante desigual com os trabalhadores urbanos, o que apenas seria modificado com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (GUIMARÃES, 2009; DELGADO, 1999).

39 Em 2009, durante o 10º Congresso Nacional da entidade, a CONTAG se desfiliou. A desfiliação foi aprovada por 1.441 votos contra 1.109. Essa desfiliação tem como um dos grandes motivos a criação da FETRAF.

40 A fazenda Santa Elina, com aproximadamente 18 mil hectares, foi ocupada no dia 15 de julho de 1995. No pedido de reintegração de posse, 194 policiais militares de vários municípios foram chamados. No momento da reintegração, havia cerca de 2.300 pessoas no assentamento. Nesse conflito, 12 pessoas morreram, sendo nove assentados, dois militares e um homem não identificado. Até hoje vítimas alegam não ter recebido indenizações (ESTEVAN & MAR, 2015).

câmbio frente ao dólar, alguns setores ligados à produção agropecuária brasileira ficaram ameaçados no tocante a sua reprodução social e econômica (GRISA & SCHNEIDER, 2014, p.29). Em 1994, o INCRA e a FAO realizaram uma pesquisa propondo vários instrumentos de política destinada à Agricultura Familiar, dentre umas das constatações estava a de que 75% dos estabelecimentos rurais no Brasil têm características de produção familiar, representando 22% da área total, com 60% do pessoal ocupado, correspondendo a 28% da produção agropecuária.

Nesse contexto, em 1994, o governo Itamar Franco criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), esse programa, que operava com recursos predominantes do BNDES, foi o embrião do PRONAF. Em 1995, o PROVAP foi modificado e, em 1996, deu origem ao PRONAF através do Decreto nº1946, de 28 de junho de 1996 CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2014, p.3).

A instituição do PRONAF iniciou uma transição e demarcação do que seria a Agricultura Familiar no Brasil, que antes enquadrava mini-produtores, pequenos produtores e que disputavam os recursos com os grandes proprietários. Sobre essa política, dentre as estratégias do PRONAF assentadas no artigo 2º estão a melhora da qualidade de vida no segmento da Agricultura Familiar, aumento da sua capacidade produtiva e abertura de novas oportunidades de emprego e renda; aprimoramento das tecnologias empregadas mediante estímulos à pesquisa, desenvolvimento e difusão de técnicas adequadas à Agricultura Familiar; aprimoramento de novos padrões tecnológicos e gerenciais; adequação de infraestrutura física e social, mediando obtenção de crédito (BRASIL, 1996).

A primeira Resolução do BACEN (Banco Central do Brasil) quanto ao tema, a Resolução nº2191 de 1995 (não mais vigente), instituiu os critérios para os beneficiários do PRONAF. No artigo 2º, ficam sujeitos as seguintes condições: i) explorar parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro; ii) não mantenha empregado permanente, sendo admitido o recurso eventual à ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agrícola o exigir; iii) não detenha, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, quantificados na legislação em vigor; iv) no mínimo, 80% (oitenta por cento) de sua renda bruta anual seja proveniente da exploração agropecuária ou extrativa; v) resida na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos.

Do ponto de vista operacional, o PRONAF apresenta, atualmente, quatro grandes linhas de atuação, a saber: a) Financiamento da produção: o programa destina anualmente recursos para custeio e investimento, financiando atividades produtivas rurais em praticamente todos os municípios do país; b) Financiamento de infraestrutura e serviços municipais: apoio financeiro aos municípios de todas as regiões do país para a realização de obras de

infraestrutura e serviços básicos; c) Capacitação e profissionalização dos agricultores familiares: promoção de cursos e treinamentos aos agricultores familiares, conselheiros municipais e equipes técnicas responsáveis pela implementação de políticas de desenvolvimento rural; d) Financiamento da pesquisa e extensão rural: destinação de recursos financeiros para a geração e transferência de tecnologias para os agricultores familiares (CAZELLA; MATTEI; SCHNEIDER, 2014, p.3).

A Resolução do BACEN nº2310 (não mais vigente), de 29 de agosto de 1996, modificou a resolução preliminar alusiva à possibilidade do produtor familiar ter empregados permanentes, possibilitando seu uso até dois, além de eventual ajuda de terceiros, quando a natureza sazonal da atividade agropecuária exigir. Outra resolução que modificou os dispostos é a de nº2436, de 21 de julho de 1997. Foi criada uma linha especial chamada “Pronafinho” e passou a ter exigência de renda mínima oriunda da atividade agropecuária de 50%. A Resolução nº2629 de 10 de agosto de 1999, criou 6 categoria, reivindicação dos agricultores e recomendação de estudo realizado pela FAO e Incra (1999).

As categorias criadas pela resolução acima e com os valores correntes correspondentes à época são: grupo A – agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária que não contrataram operação de investimento no limite individual permitido pelo Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA); grupo B - agricultores familiares e trabalhadores rurais que obtenha renda familiar oriunda da exploração agropecuária ou não agropecuária do estabelecimento, com renda anual de R\$1500; grupo C - agricultores familiares e trabalhadores rurais que obtenha, no mínimo, 80% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento e utilização eventual de trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária e renda anual corrente entre R\$1500 e R\$8.000; grupo D, com 80%, no mínimo, da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento, trabalho familiar predominante e utilização apenas eventualmente de trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária.

Relativo as faixas de renda acima, essas foram seguidamente elevadas, por exemplo, com a Resolução nº2879 de 8 de agosto de 2001, a Resolução nº3001 de 24 de julho de 2002 e a Resolução nº3097, de 25 de junho de 2003. Com a segunda resolução foi instituído o Pronaf Floresta. E houve a criação dos grupos B, C, A/C e D. O grupo A/C representava agricultores egressos do grupo A que se enquadravam nas condições do Grupo C - para a obtenção do primeiro crédito de custeio isolado.

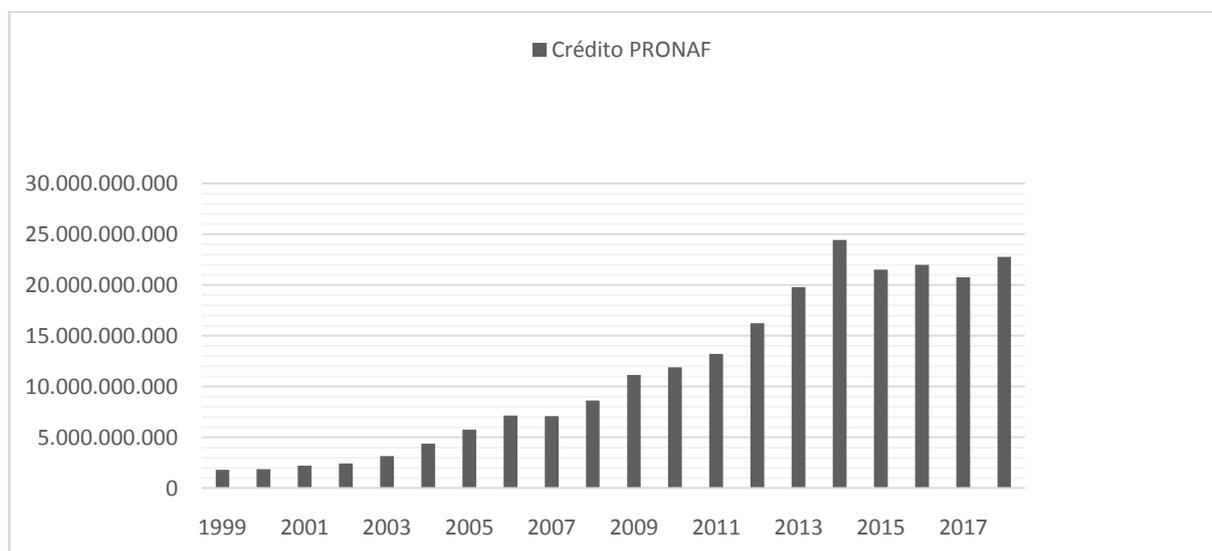
O Conselho Monetário Nacional (CMN) adotou uma série de medidas para estimular os agentes financeiros a operar o PRONAF e, por outro, reduziu-se bastante os encargos financeiros que incidiam sobre o crédito de custeio (os juros praticados na safra de 1995 foram de 16% ao ano, enquanto que na safra seguinte caíram para 12% ao ano). Deve-se destacar que essa mudança foi

efetivada devido à forte pressão exercida pelas organizações dos trabalhadores rurais que exigiram melhores condições de financiamento.

Sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, na Safra 2002/2003, a DAP passou a valer por 5 anos e novas modalidades foram criadas: Na Safra 2003/2004, foram criadas as modalidades: PRONAF Alimentos, PRONAF Pesca, PRONAF Agroecologia, PRONAF Turismo Rural, PRONAF Mulher, PRONAF Jovem Rural. E foi criado o PRONAF Semi-Árido.

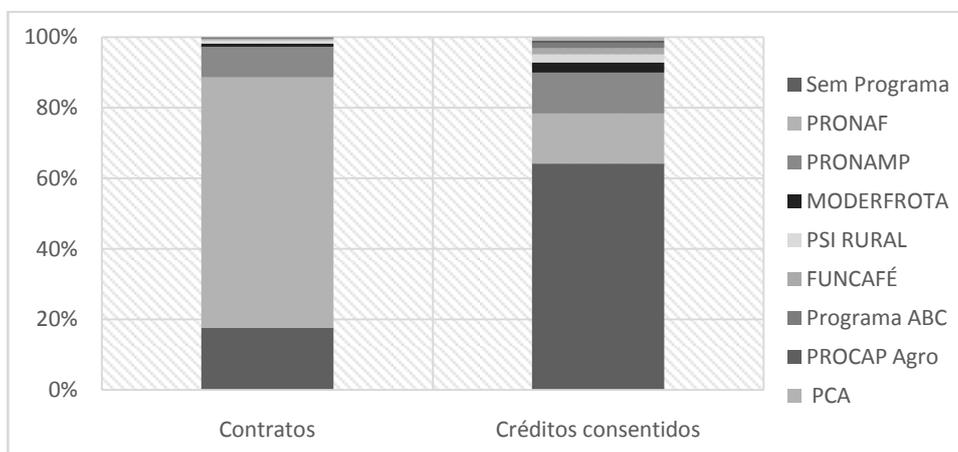
Houve uma ascensão do crédito consentido pelo PRONAF, contudo, é a partir de 2003 que houve uma inflexão, ocorreu um crescimento de 31% em relação ao padrão até então vigente, perpassando um valor de 2,408 bilhões para mais de 3,147 bilhões de reais em 2003.

Gráfico 17 – Evolução Crédito PRONAF 1999-2018. Base 1999



Fonte: BACEN (elaboração própria)

Gráfico 18- PRONAF em relação aos outros Programas de Crédito

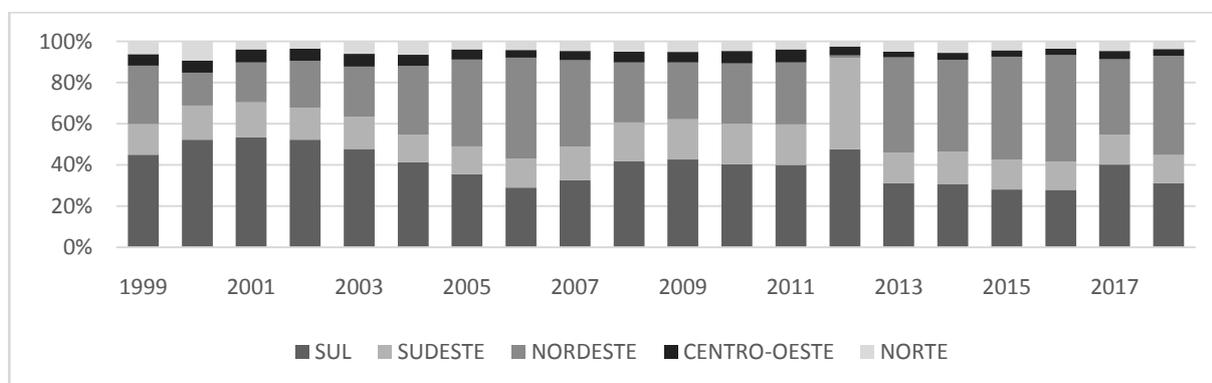


Fonte: BACEN (elaboração própria)

O gráfico 18 demonstra a importância do PRONAF em relação aos outros programas, uma grande quantidade de contratos em relação aos outros programas, contudo, há um valor não correspondente em comparação com outros programas. Voltando a análise normativa, histórica e conjuntural do PRONAF, em 2004, com a Resolução nº3206 de 24 de junho de 2004, houve a inclusão do grupo E com faixa de renda até R\$36.000. Na Safra 2004/2005 ocorreram algumas mudanças no tocante ao crédito rural. Houve aumento de 40% para 50% em relação aos depósitos da caderneta de poupança rural, limitado a de 10 milhões. E também houve a previsão de suporte para o setor cafeeiro e sucro-alcooleiro brasileiro.

Na Safra 2005/2006, um dos objetivos propostos foi o PAA, programa criado pela Lei nº10.696, de 2 de julho de 2003. Esse programa tinha como finalidade incentivar o acesso à alimentação e fortalecer a Agricultura Familiar, facilitando o acesso do grupo A e A/C. Nessa Safra houve também o avanço dessa política pública em relação ao aprimoramento do microcrédito rural destinado ao grupo B; aumento dos limites do PRONAF Floresta para a região Norte em 100%; instituição do PRONAF Agroecologia para os grupos C e D e ampliação do PRONAF Mulher. É nessa safra também que há um balanço dos contratos e créditos consentidos pelo nordeste que, em números de contratos, aumentariam a partir de 2005.

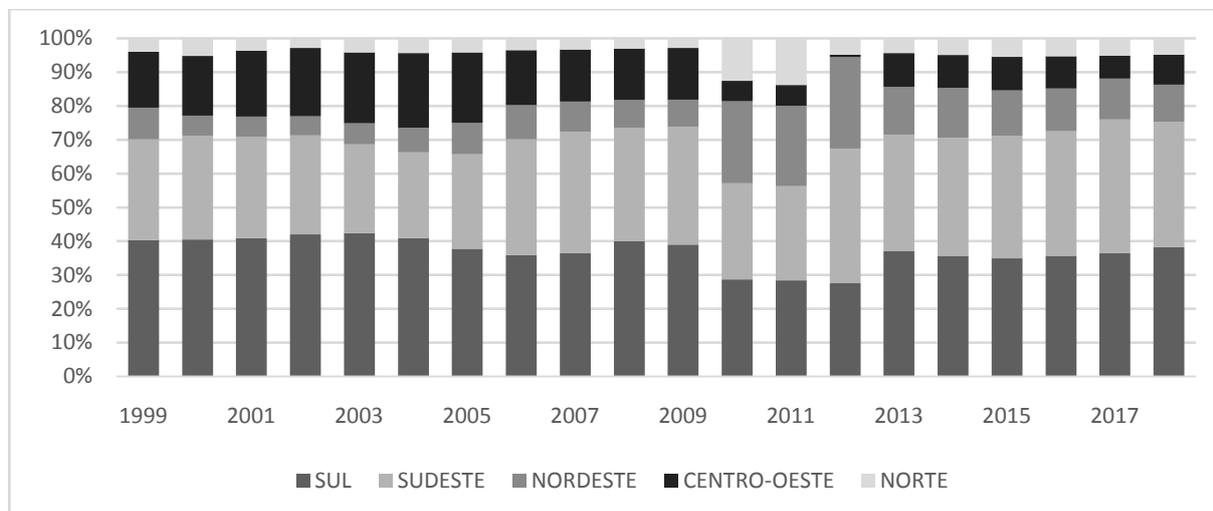
Gráfico 19- Distribuição regional dos contratos PRONAF 1999-2018. Base 1999



Fonte: BACEN (elaboração própria)

No entanto, em termos do volume de créditos consentidos pelo PRONAF, o nordeste, apesar de ser uma das regiões cujos créditos poderiam potencializar a Agricultura Familiar, continuaria abaixo das regiões sul e sudeste. De acordo com os dados disponibilizados pelo BACEN, até 2010, os valores para o nordeste equivaliam a menos de 10% do valor total em comparação com mais de 70% destinados para o sul e o sudeste juntos.

Gráfico 20 – Distribuição regional dos créditos do PRONAF 1999-2018. Base 1999.



Fonte: BACEN (elaboração própria)

Outro balanço do governo federal ocorreu para a Safra 2006/2007. Nessa safra houve a avaliação em relação às dificuldades climáticas, câmbio valorizado, "pragas e doenças", elevação de custos de produção, problemas na infraestrutura. Foram adotadas medidas de apoio à comercialização e alongamento de dívidas: ênfase no papel da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGMP) na sustentação de preços e da renda do produtor rural; estímulo ao emprego de instrumentos privados de financiamento e de proteção de risco em bolsas de mercadorias e de futuros; redução da taxa de juros da linha Finame Agrícola Especial de 13,95% para 12,35%; e, no Prodecoop, de 10,75% para 8,75%. Houve também a expansão do seguro rural. Pelas regras prévias, apenas oito culturas estavam habilitadas a receber a subvenção do Governo – algodão, arroz irrigado, feijão, maçã, milho, soja, uva de mesa e uva para vinho. A partir dessa safra, ficaram segurados todos os produtos, indo de 30% a 60% do prêmio contratado pelo produtor.

Relativo à Safra 2007/2008, ocorreu o aumento da oferta de recursos por meio do SNCR, contudo, é o ano em que os créditos consentidos tiveram uma diminuição em comparação com o ano anterior - de 7,100 bilhões para 7,08 bilhões. Um pequeno decréscimo, mas que vem em desencontro com o padrão de ascendência. Essa diminuição vem em encontro com as dificuldades em relação à Safra 2006/2007. Outra importante informação sobre essa safra foi a criação da linha PRONAF ECO, e a ampliação da faixa etária.

Em, em uma conjuntura macroeconômica brasileira de redução da taxa Selic, houve a diminuição das taxas de juros. No caso dos grupos C e D, os juros recuaram de 3% para 2% e do custeio de 4% para 3% de juros. Para o Grupo E, a redução foi de 7,25% para 5,5%

Concernente à Safra 2008/2009, com o intuito de garantir a produtividade, o governo federal criou a linha Mais Alimentos com a intenção de disponibilizar R\$25 bilhões de crédito para 1 milhão de produtores familiares. Destaca-se o acordo ocorrido entre o governo federal com a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (ABIMAQ) e ANFAVEA em relação aos descontos para a obtenção de tratores, motocultivadores, implementos agrícolas e periféricos e outros equipamentos da cadeia de produção de leite e da mandioca.

A criação do PRONAF Sistêmico, que se resumiu a uma metodologia de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) para integrar o PRONAF Crédito, foi também importante. E o PGPAF foi ampliado de 11 para 15 produtos amparados⁴².

No que tange a Safra 2009/2010, houve a consolidação de um novo mercado para a Agricultura Familiar com a promulgação da Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009. No mínimo 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deveriam ser para o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE)⁴³.

A respeito da Safra 2010/2011, foi criada uma linha para financiar projetos coletivos para a obtenção de máquinas e equipamentos. Ocorreu a redução da taxa de juros de custeio de 1,5% a 4,5%, e a diminuição da taxa de investimento de 1 a 4%. O Plano Safra 2010-11 marcou o início da implantação da nova Política de ATER, resultado da sanção da Lei de ATER 12.188, aprovada em 11 de janeiro de 2010. Os recursos da Assistência Técnica passaram para R\$625 milhões disponibilizados por eixos temáticos por meio de Chamadas Públicas.

Em referência à Safra 2011/2012, houve a unificação das taxas de juros de 2% ao ano para o PRONAF Investimento e dos Mais Alimentos para de 1% ao ano – para os investimentos de até R\$10.000. Ocorreu a ampliação do limite de crédito para a juventude rural, ampliação do limite de crédito para a juventude rural e rebate de R\$10.000,00 nas DAPs - para rendas não agrícolas, o que permitiria o acesso de muitos agricultores pobres, pluriativos, no PRONAF⁴⁴.

Na Safra 2012/2013, foram anunciadas linhas de créditos emergenciais de investimento por conta da seca, com rebates de 20% no Sul e de 40% no Nordeste e os bons preços da agricultura provocaram este aumento da demanda, fazendo com que pela primeira vez o recurso aplicado fosse

⁴² As categorias C,D e E foram extintas, passando a configurar o grupo “agricultura familiar” ou o que Aquino & Schneider (2015, p.59) chamam de “grupo variável”.

⁴³ Foi criado o selo da Agricultura Familiar.

⁴⁴ Nas unidades de Produção situadas abaixo da Linha de Pobreza é comum a venda de serviços fazendo com que ocorra o predomínio de rendas não agrícolas. Com esse rebate, os agricultores familiares pluriativos de baixa renda passaram a se enquadrar no PRONAF.

maior do que os disponibilizados. Os poderes públicos dos Governos Federal, Estadual e Municipal passaram a adquirir, com recursos próprios, produtos da Agricultura Familiar através do PAA. Ademais, foi lançado a ATER Sustentabilidade, priorizando uma transição para uma agricultura agroecológica, planejando alcançar 170 mil famílias e especificamente pretendo lograr 10 mil jovens rurais.

Na Safra 2013/2014, Agricultores Familiares passaram a ser definidos pelo critério de Renda Bruta, o limite passou para R\$360.000,00.⁴⁵. O PGPAF passou a cobrir 49 produtos com ampliação de preço de garantia ao agricultor para determinados produtos. Relativo à Safra 2014/2015, sob o PRONAF Produção Orientada, houve a criação de uma nova linha de crédito para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com assistência técnica gratuita, inserida no crédito⁴⁶. A promoção da Agroecologia foi fomentada pela criação do crédito de custeio para a produção agroecológica com juros reduzidos. Os juros seriam de 1% ao ano. E haveria ATER para 120 mil produtores agroecológicos e bônus maior no PGPAF para produção agroecológica⁴⁷. Houve também o início do PRONAF Mulher com a metodologia do microcrédito, orientado e meta de 30% da participação das mulheres nos contratos do PRONAF. As Chamadas de ATER passaram a atender, no mínimo, a 50% de mulheres.

Na Safra 2015/2016, o microcrédito rural foi mantido para 0,5%. Anunciado o início da constituição da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER), com a nomeação do seu primeiro presidente. E foram liberados R\$236 milhões da SAF para atender a 230 mil novos agricultores familiares, com foco na produção de base agroecológica. Houve o apoio na elaboração do Cadastro Ambiental Rural (CAR). E ocorreu o planejamento de um Programa de ATER mais Gestão, que beneficiaria 1.000 cooperativas. E foi ratificado a obrigatoriedade de atendimento nas Chamadas de 50% de mulheres agricultoras e um mínimo de 25% de jovens atendidos.

Em relação à Safra 2016/2017, foi instituído o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, aumentando o apoio às cooperativas, estipulando metas para ampliar o acesso das mulheres ao PRONAF e ocorreu o lançamento do 2º Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (2016-2019). Nesse plano, 20 milhões seriam disponibilizados para apoiar redes de Agroecologia na Agricultura Familiar, em parceria com o BNDES e a Fundação Banco do Brasil, promovendo o

⁴⁵ Os pluriativos poderiam rebater R\$10.000,00 da Renda Não Agrícola - a renda não agrícola precisaria ser menor que 50% da Renda Familiar.

⁴⁶ Crédito de R\$1.100,00 por ano no Nordeste, Centro-Oeste e de R\$1.500,00 por ano no Norte, em três anos.

⁴⁷ Anunciada a criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) já autorizada pela Lei n.º 12.897 de 18 de dezembro de 2013.

aprimoramento do crédito com base na produção agroecológica e formação de sete mil agentes da ATER.

4.2.2 Agricultura Familiar e o Zoneamento

Falada a importância do PRONAF, seu retrospecto histórico, normativo, conjuntura, cabe tentar entender os entraves encontrados pelos agricultores urbanos. Dentre alguns motivos encontrados estão: a dicotomia urbano-rural presente tanto nos Planos Diretores quanto nas políticas em si.

Com referências às Políticas Públicas, essa dicotomia pode ser vista no PRONAF, principal conjunto de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar. Na Lei nº11.326, de 24 de julho de 2006, já acima referida, há a descrição dos requisitos que devem ser atendidos para que o agricultor seja considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural. Assim, segundo os incisos do art.3º, além de praticar sua atividade no meio rural, ele: i) deve possuir área máxima de quatro módulos fiscais; ii) utilizar predominantemente mão-de-obra da família; iii) ter um percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do estabelecimento ou empreendimento; iv) dirigir seu estabelecimento ou empreendimento com a família. Alguns requisitos dessa lei foram sofrendo modificações, como demonstrado na primeira seção desse capítulo. Dentre algumas modificações podemos citar o aumento do crédito disponível, criação e exclusão de categorias, aumento do número de empregados no empreendimento agropecuário, contudo, o caput do artigo 3º, que atrela as Políticas Públicas para a Agricultura Familiar ao seu desenvolvimento em meio rural – e, portanto, inicialmente entendido como necessário o zoneamento rural da área – não foi modificado, apesar da tentativa de mudança em projeto de lei do deputado federal João Paulo Cunha. Não obstante, na prática, essa determinação não restringiu em absoluto o acesso às Políticas Públicas cujas portarias visaram regulamentar essa lacuna.

No Rio de Janeiro, em pesquisa de campo junto aos técnicos da EMATER na tentativa de compreender o decréscimo de expedição de DAPs após o ano de 2006, essa dicotomia foi apontada como prejudicial na época. Sendo sanada apenas após as referidas portarias.

Destinchando o aspecto normativo em relação à expedição da DAP, desde a primeira Resolução do BACEN (Banco Central do Brasil) sobre o tema, a Resolução nº2191 de 1995 (não mais vigente), que instituiu as normas para o PRONAF, não há o atrelamento ao zoneamento. A Resolução nº2310 de 1996 (também não mais vigente) consolida essa desvinculação do zoneamento. E as resoluções posteriores também não vinculam diretamente ao zoneamento.

Em Portarias mais recentes, como a Portaria nº 26 de 9 de maio de 2014, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, não há o estabelecimento do atrelamento do zoneamento ao acesso às Políticas. Nela há a descrição das condições necessárias para os agricultores acessarem as políticas, como a necessidade de renda proveniente da atividade no estabelecimento ser maior que a auferida externamente, ou seja, há apenas a obrigação de que as unidades familiares tenham produção agrícola e que o sustento venha predominantemente dessa atividade, mas nada que tange ao zoneamento exclusivamente rural.

No que concerne o credenciamento, vale destacar a pluralidade de Instituições credenciadas para a expedição da DAP. Dentre elas, explicitadas no Art. 9º da Portaria MDA nº 21/14, estão o INCRA, SRA (Secretaria de Reordenamento Agrário); ATERs (Instituições Estaduais Oficiais de Assistência Técnica e Extensão Rural), CEPLAC (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira), CONTAG; FETRAF; ANPA (Associação Nacional dos Pequenos Agricultores), CAPB* (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), ITESP (Fundação Instituto Estadual de Terras do Estado de São Paulo José Gomes da Silva), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), A Confederação Nacional dos Pescadores e suas Federações Estaduais, colônias de Pescadores a elas formalmente filiados; Institutos de Pescas Estaduais por meio de suas unidades operacionais – seus escritórios regionais e locais; A Fundação Cultural Palmares, AMIQCB (Associação das Mulheres Quebradeiras de Coco de Babaçu, IEF (Instituto Estadual de Florestas), ITERJ (Instituto de Terras do Estado do Rio de Janeiro) e ACAN (Associação Camponesa Nacional – ACAN).

Em 4 de abril de 2017, em outra portaria, primeira após a extinção do MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário), Portaria de nº 234, expedida pela SAF (Secretaria de Agricultura Familiar), órgão diretamente vinculado à Presidência da República, houve mudanças significativas, como a desvinculação explícita do zoneamento rural, criação de uma rede de entidades públicas emissoras da DAP, excluindo CONTAG, FETRAF, CAPB, MPA e AMIQCB. E a questão da renda familiar foi modificada: a renda oriunda da atividade agropecuária não precisaria ser mais a maior renda que a família obtenha, mas estabelece que haja a dependência da atividade para a geração de renda (LIMA; LOPANE; PEREIRA; WILKINSON, 2018)

Na Portaria SAF nº1 de 13 de abril de 2017, houve o retorno do requisito de renda superior obtida no estabelecimento agropecuário do que aquela auferida fora do estabelecimento. Na Portaria nº523 de 24 de agosto de 2018, da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, órgão ligado diretamente à Presidência da República, houve a delimitação de que o perímetro urbano e/ou rural não interfere na expedição da DAP. E, novamente, houve a desvinculação de uma renda mínima da atividade do estabelecimento onde há atividade da agricultura

familiar, sendo apenas necessária que tal renda seja importante para a unidade familiar (LIMA; LOPANE; PEREIRA; WILKINSON, 2018)

Em 2018, foi expedida a Portaria nº663, de 19 de novembro de 2018. Nessa portaria, são estabelecidas as condições e procedimentos gerais para gestão e registro do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF). No artigo 2º, inciso VI, foi explicitado que o imóvel agrário é independente de sua localização, indo em favor do entendimento do acórdão do STJ julgou, em 2010, sob o Recurso Especial nº1.207/093 – SP (2010/0127944-9). E a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 – Estatuto Terra.

Feita essa breve análise, alguns pontos são necessários para compreendermos a dicotomia que ressona no acesso às políticas públicas do PRONAF, como o crédito por parte dos agricultores e agricultoras urbanos. O primeiro é a não modificação do caput do artigo 3º da Lei 11.326/06, que explicitamente determina que serão considerados agricultores familiares aqueles cujas atividades sejam no meio rural.

Em 2012, o deputado João Paulo Cunha, através do Projeto de Lei nº 3446/12, propôs uma nova redação a esse ponto da lei. Nessa redação, haveria a mudança de “no meio rural” para “em imóvel rural”. De acordo com Lima; Lopane; Pereira; Wilkinson (2018), essa seria uma modificação sutil, mas muito relevante, já que o Estatuto da Terra (Lei 4504/64) define o imóvel rural como “o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada” (art.4º, I do Estatuto da Terra).

O segundo ponto a ser destacado, é a articulação dos agricultores urbanos com as Entidades de Certificações locais, como as ATERs (LIMA; LOPANE; PEREIRA; WILKINSON, 2018). Em pesquisa de campo com os técnicos da Emater-Rio, constatou-se que até as referidas portarias que não atrelam a expedição da DAP ao zoneamento rural, a sua expedição em âmbito urbano ficava prejudicada.

TABELA 7 – Número de contratos e volume crédito do PRONAF para o município do Rio de Janeiro

**Contratos e Crédito PRONAF Município Rio de Janeiro Ano base:
1999**

Ano	Nº de contratos	Valor R\$1,00
1999	7	R\$ 4.453.610,94
2000	11	R\$ 12.462.915,26
2001	22	R\$ 24.701.498,55
2002	14	R\$ 10.069.457,25
2003	22	R\$ 1.539.244,48
2004	113	R\$ 1.497.113,04
2005	147	R\$ 7.512.367,94
2006	153	R\$ 27.179.384,85
2007	82	R\$ 13.734.864,10
2008	68	R\$ 17.540.286,31
2009	54	R\$ 21.235.210,81
2010	39	R\$ 20.251.217,50
2011	27	R\$ 38.044.028,12
2012	30	R\$ 10.282.752,54
2013	3	R\$ 22.648,42
2014	7	R\$ 33.879,22
2015	5	R\$ 31.897,17
2016	4	R\$ 59.378,21
2017	2	R\$ 25.317,94
2018	4	R\$ 49.346,05

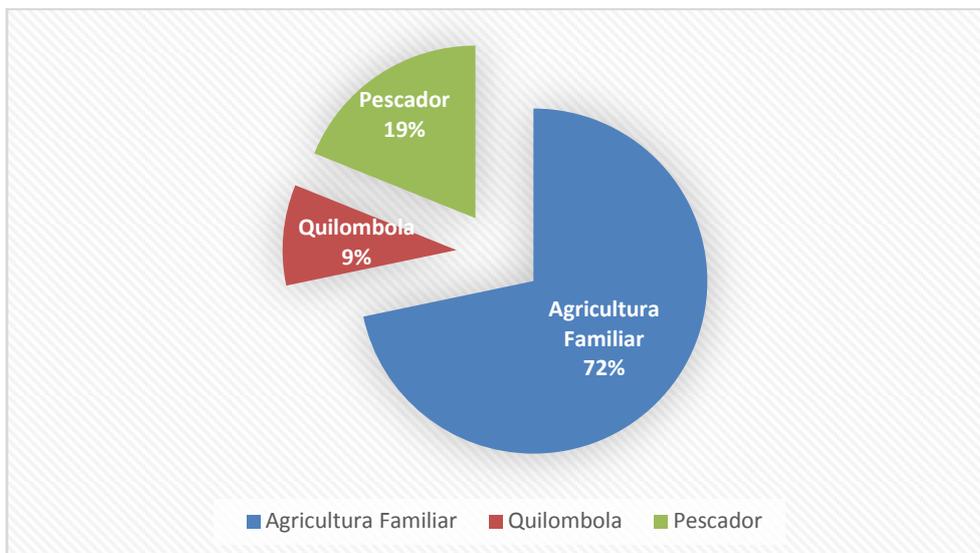
Fonte: BACEN (elaboração própria)

Com base na tabela acima e nas entrevistas de campos, compreende-se como essa dicotomia pôde ter afetado a diminuição da emissão das Daps e conseqüentemente acesso aos créditos do PRONAF. Atualmente, de acordo com dados disponibilizados pela SAF (2019), há 53 Daps ativas no município do Rio de Janeiro, 38 são da modalidade agricultores familiares e 5 são da modalidade quilombolas. Tendo em conto o ano de 2018, um número de contrato tão baixo evidencia esse cenário de entrave no tocante ao acesso por parte dos agricultores urbanos. A pesquisa de campo colabora nessa assertiva, quando mais de 50% dos agricultores de quintal e tradicionais reivindicaram o acesso ao crédito do PRONAF.

Algumas considerações são necessárias. A primeira é sobre o decréscimo dos contratos entre 2006 e 2007 que, em pesquisa de campo junto à EMATER-Rio, constatou a hipótese da influência da regulamentação restritiva da Lei do PRONAF. Essa dicotomia também reverbera no sistema bancário que não está preparado e/ou mesmo não conhece os trâmites burocráticos para a emissão de crédito do PRONAF para os agricultores urbanos. Frisa-se que, no universo pesquisado, apenas dois

agricultores que tinham DAP conseguiram crédito e esse acesso foi dado através do município de Nova Iguaçu, município que possui normativamente um zoneamento rural.

GRÁFICO 21– DAPs ativas do município do Rio de Janeiro



Fonte: SAF (2019) – elaboração própria

Entretanto, não apenas a dicotomia afeta o acesso às políticas públicas por parte dos agricultores e agricultoras urbanos. O decréscimo a partir de 2013 é alarmante. A crise do estado do Rio de Janeiro agrega essa conjuntura de vulnerabilização. Há apenas 6 técnicos no escritório de Campo Grande – que atende grande parte dos agricultores urbanos. Isso sem falar da necessidade de investimento para com a instituição com o intuito de manter a manutenção e visitas de campo – extensão – pilar fundamental da instituição. E sendo a Emater conveniada para a garantia da liberação por parte do crédito, essa liberação foi prejudicada. Com a atual situação financeira da instituição, que por ter certidões positivas de débito, por conta da crise, obstáculos ocorreram em relação à atualização dos convênios com o Banco do Brasil.

Relativo ao Sistema Bancário, por conta da dificuldade de acesso dos agricultores urbanos ao crédito, está em andamento um acordo entre a Seappa, Emater e Banco do Brasil. Nesse acordo, 14 escritórios da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado (Emater-RJ) vão atuar como correspondente bancário (Coban) do BB para as operações de crédito rural com diversas linhas de financiamentos. Todavia, de acordo com a gerente estadual de crédito rural da Emater-Rio, o escritório de Campo Grande – que abarca a cidade do Rio de Janeiro, até então não funcionará nessa modalidade.

4.3 COMENTÁRIOS ADICIONAIS

A titulação da terra e a legislação ambiental também são outros entraves no que tange o acesso às políticas públicas do PRONAF. Em pesquisa de campo constatou-se que mais 25% de agricultores urbanos possuem dificuldade no que tange à regularização fundiária de suas terras. Em pesquisa de campo com agricultores do Maciço da Pedra Branca, foi relatado conflitos entre as famílias de agricultores da região que querem permanecer em suas terras exercendo atividades agrícolas e os gestores da unidade de conservação que tem tentado dificultar a sua permanência.

Conquanto, além desses obstáculos, é necessário também delinear outras políticas públicas que abarquem a pluralidade de iniciativas da Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro. Como apresentando durante o trabalho, além dos agricultores tradicionais, há também as agriculturas de quintal que podem também acessar o PRONAF, mas também podem contemplar outras políticas públicas.

Importante projeto de lei nesse sentido é a de nº1046/2018. Esse projeto de lei dispõe sobre a Política municipal de apoio à Agricultura Urbana e Periurbana. Entende-se, para efeito desta Lei, como agricultura urbana e periurbana, a produção, o extrativismo e a coleta de produtos agrícolas, como as hortaliças, frutas, ervas medicinais, plantas ornamentais, e pecuários de forma sustentável, visando a menor agressão possível ao ambiente na retirada e uso dos recursos e insumos, cuja a prática é voltada ao autoconsumo, às trocas, às doações e à comercialização.

No artigo 5º, são objetivos da Política Municipal de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana:

- i) ampliar as condições de acesso à alimentação e aumentar a disponibilidade de alimentos, inclusive para autoconsumo;
- ii) gerar empregos e renda, especialmente por meio da agregação de valor aos produtos;
- iii) garantir a qualidade higiênico-sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos processados no seu âmbito;
- iv) estimular práticas alimentares e hábitos de vida saudáveis;
- v) promover o trabalho familiar e de cooperativas, associações e outras organizações da economia popular e solidária;
- vi) estimular práticas de cultivo, criação e beneficiamento que previnam, combatam e controlem a poluição e a erosão em quaisquer de suas formas; protejam a flora, a fauna e a paisagem natural e tenham como referência a agricultura sustentável;
- vii) estimular práticas que evitem, minimizem, reutilizem, reciclem, tratem e disponham adequadamente dos resíduos poluentes, perigosos ou nocivos ao meio ambiente, à saúde humana e ao bem-estar público;
- viii) estimular a cessão de uso de imóveis particulares para o desenvolvimento, em parceria, de programas de combate à fome e à exclusão social;
- ix) aproveitar os imóveis públicos não utilizados ou subutilizados e;
- x) promover a realização de diagnósticos urbanos participativos.

Na justificativa desse projeto de lei, há a explicitação de como esses objetivos acima avançam na agenda da Agricultura Urbana no município do Rio de Janeiro, principalmente, atrelado aos motivos de crítica ao modelo de crescimento e desenvolvimento econômico, ambiental – pela preservação de espaços verdes na cidade e SAN. Vai em encontro também com outros tipos de agriculturas que não apenas a considerada tradicional. Iniciativas de Coletivos/Movimentos Urbanos, nesse aspecto, são contemplados por esse projeto de lei.

Em pesquisa de campo na praça Marechal Edgar do Amaral, mais conhecida como a praça da pista de Skate, há a iniciativa da Permalab com o cultivo de árvores frutíferas, como limão, tangerina, manga, jaboticaba, urucum, paineira, milho, couve, hortelã, erva cidreira, dentre outros. Acerca dessa última iniciativa, constatou-se que além de nenhuma política pública de incentivo, havia conflitos com a própria Comlurb a respeito desses cultivos. Muitos cultivos foram arrancados por não adentrarem no imaginário paisagístico do que seria considerado para aquela praça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A confluência de uma multiplicidade de fatores que versam sobre a AU, o Planejamento Urbano e o campo das Políticas Públicas requer uma análise interdisciplinar. Nesse sentido, procurou-se embrenhar no debate buscando gerar acúmulos sobre a AU e seu panorama no município do Rio de Janeiro.

A respeito do debate sobre a existência da agricultura na cidade, esse foi dado com o intuito de superar a perspectiva que o exclui do urbano, demonstrando como ela faz parte da constituição da sociedade, da vida do homem. Agregando-se a esta análise, o debate cidade-campo e urbano-rural é travado pelo entendimento de que, apesar da literatura sobre a AU determinar esse debate como secundário, é ele que rebate no campo das Políticas Públicas e do Planejamento Urbano. Essa ressonância é explicitada em leis que atrelam à atividade agrícola apenas ao zoneamento rural, ao mesmo tempo em que há instrumentos urbanísticos que normatizam a agricultura aquém da realidade carioca. Concernente a esse debate, foi demonstrado como ele é oriundo de disputas e conflitos pelo solo urbano – especificidade da Agricultura Urbana e como ele reflete na vida dos agricultores, como o aspecto tributário, fomento da produção imobiliária e saneamento básico da cidade. Nesse sentido, a presença dos agricultores é essencial nos debates acerca do Plano Diretor e as definições do que é urbano e ou rural.

Constatou-se que o Plano Diretor, o LUOS e outros instrumentos urbanísticos, como o PEU das Vargens engendraram o aumento da produção imobiliária em regiões com agricultura tradicional. Ao mesmo tempo em que há instrumentos que normatizam a existência da agricultura aquém da realidade, como mostrado na AP 4. Nessa região, além do PEPB, o LUOS não demarcou qualquer

região agriculturável. Não é a toa que, na região das Vargens, o aumento dos licenciamentos demonstrou estar correlacionados com os instrumentos urbanísticos voltados para o mercado imobiliário e direcionados para as camadas sociais com os rendimentos mais altos. Já na região administrativa de Santa Cruz, compreendendo o bairro de Santa Cruz, Cosmos, Inhoaiba, o licenciamento esteve conectado ao fomento da produção imobiliária para as camadas populares através do PMCMV, sob a Lei nº11.977, de 7 de julho de 2009.

No âmbito das políticas públicas, foi analisado o acesso do PRONAF no Rio de Janeiro. Uma realidade ínfima de contratos e volume de crédito. Demonstrou-se como a Lei do PRONAF, regulamentado na Lei nº11.326, de 24 de julho de 2006, dificultou o acesso do Agricultor Familiar urbano, principalmente, dos com características de agricultura de quintal. Outrossim, não apenas a dicotomia refletiu nessa realidade, mas também a crise do Estado do Rio de Janeiro, a precarização da Emater-Rio, responsável pública pela elaboração do projeto e conveniada com o Banco do Brasil para a liberação de crédito para a Agricultura Familiar, e a falta de políticas públicas que abarquem a heterogeneidade da AU.

A AU é diversa, ela gera renda e SAN, importante em um país de capitalismo dependente, mas ela também é ancestralidade, história, autonomia – Soberania Alimentar. Por isso, além das categorizações feitas na presente pesquisa, como a agricultura tradicional, de quintal, coletivos urbanos, poder público e de cunho empresarial e comercial, embrenhou-se no questionamento acerca da relação dessas práticas e as críticas (ou não) ao modelo econômico e de sociedade presente.

Sobre as categorizações, essas são importantes por demonstrar como o Planejamento Urbano e as políticas públicas ressoam de forma diferenciada entre elas. Ao mesmo tempo, em que aprofunda a análise sobre o que é a AU e sua heterogeneidade. Em outras palavras, em pesquisa de campo foi encontrada agriculturas de diversas escalas, técnicas, produções. O entendimento de que a AU é necessariamente de pequena escala e com técnicas que preservam a biodiversidade e a agrobiodiversidade não condiz com a realidade. Tão pouco se pode atrelar a AU de forma automática enquanto contra-hegemônica ao sistema econômico e social atual. A agricultura de cunho empresarial e comercial na cidade do Rio de Janeiro demonstra como se podem promover espaços verdes urbanos sem necessariamente questionar o modelo atual vigente. A crítica a partir da perspectiva ambiental, por exemplo, é ampla, incluindo diversas críticas e disputas. E como bem colocou Herculano (1992) não se pode subestimar a habilidade das elites modernas em encontrar um caminho para sair da crise mantendo intacto o seu poder. Emblemático, nesse aspecto, foi o processo que desencadeou no que hoje compreendemos por Desenvolvimento Sustentável, nada mais do que o capitalismo verde. Pode-se assertar aqui que não deixa de ser um avanço, mas é limitante enquanto potencialidade de

mudanças e mesmo enquanto crítica ao modelo socioeconômico e ambiental atual, como o que a Rede CAU propõe.

Nesses termos, a Rede CAU foi exposta com o intuito de demonstrar a existência da defesa de circuitos curtos, produção com base em técnicas que preservem a biodiversidade e agrobiodiversidade, padrão alimentar que rechaça os ultraprocessados, além de relações de produções que busca se diferenciar da hegemônica. Conquanto, a existência da Rede CAU não é ausente de conflitos e dificuldades, pelo contrário, há uma relação processual conectada com outros fatores. Existem desde conflitos internos, importantes enquanto dialética dos acúmulos necessários para as mudanças e também conflitos locais e de aspecto globais. No âmbito local, não se pode perder de vista que o território é fruto de disputas e, no Rio de Janeiro, essa relação é permeada pela lógica da violência. No aspecto mais macro, uma vez que o local não é isolado de outros níveis de análise, pelo contrário, se interrelacionam, há a atualidade da conjuntura política e econômica do Brasil que reflete ainda mais na vulnerabilização dos agricultores.

Ainda acerca dos conflitos, e como o ator de plantar é indissociável da defesa do território, frisa-se os conflitos urbanos. Agroecologia, entendida como uma revolução paradigmática em relação à sociedade atual, compreende não apenas a venda de alimentos sem agrotóxicos, mas também entendendo que essa produção está imbricada nas relações sociais. Na Região das Vargens, por exemplo, a Rede CAU se articulou na APP com o intuito de frear a produção imobiliária voltada para o mercado na região.

De cunho mais interno, explicita-se a contradição no que tange à necessária expansão da Rede e democratização de seu acesso pelas camadas populares da classe trabalhadora. A Rede CAU defende o preço justo argumentando que quem compra esse alimento não possui uma renda alta frente a realidade do capitalismo dependente do Brasil. Não obstante, essa ampliação também é processual e está interligada a falta de políticas públicas que os contemplem.

Por fim, expostos os acúmulos até aqui, frisa-se novamente a necessidade de acumular sobre a AU. É importante refletir sobre as dificuldades da AU no Planejamento Urbano e no campo das Políticas Públicas, principalmente, direcionadas às agriculturas permeadas pelas classes sociais mais vulnerabilizadas da sociedade. Sendo assim é preciso fomentar a AU que promova uma crítica do padrão atual da sociedade, uma vez que reproduzir a agricultura convencional no urbano – e seu aspecto excludente e que não incorpora a dimensão ambiental e ecológica - não condiz com as potencialidades da AU frente a crise paradigmática da relação do homem com a natureza e sociedade atualmente.

BIBLIOGRAFIA

ACTON, Lesley. Allotmentgardens: A reflection of history, heritage, community and self. **Papers from the Institute of Archaeology**, v. 21, 2011.

ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. *Agricultura urbana: isto e aquilo. Teorias e Práticas Urbanas: Condições Para a Sociedade Urbana*. Belo Horizonte: Com Arte Editora, p. 419-447, 2015.

ADAMS, Cristina et al. Diversifying incomes and losing landscape complexity in Quilombola shifting cultivation communities of the Atlantic rain forest (Brazil). **Human Ecology**, v. 41, n. 1, p. 119-137, 2013.

ANISTIA INTERNACIONAL. Massacre de Eldora dos Carajás: 20 anos de impunidade e violência no campo. 15 de abril. 2016

ARTICULAÇÃO POPULAR VARGEM. Insumos do Curso de Formação Planejadores Populares das Vargens para o Plano Popular das Vargens. 2017.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2013.

BALÉE, William. O povo da capoeira velha: caçadores-coletores das terras baixas da América do Sul. IN: C. PAVAN (coord.). **Uma estratégia latino-americana para a Amazônia** (vol. 1). São Paulo: Memorial. pp. 158-166, 1996

BERNARDES, Júlia Adão. Novas fronteiras do capital no cerrado: dinâmica e contradições da expansão do agronegócio na região Centro-Oeste, Brasil. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. 19, 2015.

BRANDÃO, Carlos Antônio. Localismos, mitologias e banalizações na discussão do processo de desenvolvimento. **Anais [...]**. Curitiba, PR, 2002

Brasil. Decreto-Lei n. 311, de 2 de março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências, Rio de Janeiro, DF, mar 1938.

Brasil. Lei n.9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, Brasília, DF, jul, 2000.

BORGES, Marília Vicente. **O zoneamento na cidade do Rio de Janeiro: gênese, evolução e aplicação**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

CARDEMAN, Rogerio Goldfeld. A transformação da paisagem em área de expansão urbana: Planejamento em Vargem Grande no Rio de Janeiro. Tese. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

CAMARGO, Alfredo. **Bolívia: a criação de um novo país, a ascensão do poder político autóctone das civilizações pré-colombianas a Evo Morales**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2006.

CAMINHA, Pedro Vilela et al. **Reforma Agrária e contra-reforma: a modernização agrícola a partir de JK**, 2009.

CANO, Wilson. Da crise aos caos urbano. In: BRANDÃO, Carlos A; GALVÃO, Antônio Carlos Filgueira; Gonçalves, Maria Flora (Org). **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional**. São Paulo: Unesp, 2001.

_____. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, 1930-1970**. Unesp, 2007.

_____. Questão regional e urbanização no desenvolvimento econômico brasileiro pós 1930. **Anais [...]**, p. 67-99, 2016

_____. **Desconcentração produtiva regional do Brasil: 1970-2005**. Editora Unesp, 2007.

_____. Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. **Revista Economia**, setembro/dezembro, 2012.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; CORRÊA, Walquíria Kruger. Ruralidades, urbanidades e a tecnização do rural no contexto do debate cidade-campo. **Campo-Território: Revista de geografia agrária**, v. 3, n. 5, p. 214-242, 2008.

CAPORAL, Francisco Roberto; PAULUS, Gervásio; CASTOBEBER, José Antônio. **Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade**, 2009.

CAPUTO, Ana Cláudia; MELO, Hildete Pereira de. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 39, n. 3, p. 513-538, 2009.

CARDOSO, A. L.; LAGO, L. C. do L.. Dinâmica imobiliária: as classes sociais e a habitação. In: RIBEIRO, L.C. de Q. (Org.) **Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana**. Rio de Janeiro: Letra Capital; Observatório das Metrôpoles, 2015.

CASTELLS, Manuel. **A Galáxia Internet: reflexões sobre a Internet, negócios e a sociedade**. Zahar, 2003.

CHACPE, Juliana Fernandes. Do conceito de imóvel rural como unidade de exploração econômica: consequências quanto à forma de elaboração de laudo agrônômico de fiscalização e a classificação fundiária do imóvel para fins de desapropriação para reforma agrária. 2017.

CHOAY, F. **O urbanismo**. São Paulo, Editora Perspectiva, 1979.

CROUCH, David; WARD, Colin. **The allotment: its landscape and culture**. Faber and Faber, 1988.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2005.

COSTA, Geraldo Magela; DOS SANTOS, Reinaldo Onofre; DE MOURA COSTA, Heloisa Soares. Reflexões metodológicas sobre a relação rural-urbano a partir da teoria e de evidências socioespaciais da RMBH. **Revista Geografias**, v. 9, n. 2, p. 104-120, 2013.

COSTA, Heloisa Soares de Moura; ALMEIDA, Daniela Adil Oliveira de. Agricultura urbana: possibilidades de uma práxis espacial. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 4, n. 8, p. 1-21, 2012.

DEAKIN, Mark; BORRELLI, Nunzia; DIAMANTINI, Davide. Milan's urban food policies as smart city governance developments. in Food Security in Brazil (2004-2010), funded by the Canadian International Development Agency., p. 1943, 2016.

DELGADO, Guilherme da Costa. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/questaosocial/Cap_2.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2009.

_____. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. Icone Editora, 1985.

DELGADO, Guilherme C.; CARDOSO JR, José Celso. O idoso e a previdência rural no Brasil: a experiência recente da universalização. 1999.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DIAS, José Luciano de Mattos. O BNDE e o Plano de Metas, 1996.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**: segundo as observações do autor e fontes autênticas. Boitempo Editorial, 2015 [1845].

ESTEVAN & MARQUES. Massacre que matou 12 pessoas em Corumbiara, RO, completa 20 anos. G1, Rondônia, 9 de agost. 2015.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. **SMH 2016**: remoções no Rio de Janeiro olímpico. 2015.

FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. Eu vivo da natureza: resistência e conversão agroecológica de produtores na cidade do Rio de Janeiro. **REDD–Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, v. 8, n. 2, 2014.

_____. Do Sertão Carioca ao Parque Estadual da Pedra Branca: a construção social de uma unidade de conservação à luz das políticas ambientais fluminenses e da evolução urbana do Rio de Janeiro. 2009. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Sociologia)–Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

_____. The "sertão" became park: nature, culture and heritage processes. *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro), v. 29, n. 57, p. 129-148, 2016.

FERNANDEZ, Analise Caetano Fraga; BATISTA FILHO, Almir. *Agricultura familiar urbana: limites das políticas públicas e das representações sociais*,(mimeo), 2019.

FLICK, Uwe. **A companion to qualitative research**, v. 3, p. 178-183, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

FOLADORI, Guillermo. O metabolismo com a natureza. **Crítica marxista**, v. 12, p. 105-117, 2001.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. Pesquisa & Debate. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**. ISSN 1806-9029, v. 15, n. 2 (26), 2004

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. 1974.

_____. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. Paz e Terra, 2000.

GOODMAN, David; SORJ, Bernardo; WILKINSON, John. **Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. 2008.

GUIMARÃES, Roberto Élito dos Reis. O Trabalhador Rural e a Previdência Social–Evolução Histórica e Aspectos Controvertidos. **Revista Virtual da AGU. Ano IX**, n. 88, 2009.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003

_____. **O novo rural brasileiro**. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1999.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. **Revista de economia e sociologia rural**, v. 52, p. 125-146, 2014.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: AnnaBlume, 2006

_____. **Novo imperialismo (O)**. Edições Loyola, 2004.

HERCULANO, Selene Carvalho. Do desenvolvimento (in) suportável à sociedade feliz. **Ecologia, ciência e política**. Rio de Janeiro: Revan, p. 9-48, 1992.

HUNT, Diana. **Economic theories of development**. Rowman&Little Field Publishers, 1989.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. S. Paulo: Ed. Beca, 2001.

_____. **The economy of cities**. Vintage, 2016.

LACERDA, Antônio Corrêa et al. **Economia brasileira**. Editora Saraiva, 2010.

LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2002 [1970].

_____. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2004

LEONEL, Mauro. O uso do fogo: o manejo indígena e a piromania da monocultura. **Estudos Avançados**, v. 14, n. 40, p. 231-250, 2000.

LIMA, Caren; LOPANE, Anna; PEREIRA, Tatiana; WILKINSON, John. Velhas e Novas Dicotomias do Rural/Urbano no Planejamento Urbano e Políticas Públicas e seus impactos para a Agricultura Familiar Urbana: o caso de Porto Alegre, 2019

LOOHRBERG, Frank; LICKA, Lilli; SCAZZOSI, Lionella; TIMPE, Axel. **Urban Agriculture Europe**. Jovis, 2016

LÖWY, Michael. Marx, Engels e a ecologia. In: Revista Margem Esquerda, nº 3, São Paulo, Boitempo, 2004

MARINI, Ruy Mauro. A dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil. **Dialética da dependência**: Uma antologia da obra de Rui Mauro Marini. Petrópolis: Vozes/Laboratório de políticas públicas (LPP), 2000.

_____. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 9, n. 3, p. 325-356, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, tomo 1. 1996

_____. **O Capital**: crítica da economia política, tomo 2. 1996

_____. **Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira**. Boitempo Editorial, 2017.

MARTINS, Ana Paula Bortoletto; LEVY, Renata Bertazzi; CLARO, Rafael Moreira; MOUBARAC, Jean Claude; MONTEIRO, Carlos Augusto. Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). Revista de Saúde Pública, v. 47, p. 656-665, 2013

MAZOYER, Marcel; Laurence Roudart. **História das agriculturas no mundo. Do Neolítico à crise contemporânea**. São Paulo, Editora UNESP, 2008.

MEDEIROS, LS de. Sem terra, assentados, agricultores familiares: considerações sobre os conflitos sociais e as formas de organização dos trabalhadores rurais brasileiros. **Una nueva ruralidad en América Latina**, p. 103-128, 2001.

MONTEIRO, CA; CONDE, WL; POPKIN, BM. Income-specific trends in obesity in Brazil: 1975-2003. AmJPublic Health. 2007; 97: 1808–12.

MONTE-MÓR, Roberto Luís. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 111, p. 09-18, 2011.

MOREIRA, Sandrina Berthault; CRESPO, Nuno. Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. **Revista de economia**, v. 38, n. 2 (ano 36), p. 25-50, 2012.

MOUGEOT, Luc JA. Agricultura urbana: conceito e definição. **Revista de Agricultura urbana**, n. 1, p. 5-12, 2000.

OIKOS. Pacto de Milão sobre Política de Alimentação Urbana. 2015. Disponível em: <http://www.anmp.pt/files/dpeas/2016/div/PactoMilao.pdf>. Acessado em: 20 de set. 2019.

OLIVEIRA, Natália; LIMA, Caren Freitas. A centralidade na periferia: o bairro de campo grande. XVI Congresso internacional FoMERCOS, Salvador, 2017

OLIVEIRA, Francisco. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Editora Vozes, 1981.

_____. Elegia para uma re (li) gi-ao. Paz e Terra, 1977.

O'REILLY, E. Agricultura Urbana—Um Estudo de Caso do Projeto Hortas Cariocas em Manguinhos, Rio de Janeiro. Environmental Engineeringthesis, UFRJ, v. 58, 2014

PÁDUA, José Augusto. Cultura esgotadora: agricultura e destruição ambiental nas últimas décadas do Brasil Império. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 11, p. 134-163, 1998.

ASSAD, Leonor; PANCETTI, Alessandra. A silenciosa revolução das TICs na agricultura. **Com Ciência**, n. 110, p. 0-0, 2009.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**. Leya, 2013.

POPKIN, Barry. Global nutrition dynamics: the world isshifting rapidly toward a diet linked with non communicable diseases. **The American Journal of Clinical Nutrition**, 84(2), 289–298, 2006

REIS, Douglas Sathler. O Rural e Urbano no Brasil. Anais, p. 1-13, 2016.

RIBEIRO, Luiz Cesar. **A metrópole em questão: desafios da transição urbana**. Letra Capital Editora LTDA, 2017.

RIZZO, Paulo Marcos Borges. Do urbanismo ao planejamento urbano: utopia e ideologia. **Caso de Florianópolis—1950 a**, 1990.

ROSSO, Sadi Dal; SEABRA, Raphael Lana. A teoria marxista da dependência: papel e lugar das ciências sociais da Universidade de Brasília. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. SPE, p. 1029-1050, 2016.

RUA, João. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 45-66, 2005.

_____. Urbanidades e novas ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. In: MARAFON, G. J. ; RIBEIRO, M. F. (Org.). **Estudos de Geografia Fluminense**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Infobook , 2002. p. 27-42.

_____. Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades. **Campo-Território: Revista de geografia agrária**, v.1, n.1 2006.

SAES, Flávio AM. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. **Estudos Avançados**, v. 3, n. 7, p. 20-39, 1989.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. Edusp, 2005.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. Guerra dos lugares. *Folha de São Paulo*, São Paulo, p. 3, 1999.

SANTOS, Rafael Fernandez. Situação atual e perspectivas de desenvolvimento da Área de Planejamento 3 da cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana e Ambiental da Puc-Rio). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, p.103, 2012

SATO, Eiiti. 40 anos de política externa brasileira, 1958-1998: três inflexões. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 41, n. SPE, p. 8-28, 1998.

SILVA, Rafaela Rodrigues da et al. Convenção de Minamata: análise dos impactos socioambientais de uma solução em longo prazo. **Saúde em Debate**, v. 41, p. 50-62, 2017.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu; CASSINO, João Cassino (Org). Software livre e inclusão digital. São Paulo, Conrad Editora do Brasil, 2003, 344 p. **Questions de communication**, n. 7, p. 484-486, 2005.

SOROKIN, Pitirim Aleksandrovich; ZIMMERMAN, Carle. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, p. 198-224, 1986.

TECA, Relatório final da I Conferência Municipal de Política Agrícola e Desenvolvimento Rural. 2019

THEIS, Ivo Marcos. Do desenvolvimento desigual e combinado ao desenvolvimento geográfico desigual. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, 2010.

TROTSKY, Leon. **A história da revolução russa**. Trad.: E. Huggins. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978

TONNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade. **Textos Selecionados**, In: MIRANDA, Orlando, Para Ler Ferdinand Tonies, São Paulo: Edusp, 1995.

Un-Habitat. Urbanization and development: emerging futures. World cities report, v.3, n. 4, p. 4-51, 2016. Disponível em: <http://wcr.unhabitat.org/main-report/>. Acesso em 13 de agos.2019

VALLEJO, L. R.; Campos, R. M.; Santos Júnior, W. M. Contribuição ao estudo dos conflitos territoriais no Parque Estadual da Pedra Branca. **Anais [...]** I Encontro Científico Parque Estadual da Pedra Branca. Rio de Janeiro, outubro, 2009

VEIGA, José Eli da. Mudanças na relações entre espaços rurais e urbanos. In: **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.3, n. 1, p 123-149, jan-abr/2007

VILLELA, Annibal V. e Wilson Suzigan. **Política do governo e crescimento da economia brasileira**, 1889-1945, 1973

WILKINSON, John; LOPANE, Anna. From Urban Agriculture to Urban Metropolitan Food Systems. Terceira Conferência Internacional Agriculture and Food in a Urbanizing Society, Porto Alegre, 2018.

ANEXO I

QUESTIONÁRIO AGRICULTURAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (iniciativas de Agricultura Urbana)

NOME

TERRITÓRIO

ORGANIZAÇÃO: REDE CAU () OUTROS COLETIVOS/ORGANIZAÇÕES()

I PARTE PESSOAL

1. Sexo
2. Idade
3. Estado civil (solteirx, casadx ou divorciadx)
4. Tem filhxs? Se sim, quantos?
5. Quantos membros têm sua família? Qual a idade dos membros da sua família?

II AGRICULTURA e TRABALHO

6. De onde vieram seus avós e seus pais? Com o que eles trabalham ou trabalhavam?
7. Como você iniciou a vida na agricultura?
8. Quantos integrantes da sua família (onde você mora – caso não more sozinha) trabalham na agricultura?
9. Em termos de salário mínimo, qual sua renda?
10. Qual a sua renda mensal oriunda da agricultura?
11. Qual as suas fontes de renda além da agricultura? Se sim, qual a renda mensal? **Renda de cada feira**
12. Você tem uma autoprodução? Como ela te ajuda?
13. Quantas horas trabalha por semana na agricultura? E quantas horas em outras atividades econômicas?
14. O que você produz? E qual volume de cada produção?
15. Onde comercializa sua produção? Feiras, escolas? Outras formas? Quantas vezes por semana?
16. Qual o principal canal de comercialização da sua produção? Onde você mais vende?
17. Você geralmente precisa complementar sua produção com produtos advindos de outros agricultores para atender a demanda dessa(s) organização(ões) ou de outras formas de comercialização?
18. Outros agricultores compram de você sua produção? E você compra de outros agricultores? Há troca de produtos entre vocês?

III AGRICULTURA E ORGANIZAÇÃO

19. Você faz parte de uma ou mais organizações da agricultura familiar (cooperativa, associação, grupo informal)? Por quê? Se sim, te ajuda na produção, comercialização e distribuição do seu trabalho?
20. Da sua produção total, quanto (%) é comercializado com auxílio da organização?
21. Como teve conhecimento dessa(s) organização(ões)? O vínculo com uma organização interferiu no conhecimento de novas organizações? Quais?

22. Depois que ingressou na(s) organização(ões) aprendeu algo novo em relação às técnicas agrícolas? Se sim, quais? Por quê? Enfrentou dificuldades? Você faz parte de algum movimento, coletivo social? Como de mulheres, quilombolas?
23. O IBGE fez o recenseamento do estabelecimento?
24. Quantos metros quadrados ou hectares possui a terra que você produz?
25. Caso a terra seja pequena, qual as técnicas que você utiliza para produzi nela?
26. O tamanho da terra é um fator limitante para a sua produção?
27. Você é proprietário dessa terra?
28. Qual a natureza dessa propriedade? Cessão? Ocupação ou compra? Outras formas? Se sim, quais?
29. Você paga IPTU ou ITR? Tem preferência?

V) POLÍTICAS PÚBLICAS, INVESTIMENTOS

30. Você sabe o que é DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF?
31. POSSUI DAP? Se não, por que?
32. Possui certificação orgânica ou agroecológica? Se sim, por qual forma? Se não, por quê?
33. Está vinculado a algum programa do governo como o PAA, PNAE, PRONAF ou Bolsa Família? Como conseguiu vincular-se? Qual a importância desse programa para vocês?
34. Caso você participe do PNAE, como foi o processo de seleção? É uma escola perto de você?
35. Recebe assistência de extensionistas ou técnicos rurais? De quais instituições? Essa assistência é suficiente? Por quê?
36. Você recebe alguma outra ajuda do Estado para a sua produção?
37. O que mais dificulta a comercialização dos seus produtos hoje em dia?
38. Existe alguma política pública que te ajudaria?
39. Possui alguma dívida com o Estado?
40. Quanto investe por mês na sua produção?

VI) RELAÇÃO SOCIEDADE E NATUREZA?

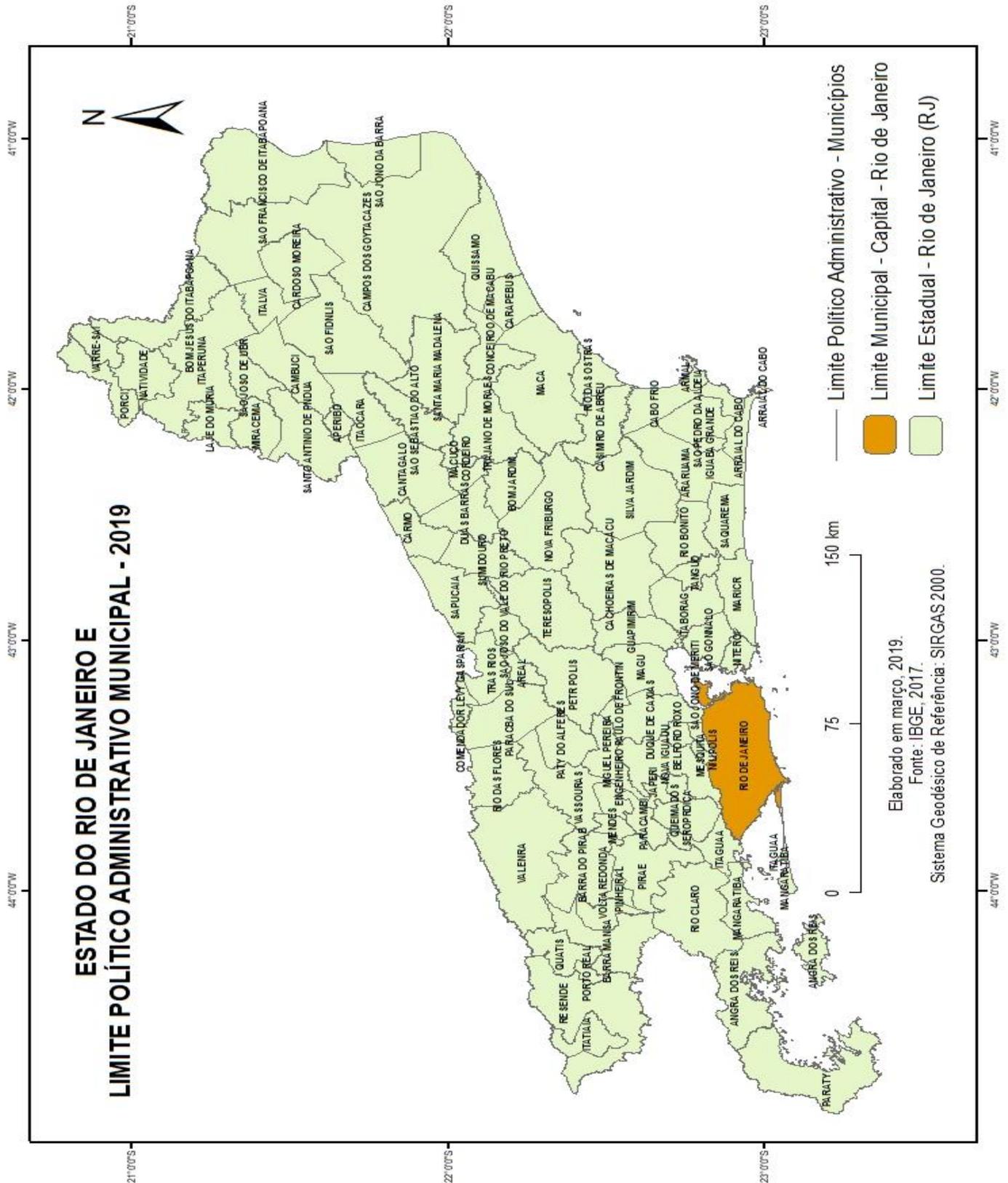
41. Você é orgânico ou agroecológico?
42. Você usa agrotóxicos na sua produção? De quais tipos?
43. Caso sim, onde você compra esses insumos agrícolas?
44. O que você usa para combater as “pragas”?
45. Você considera que recebe um preço justo pela sua produção?
46. Como é o uso da água na sua produção?
47. Você faz compostagem?

VII) INFRAESTRUTURA E TIC'S

48. Como você tem acesso a água?
49. Tem saneamento básico?
50. Acesso a eletricidade
51. Sua rua é asfaltada?
52. Você usa internet? Como a utilização da internet auxilia a sua vida? E atividade agrícola?
53. Você usa alguma inovação tecnológica na sua produção?
54. Qual transporte você usa para escoar sua produção?
55. Outros _____

ANEXO II

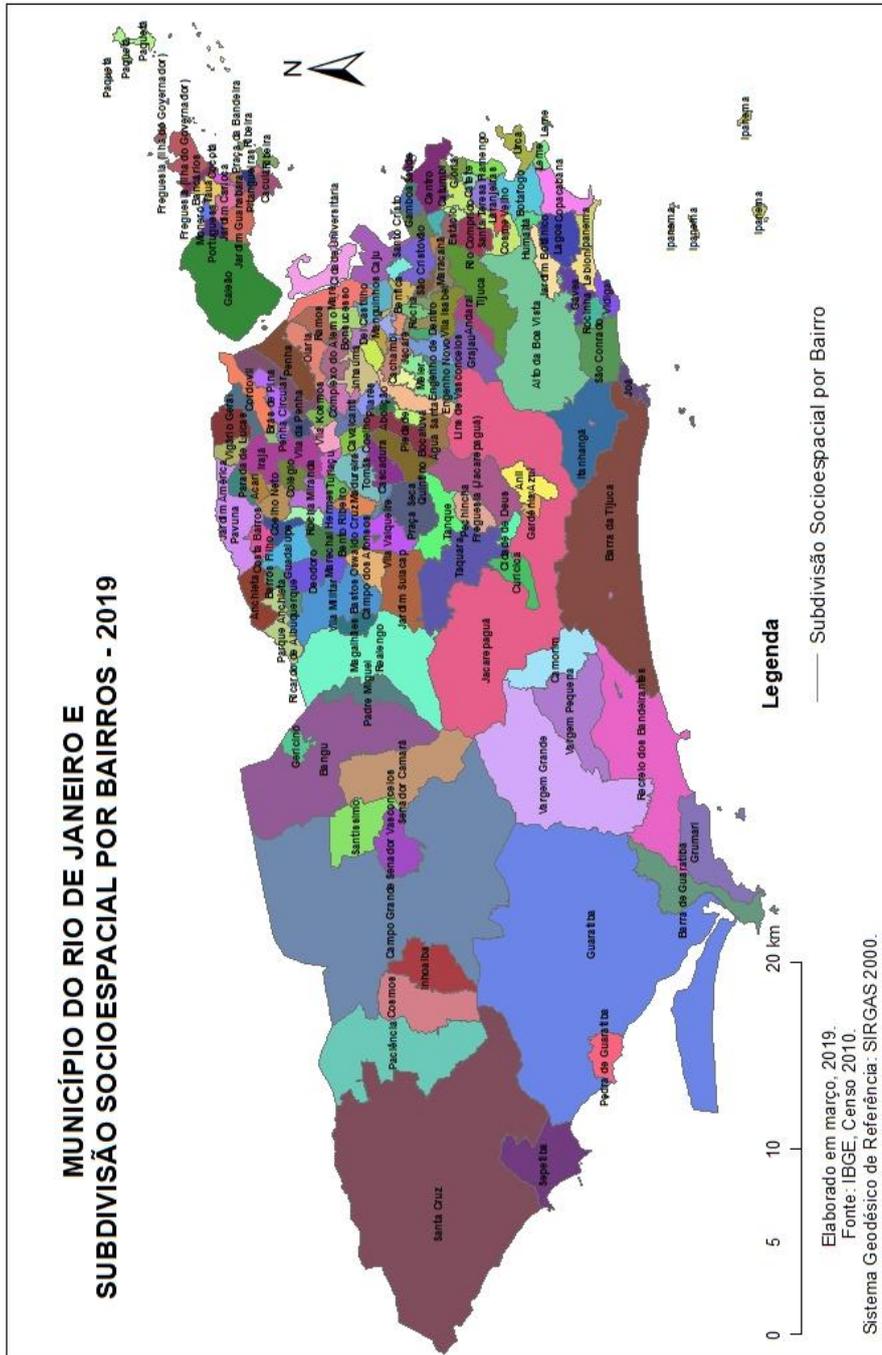
Mapa do Estado do Rio de Janeiro e o limite político-administrativo do município do Rio de Janeiro



Fonte: IBGE (2017)

ANEXO III

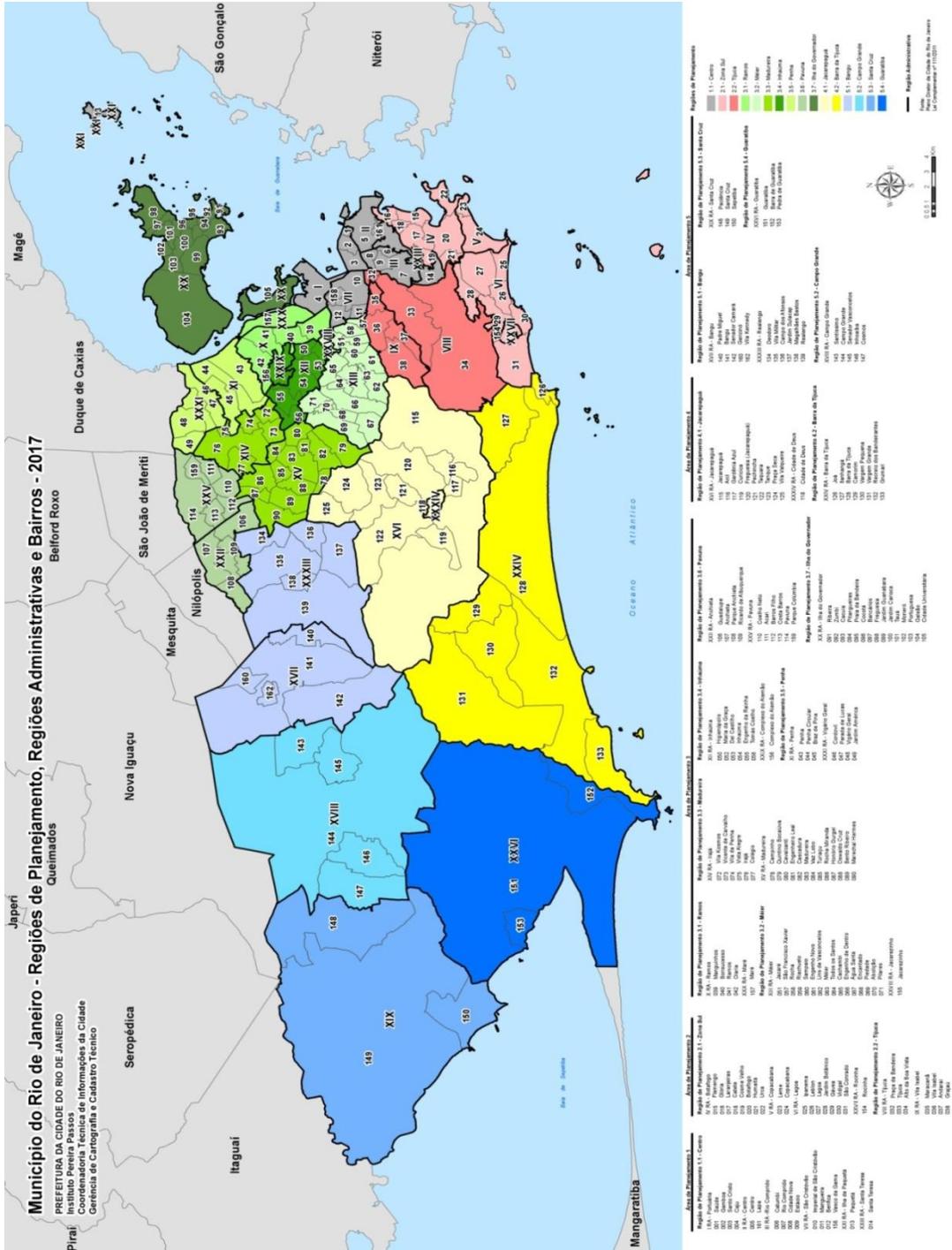
Mapa do município do Rio de Janeiro e os limites político-administrativos dos bairros



Fonte: IBGE (2010)

ANEXO IV

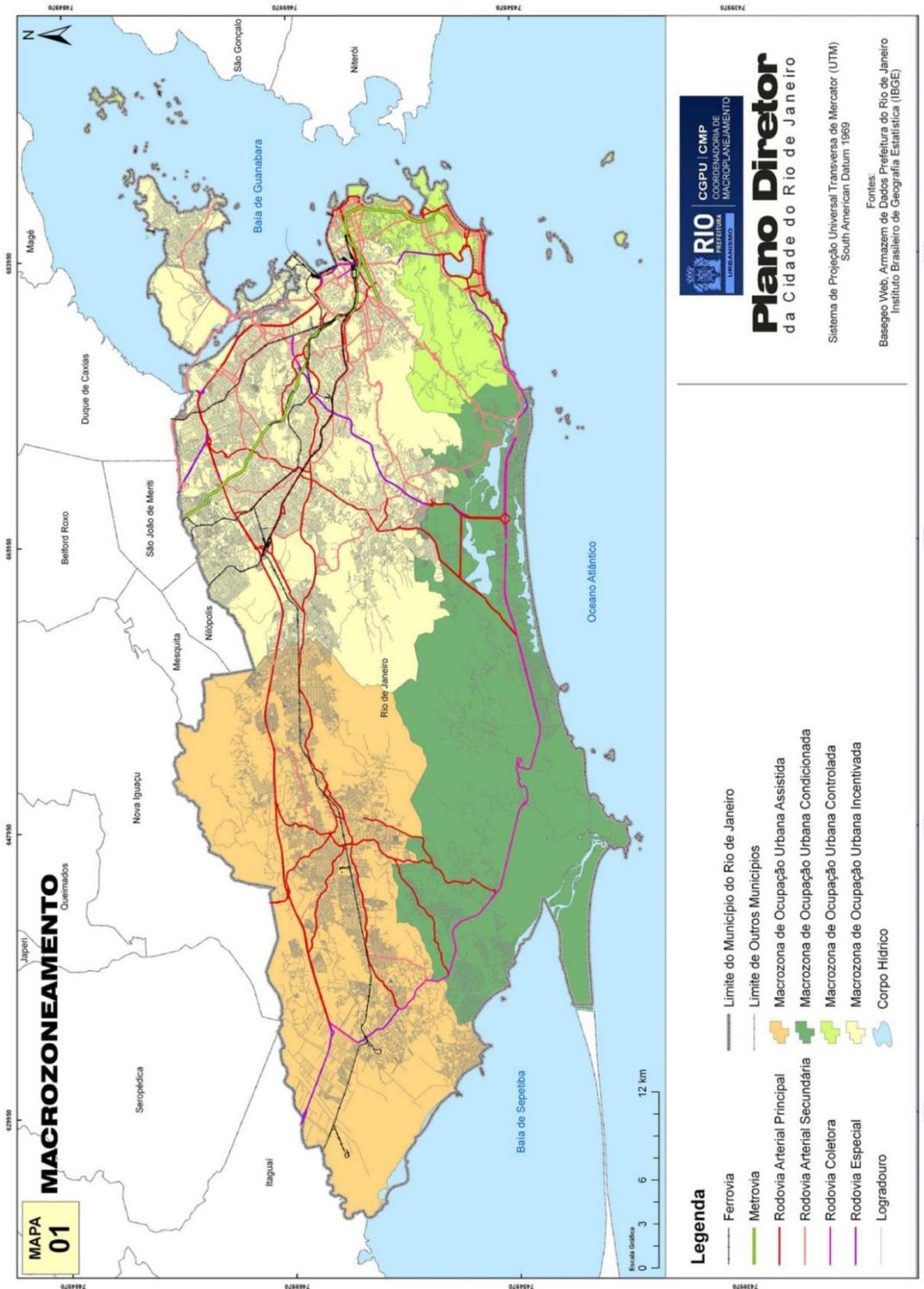
O município do Rio de Janeiro e as Regiões Administrativas



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2017

ANEXO V

Macrozoneamento do Rio de Janeiro



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2017

ANEXO IV

Rede de Esgoto ou Pluvial do Município do Rio de Janeiro

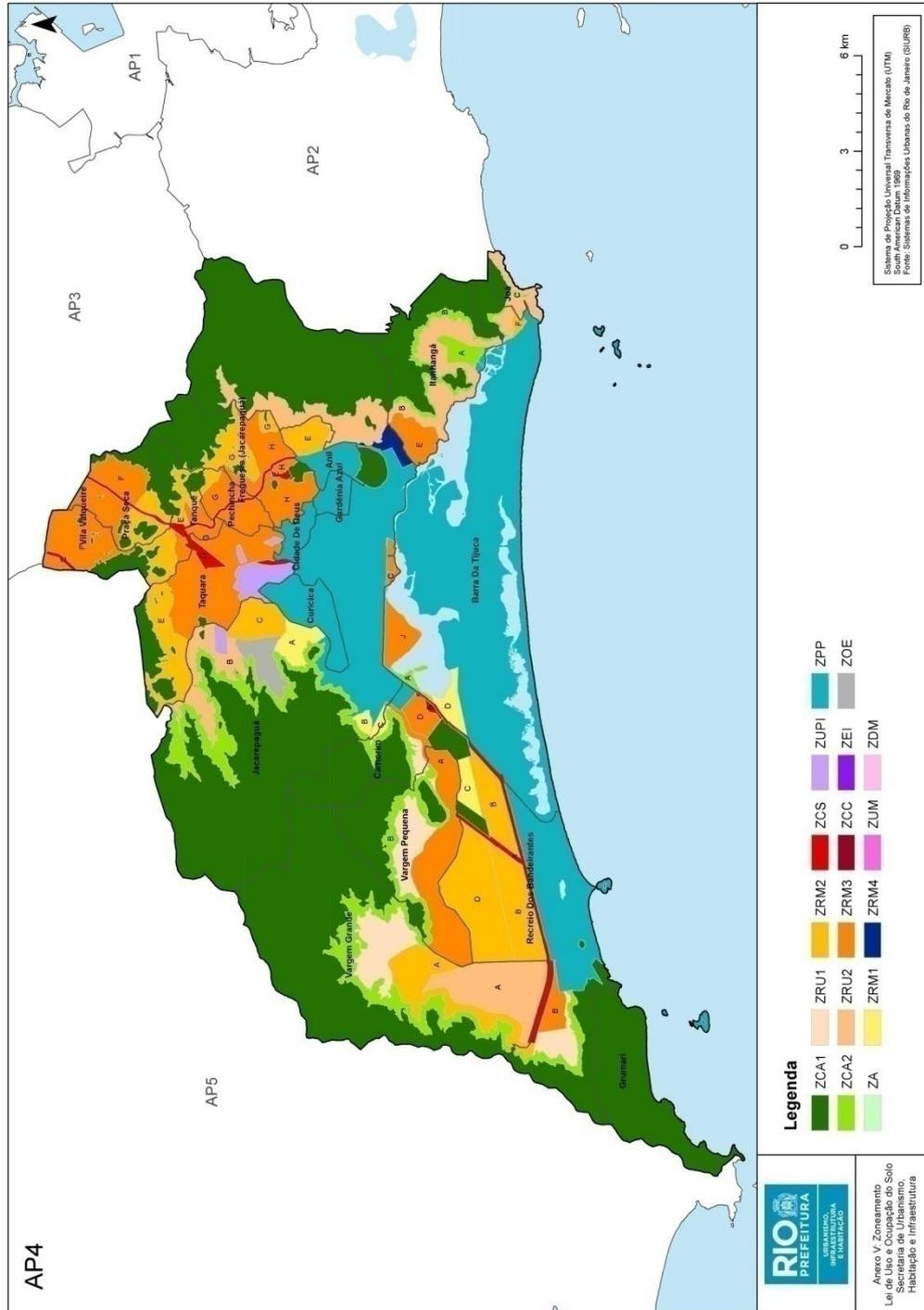
Bairros	Rede de esgoto ou pluvial %
Grumari	
Vargem Grande	29
Barra de Guaratiba	32
Camorim	36
Itanhangá	43
Joá	50
Guaratiba	52
Vargem Pequena	66
Alto da Boa Vista	66
Sepetiba	69
Cidade Universitária	70
Vila Militar	73
Santa Cruz	76
Anil	77
Vigário Geral	78
Recreio dos Bandeirantes	78
Senador Vasconcelos	78
Jacarepaguá	78
Freguesia (Jacarepaguá)	79
Campo Grande	81
Paciência	82
Parque Columbia	83
Barros Filho	83
Cosmos	83
Pedra de Guaratiba	84
Curicica	84
Marechal Hermes	85
Engenheiro Leal	85
Rocinha	85
Taquara	87
Inhoaíba	88
Pechincha	88
Gardênia Azul	88
Santíssimo	88
Água Santa	88
Barra da Tijuca	89
Oswaldo Cruz	89
Jardim Sulacap	89

Bairros	Rede de esgoto ou pluvial %
Magalhães Bastos	90
Tomás Coelho	90
São Francisco Xavier	91
Realengo	91
Galeão	91
Rio de Janeiro	91
Senador Camará	91
Deodoro	91
Gericinó	91
Sampaio	91
Mangueira	91
Turiação	91
Pavuna	91
Anchieta	92
Campinho	92
Lins de Vasconcelos	92
Benfica	92
Costa Barros	92
Cascadura	92
Tanque	92
Acari	92
Vila Valqueire	92
Bangu	93
Engenho de Dentro	93
Manguinhos	93
Inhaúma	94
Madureira	94
Quintino Bocaiúva	94
Cavalcanti	94
Parque Anchieta	94
Ricardo de Albuquerque	94
Praça Seca	94
Portuguesa	94
Moneró	95
Cidade Nova	95
Coelho Neto	95
Complexo do Alemão	95
Jardim América	95

Bairros	Rede de esgoto ou Pluvial %
Vicente de Carvalho	99
Cosme Velho	99
Jardim Guanabara	99
Vila da Penha	99
Praia da Bandeira	99
Jardim Carioca	99
Ramos	99
São Cristóvão	99
Leme	99
Vista Alegre	99
Penha Circular	99
Abolição	99
Praça da Bandeira	99
Ribeira	99
Olaria	99
Zumbi	99
Gamboa	99
Vasco da Gama	99
Bonsucesso	99
Vila Isabel	99
Pitangueiras	99
Botafogo	99
Cachambi	99
Catete	100
Vila Kosmos	100
Urca	100
Centro	100
Todos os Santos	100
Caju	100
Rocha	100
Méier	100
Campo dos Afonsos	100
Riachuelo	100
Cocotá	100
Saúde	100
Maracanã	100
Jardim Botânico	100
Ipanema	100
Gávea	100
Leblon	100

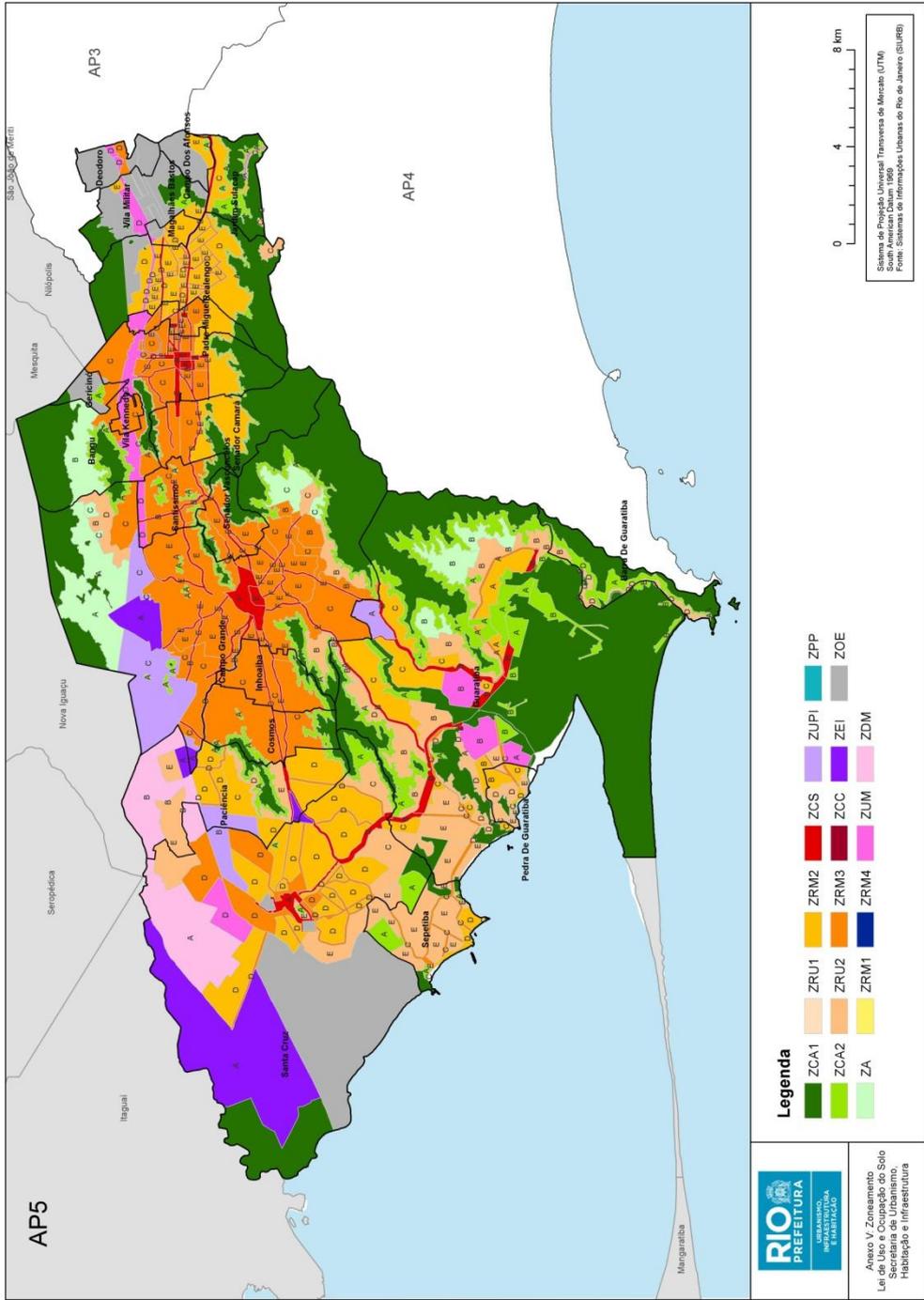
Bairros	Rede de Esgoto ou Pluvial %
Cacuía	95
Estácio	95
Jacaré	96
Rocha Miranda	96
Rio Comprido	96
Padre Miguel	96
Engenho da Rainha	96
Tauá	96
Bento Ribeiro	96
Cordovil	96
Guadalupe	96
Brás de Pina	97
Honório Gurgel	97
Maré	97
Jacarezinho	97
Encantado	97
Vaz Lobo	97
Maria da Graça	97
Cidade de Deus	97
Pilares	97
Catumbi	97
Colégio	98
Irajá	98
Piedade	98
Penha	98
Tijuca	98
Vidigal	98
Santo Cristo	98
Andaraí	98
Engenho Novo	98
Freguesia (Ilha do Governador)	98
Del Castilho	98
Santa Teresa	98
Paquetá	98
Bancários	98
Parada de Lucas	98
São Conrado	99
Grajaú	99
Higienópolis	99

**ANEXO VII
LUOS DA AP4**



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2018

ANEXO VIII LUOS DA AP5



Fonte: Prefeitura do Rio de Janeiro, 2018